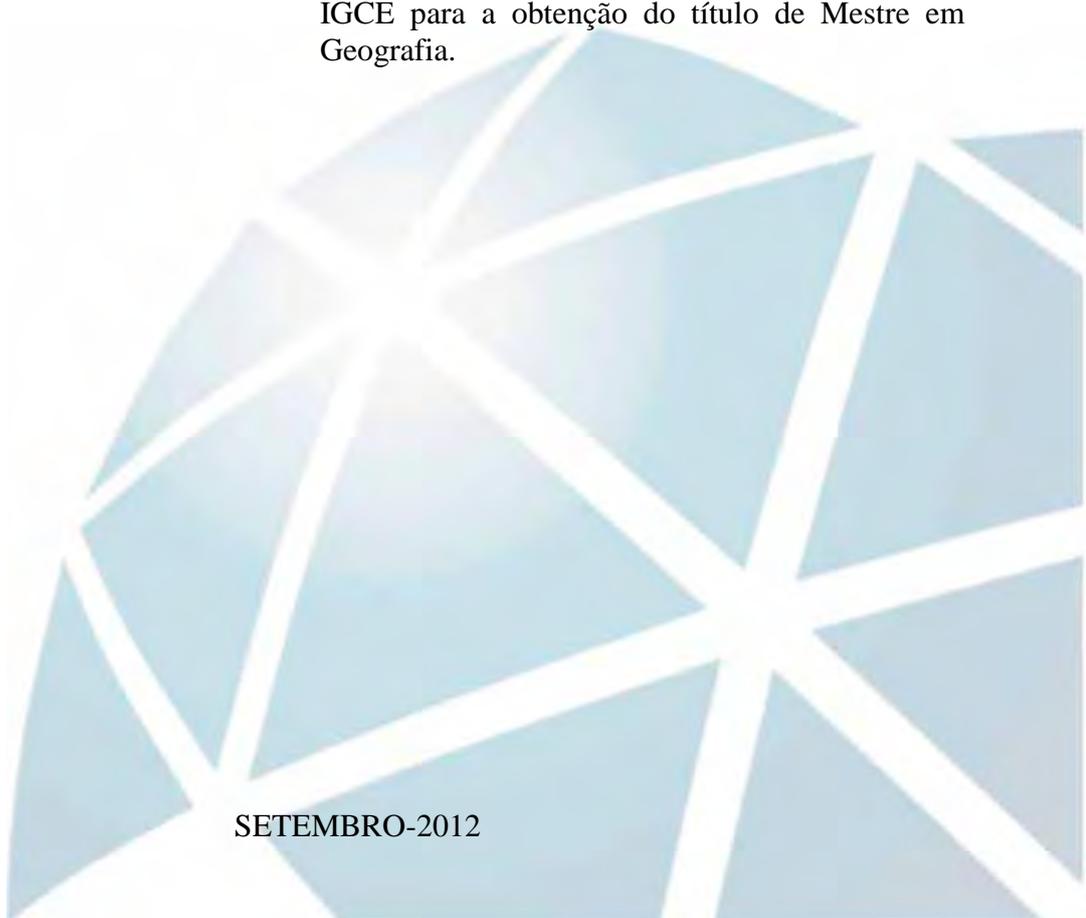

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**PATRIMÔNIO CULTURAL E IDENTIDADE
TERRITORIAL:**

estudo do bairro de Cascalho - Cordeirópolis-SP

ANDRÉA GALHARDI DE OLIVEIRA CRIONI

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, na área de Organização do Espaço, do Instituto IGCE para a obtenção do título de Mestre em Geografia.



SETEMBRO-2012

ANDRÉA GALHARDI DE OLIVEIRA CRIONI

Patrimônio Cultural e Identidade Territorial:
estudo do bairro de Cascalho - Cordeirópolis-SP

Mestrado elaborado junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, na área de Organização do Espaço, para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro Oliveira

Rio Claro
2012

325.1 Crioni, Andrea Galhardi de Oliveira
C931p Patrimônio cultural e identidade territorial : estudo do
bairro de Cascalho - Cordeirópolis-SP / Andrea Galhardi de
Oliveira Crioni. - Rio Claro : [s.n.], 2012
138 f. : il., figs., fots., mapas + folder + tabelas

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista,
Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Orientador: Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro
Oliveira

1. Imigração. 2. Geografia 3. Imigração italiana. 4.
Cultura e religiosidade. 5. Assentamento rural. 6. Cascalho. I.
Título.

ANDRÉA GALHARDI DE OLIVEIRA CRIONI

Patrimônio Cultural e Identidade Territorial:
estudo do bairro de Cascalho - Cordeirópolis-SP

Mestrado elaborado junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, na área de Organização do Espaço, para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Comissão Examinadora

1. Prof.^a Dr.^a Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro Oliveira - Orientadora
Dep. de Planejamento Territorial, IGCE, UNESP, Rio Claro-SP
2. Prof. Dr. José Gilberto de Souza
Dep. de Geografia, IGCE, UNESP, Rio Claro-SP
3. Prof.^a Dr.^a Neusa de Fátima Mariano
Dep. de Geografia, Turismo e Humanidades, UFSCar, Campus Sorocaba-SP

Rio Claro, 19 de outubro de 2012.

Agradecimentos

Neste primeiro momento gostaria de agradecer minha orientadora Prof.^a Dr.^a Bernadete Ap. C. Castro por acreditar neste trabalho e pelo grande auxílio tanto na orientação teórica quanto na interpretação dos dados de campo, meu muito obrigada.

Aos colegas de pós que diretamente contribuíram para esta dissertação, no auxílio dos mapas, Tiago José Berg e Kleber Carvalho, e aos colegas de pós que de alguma forma conviveram comigo, obrigada.

Aos funcionários da UNESP: Tiago Borguezon e a Gilberto D. Henrique pelo auxílio técnico, e a todos os funcionários que participaram nesta jornada.

À banca Prof. Dr. José Gilberto Souza e a Prof.^a Dr.^a Neusa Mariano que contribuíram com suas sugestões e correções e colaboraram muito para este trabalho.

À minha família por compreender minha ausência.

Finalmente, a meu marido, Renato Crioni, por incentivar e auxiliar grandemente nesta empreitada.

A todos meu muito obrigada!

Resumo

O objetivo deste estudo foi compreender a relação entre a preservação da herança cultural de famílias italianas no Bairro de Cascalho, Cordeirópolis-SP, e o respectivo modo de ocupação espacial: assentamento rural em pequenas propriedades; bem como a identidade dos moradores em relação àquele território. No momento histórico da formação do núcleo colonial, os imigrantes italianos vieram para trabalhar nas fazendas de café, porém, em Cascalho isso se deu de forma diferenciada devido à divisão da terra ali adotada: núcleo colonial dividido em lotes nos quais os imigrantes eram proprietários. Hoje se trata de uma comunidade unida em torno de suas tradições e origens culturais, com forte identidade territorial. Essa cultura italiana exerce grande influência não só sobre o grupo (o bairro como um todo), mas principalmente no indivíduo – enquanto sujeito daquele território. Pode-se notar como a religião foi e continua sendo um fator de união do grupo. Desse modo, a base econômica permitiu a fixação da cultura local que predomina como um traço característico do Bairro.

Palavras-chave: Imigração Italiana. Cultura e Religiosidade. Assentamento Rural. Cascalho.

Abstract

The aim of this study was understand the relation between the preservation of the cultural heritage of Italian families in the District of Cascalho, Cordeirópolis-SP, and the respective way of spatial occupation: rural settlement in smallholdings; as well as the identity of residents in relation to that territory. In the historical moment of formation of the colonial nucleus, the Italian immigrants came to work in the coffee farms. However, in Cascalho this occurs in a different way due to the division of land, colonial nucleus in lots in which the immigrants were the owners. Nowadays it is a community united around their traditions and cultural origins, with strong territorial identity. This Italian culture exercised great influence not only over the group (the District as a whole) but principally over the individual – as a subject from that place. Can itself note how the religion was and continues being a factor of union of group. Thus, the economical basis has allowed the establishment of the local culture which predominates as a characteristical trace of the District.

Key-words: Italian Immigration. Culture and Religiosity. Rural Settlement. Cascalho.

Lista de ilustrações

Fig.	p.
1 Mapa da localização do município de Cordeirópolis	11
2 Mapa da localização do bairro de Cascalho	12
3 Jazigos das famílias Maronesi e Bertanha.....	25
4 Carta topográfica e perfil do relevo de Cascalho	53
5 Mapa da Itália com destaque para região do Vêneto e a província de Treviso	58
6 Imagens de satélite e fotos da produção rural de Cascalho	75
7 Aspecto da conservação arquitetônica.....	84
8 Semelhanças arquitetônicas entre igrejas da Itália e de Cascalho	85
9 Monumento em homenagem aos 100 de imigração italiana em Cascalho.....	85
10 Destaque da placa com o nome das famílias dos formadores do Núcleo.....	86
11 Foto da Igreja Matriz de Águas de Santa Bárbara-SP	89
12 Sepultura do Pe. Stefanello na Igreja Matriz de Águas de Santa Bárbara-SP.....	90
13 Urna com pertences e restos mortais do Pe. Stefanello em Cascalho	90
14 Cemitério do Bairro de Cascalho.....	98
15 Antiga casa paroquial e atual sede da Associação <i>Trevisani nel Mondo</i>	100
16 Encenação da festa da Befana	105
17 Apresentação da Folia de Reis.....	107
18 Jantar Italiano	109
19 Jantar Italiano com destaque para o nome das famílias.....	109
20 Faixa da festa do milho de Cascalho	111
21 Contraste entre a modernidade e a tradição na Festa do Milho.....	112
22 Detalhes da imagem de Nossa Senhora da Assunção.....	113
23 Pedido de lotes para a igreja, escola e cemitério	126
24 Concessão dos terrenos para igreja, escola e cemitério.....	127
25 Concessão dos terrenos para igreja, escola e cemitério.....	128
26 Foto de satélite com destaque para os sítios e a policultura	129
27 Folder com a história do Pe. Luiz Stefanello	130
28 Folder com a história do Pe. Luiz Stefanello	131
29 Cartaz de divulgação da semana italiana em Cascalho	132
30 Folheto litúrgico da missa em italiano do ano de 2009	133
31 Folheto litúrgico da missa em italiano do ano de 2010	134
32 Cartaz de divulgação da festa do milho em Cascalho	135
33 Folder comemorativo dos 100 anos da paróquia de Cascalho	136
34 Programação anual de eventos na paróquia de Cascalho	137

Lista de Abreviaturas e Siglas:

CEPAC: Clube de Esporte da Paroquia de Cascalho.

EDR de Limeira: Escritório de Desenvolvimento Rural de Limeira da Coordenadoria de Assistência Integral do Estado de São Paulo (CATI).

ESALQ-USP: Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiróz – Universidade de São Paulo.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

ISTAT: Istituto Nazionale di Statistica.

Sumário

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1: Caminhos da pesquisa	14
1.1. O conceito de camponês	21
1.2. Cultura e religiosidade	28
CAPÍTULO 2: Imigração e colonização	37
2.1. Formação do Bairro de Cascalho	42
CAPÍTULO 3: Território e identidade em Cascalho	63
3.1. Sítio como unidade de produção e a questão da herança	71
CAPÍTULO 4: Patrimônio cultural e identidade territorial: lugares e festas	83
4.1. Padre Stefanello: história de vida	88
4.2. Associação “ <i>Trevisani nel Mondo</i> ”	96
4.3. Festas e ritos	100
4.3.1. Befana	105
4.3.2. Folia de Reis	106
4.3.3. Semana Italiana	108
4.3.4. Festa do Milho	111
4.3.5. Festa de Nossa Senhora da Assunção	112
CONCLUSÃO	114
BIBLIOGRAFIA	116
Apêndice 1: entrevistas.....	124
Tabela A: População absoluta por região da Itália, 1861-2001.....	138

INTRODUÇÃO

Essa dissertação nasceu da curiosidade, mas sobretudo, das inquietações a respeito da imigração italiana, em especial no fim do século XIX. Venho de uma família de descendentes de italianos, de modo que toda vez que tentava entender por que muitos italianos deixaram sua pátria e vieram ao Brasil, às respostas não me satisfaziam. Assim fui instigada a pesquisar o tema. No desenvolvimento da pesquisa tive contato com várias bibliografias tanto brasileiras quanto italianas.

Ao levar em conta o caráter afetivo que move o ser humano a agir de uma forma ou de outra, há de destacar que essa temática tem grande relevância na vida da pesquisadora. Como já dito, sobre sua insatisfação em encontrar respostas a este processo migratório, e acima de tudo por me identificar enquanto fruto deste processo. Desta forma, houve uma atenção redobrada no sentido de não tornar a identificação com o tema numa pesquisa tendenciosa. Das questões que envolvem o tema, observou-se o que levou a migração no fim do século XIX da Itália para o Brasil. Quais foram os fatores econômicos e sociais que forçaram a grande maioria dos *contadini* (camponeses) a deixarem suas terras. Qual foi o papel do governo italiano? Como os aspectos da formação do território italiano contribuíam para tal fato? Qual era a visão do imigrante no momento da partida? Quais eram suas expectativas em relação ao Brasil?

Diante de tantos questionamentos surge a pergunta que se tornou principal aos olhos da pesquisadora. Por que deixaram suas terras, e migraram para um lugar que era totalmente desconhecido para eles? Tomando como primeira informante, exponho este aspecto em memória à minha avó, grande e única personagem que inicialmente me motivou a pesquisa: Magdalena Cantelli. Fui instigada pelas inúmeras histórias que ela me contava, de modo a ficar tentada a pesquisar sobre o assunto. Lembro-me que quando era criança ficava horas ouvindo as histórias de quando o bisavô e a bisavó vieram da Itália, dos percalços da viagem, de que não passaram pela Hospedaria do Imigrante, que um fazendeiro os aguardava, de que esperaram o dia cair para caminhar rumo ao futuro desejado, mas incerto. Caminharam até a cidade que iriam se estabelecer, por volta de 300 km (percurso Santos-SP – Santa Lucia-SP).

Meus bisavôs vieram ainda jovens, e se casaram muito cedo no Brasil. Porém, ficaram cerca de 10 anos sem ter filhos, mas quando os filhos vieram tudo mudou. Como era de costume na época, se o fazendeiro estivesse satisfeito e estivesse disposto a pagar o devido salário ao trabalhador de café, pagaria; senão, simplesmente podia dispensá-los. Se houvesse

algum tipo de reclamação, era hábito que se mandasse de carroça toda a família embora, e quando o chefe de família chegava encontrava a casa vazia e uma ordem para deixar a fazenda. Como meu bisavô ficou muito revoltado por essa e tantas outras injustiças contra o povo italiano, ele permaneceu na casa e decidiu matar o fazendeiro. Como não tinha dinheiro para comprar bala de espingarda, ele corta a “cabeça” de pregos e faz uma engenhoca que o permite atirar com estes¹. Mais tarde ele ficou à espreita no retorno da família à fazenda, mas infelizmente ele acerta a esposa do fazendeiro, e ela estava grávida.

Daí em diante, o senhor Cantelli vagara por muitas cidades do interior paulista e do norte do Paraná na tentativa de fugir da polícia. Foi comprando e vendendo terras, com nome falso “emprestado” de um compadre que voltou para Itália e o autoriza usá-lo, que ele criou todos os filhos e fugiu por mais de 20 anos. Finalmente quando meu bisavô estava muito velho e doente, a polícia o capturou, e para que ele não fosse parar na cadeia doente, minha bisavó cede à polícia dez moedas de libra esterlina. Minha bisavó tinha guardado uma moeda para cada filho, como herança. Deste modo, as tais moedas permitiram que meu bisavô fosse para um sanatório (onde veio a falecer) em vez da cadeia, pois estava muito doente, com tuberculose.

Essas histórias me fascinavam, e me deixavam intrigada. Porque tantos italianos teriam vindo ao Brasil? O que tinha acontecido lá na Itália? Essas questões minha avó não sabia responder. Em relação ao período em que esses italianos tinham vindo ao Brasil, ou mesmo ao que minha avó tinha vivido, não conseguia entender como eles não tinham dinheiro. Se não passavam necessidade, por que a moeda era algo tão difícil de conseguir caso houvesse necessidade? Quando o governo italiano estabeleceu dois anos para que alguém da família fosse reaver as terras deixadas na Itália, mesmo nesse prazo que hoje julgamos extenso o suficiente, eles não conseguiram tal importância para a compra das passagens, e consequentemente perderam tais terras ao Estado. Como aquilo tudo podia ter acontecido? Minha avó sem intenções me contava histórias que influenciaram meu jeito de pensar e, hoje, aquele mundo de histórias, motivou a concretização dessa pesquisa de mestrado, que embora não conte minha história de vida, acredito que assim como eu, outros descendentes de imigrantes italianos apresentarão algum grau de identificação.

¹ Nessa época era costume ter uma espingarda em casa, visto que a caça era comum e um fator extra na contribuição para melhorar a dieta.

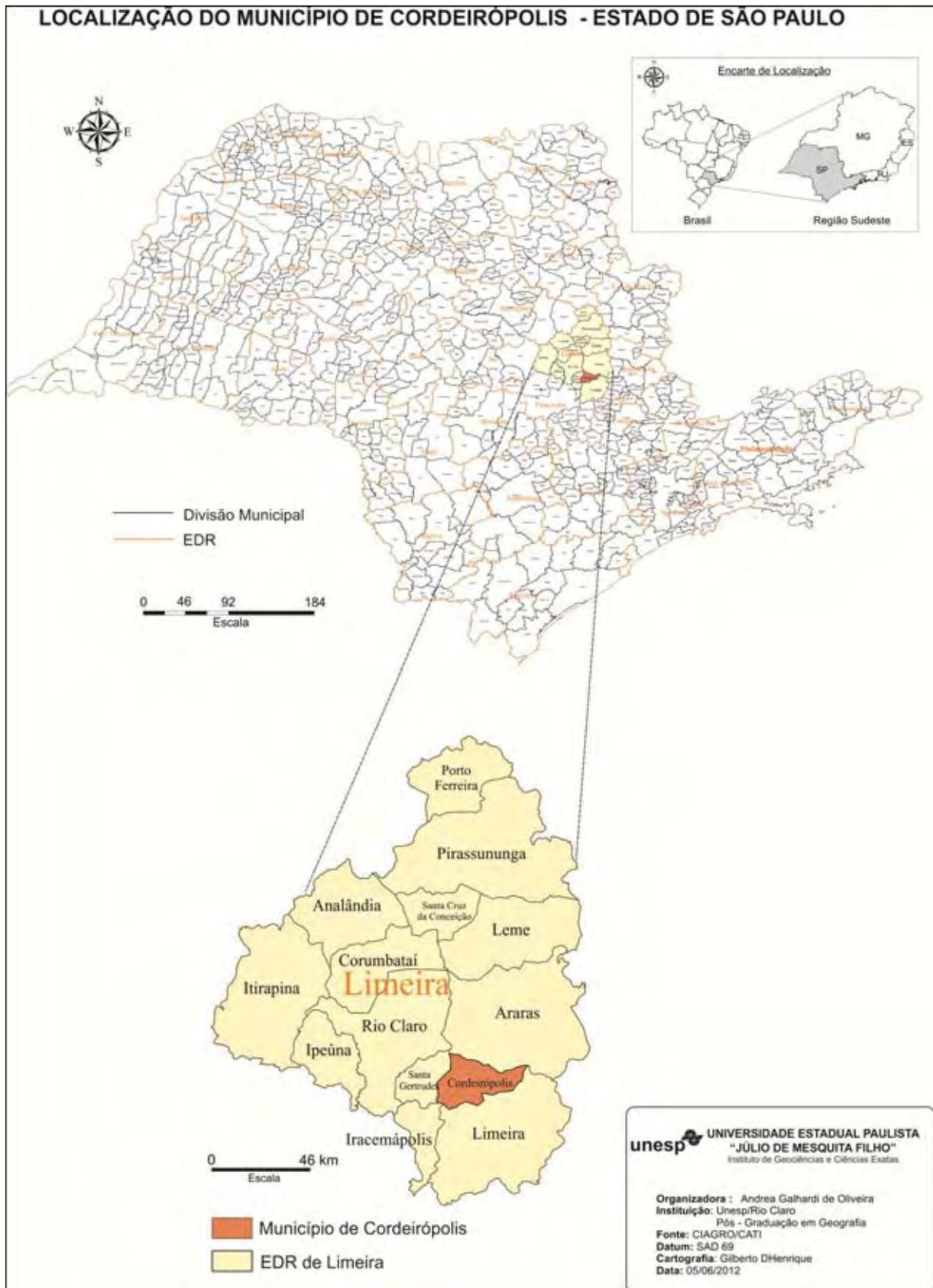


Fig. 1: Mapa da localização do município de Cordeirópolis, estado de São Paulo.

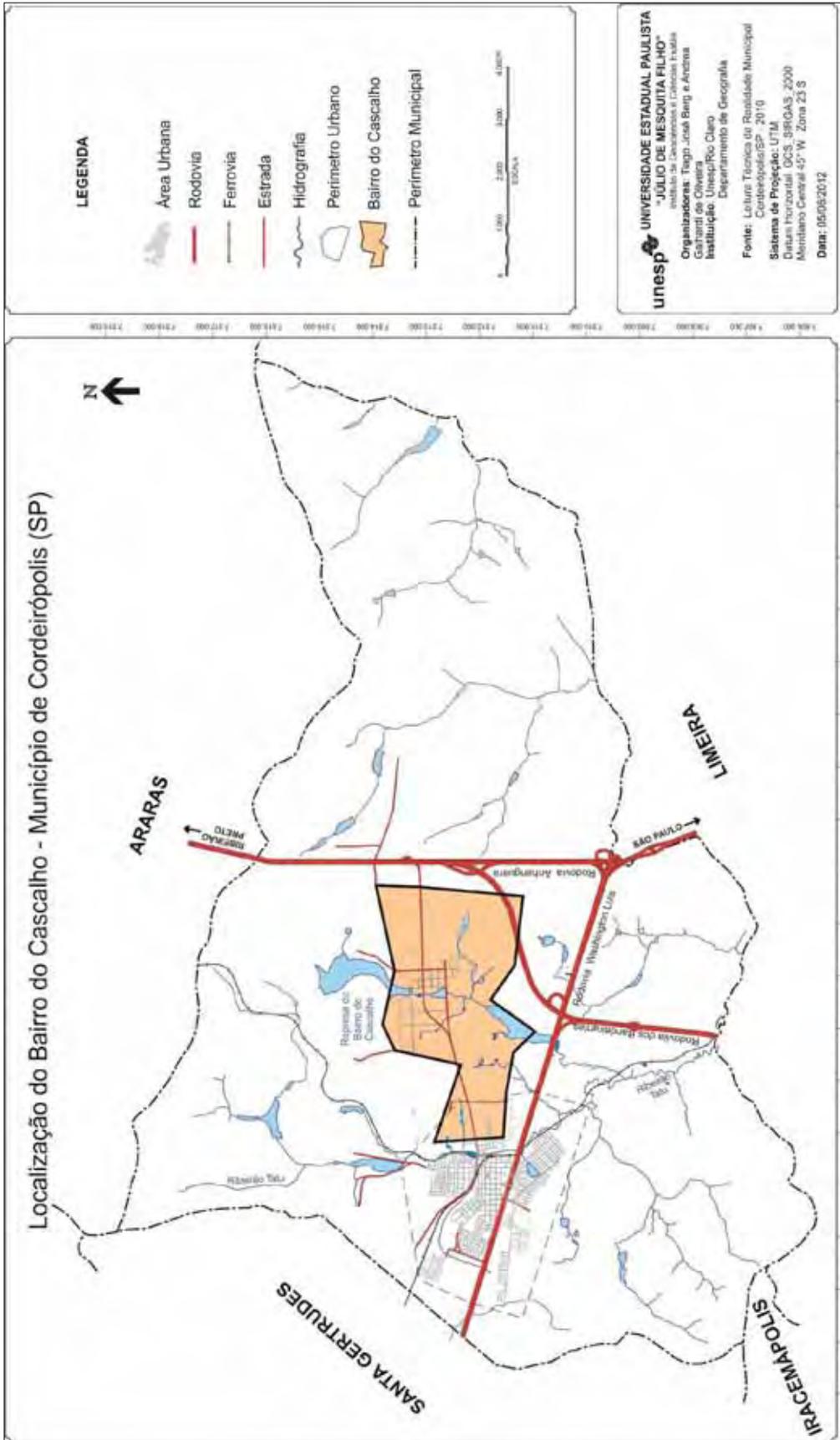


Fig. 2: Mapa da localização do bairro de Cascalho.

Em relação à pesquisa propriamente dita, o Bairro de Cascalho pertence ao município de Cordeirópolis, estado de São Paulo (figuras 1 e 2). Este, por sua vez fica a 160 km da capital do estado. O município de Cordeirópolis possui 21.080 habitantes e, no Bairro de Cascalho, vive uma população de 1304 pessoas, destes, 678 homens e 626 mulheres, distribuídos em 399 casas ocupadas. (IBGE, 2010). Com economia bastante diversificada, nas pequenas propriedades destacam-se a fruticultura, avicultura, suinocultura, milho e produção de mudas de citros e plantas ornamentais.

A ocupação do espaço neste lugar, como Núcleo Colonial, ocorreu no final do século XIX. Num breve histórico levantou-se que em 1885 o Barão de Cascalho vendeu suas terras ao Estado que as dividiu em pequenas porções com a finalidade de receber os imigrantes. Definida a divisão de: 73 lotes rurais, 140 lotes urbanos e 140 suburbanos (HISTÓRICO, 2010). Contou em sua formação primeiramente com imigrantes nórdicos – noruegueses, suecos e dinamarqueses – e posteriormente com italianos. Os imigrantes italianos substituíram os nórdicos por que estes não permaneceram em Cascalho, talvez por que tinham um perfil mais urbano, de modo que não se adaptaram ao campo. Assim, para que as terras não se tornassem ociosas foi feito um segundo convite para que produzissem naquelas terras, e os italianos não só aceitaram ir para aquelas terras como seus descendentes permanecem até os dias de hoje.

Neste momento histórico os imigrantes italianos vinham para trabalhar nas fazendas de café, porém, no contexto de Cascalho isso se deu de forma diferenciada devido à divisão da terra: núcleo colonial em lotes nos quais os imigrantes eram proprietários. As terras foram compradas do Barão de Cascalho pelo Estado, que as revendeu aos imigrantes e as pagavam em pequenas parcelas (FERNANDES, 2001, p.40).

A hipótese central é de que a pequena propriedade foi um fator determinante para que a cultura do lugar fosse preservada. Portanto, o objetivo deste estudo foi verificar a relação entre a preservação da herança cultural no Bairro de Cascalho e o respectivo modo de ocupação espacial: assentamento rural em pequenas propriedades. Assim, a análise foi feita a partir de aspectos culturais herdados do contexto da formação do Núcleo até os dias de hoje.

CAPÍTULO 1: Caminhos da pesquisa

O Bairro de Cascvalho apresenta 1304 moradores, com o número total de 399 casas. A área total do Bairro segundo divisão do IBGE se apresenta em duas formas. Em relação à porção classificada como, “Aglomerado rural isolado – povoado”, apresenta uma população de 335 moradores. Enquanto que a porção que cerca este povoado e compõe a maior parte do Bairro do Cascvalho é classificado pelo IBGE como “Zona rural, exclusive aglomerado rural”, e conta com uma população de 969 pessoas (IBGE, 2010).

Na área de “Zona rural, exclusive aglomerado rural”, a faixa etária predominante encontra-se entre as idades de 40 a 44 anos com 479 pessoas, representando 49,6%. Na área de “Aglomerado rural isolado – povoado”, a faixa etária predominante encontra-se entre as idades de 50 a 54 anos com 190 pessoas, representando 56,7% (IBGE, 2010). Os dados evidenciam certo envelhecimento da população.

Sua economia é bastante diversificada com a produção de cereais, cana-de-açúcar, cultivo de plantas ornamentais, citros, suinocultura, abacate, banana, entre outros. Além da “criação”² de animais domésticos para o consumo próprio, como por exemplo, gado bovino, galinhas, porcos e equinos, sendo que estes últimos servem para auxílio no trabalho. O Bairro apresenta uma escola onde as crianças estudam da primeira à quinta série, antigo primário, conta com uma igreja, o Salão Paroquial “Antônio Klein”, a Associação “*Trevisani nel Mondo*”, a Associação Rural e uma área de lazer conjugada à igreja chamada Clube de Esporte da Paroquia de Cascvalho (CEPAC).

Cordeirópolis (figura 2), o município ao qual pertence o Bairro em questão, apresenta 10,27 km² de área urbana e 112,97 km² de área rural, com o total de 123,24 km². Localiza-se na Latitude Sul 22° 29' e na Longitude Oeste 47° 28', possui altitude de 651,13 m. Passam pelo município as rodovias Washington Luiz, Anhanguera e Bandeirantes, além de ferrovia (Figuras 1 e 2). Faz limite com os municípios de Araras ao Norte, Limeira a Leste, Iracemópolis ao Sul e Santa Gertrudes a Oeste (DADOS, 2011). Ver mapas de localização do estado de São Paulo e do município de Cordeirópolis (figuras 1 e 2).

² Criação é um termo coloquial usado de modo geral, principalmente pelo caipira, para se referir a todo animal doméstico que é cuidado na propriedade da família para o consumo próprio, ou auxílio no trabalho, sem o interesse imediato de lucrar na venda dos mesmos.

Esta pesquisa objetivou alcançar questões sobre a imigração italiana, por volta do fim do século XIX e início do XX, e seus reflexos. Como a pesquisa está pautada em um estudo de caso, atual Bairro de Cascalho, observou-se mais de perto os reflexos da chegada e permanência dos italianos e de seus descendentes.

Esta análise foi fundamentada em pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e relatos orais. Sobretudo utilizaram-se dados quantitativos e qualitativos, bem como fontes primárias e secundárias, sendo que na utilização das fontes primárias e secundárias objetivou-se uma interpretação teórica reflexiva.

Em relação às fontes primárias, foram feitas entrevistas semiestruturadas, pois embora houvesse um tema de pesquisa, esperava-se que o entrevistado tivesse liberdade para responder às questões de forma mais livre. Assim, buscou-se observar o que Antônio Cândido afirma no seu livro *“Parceiros do Rio Bonito”*, na forma como se davam as relações não só de trabalho como de convivência social. A partir das entrevistas foi possível levantar dados sobre gerações de pessoas envolvidas diretamente no contexto da pesquisa, revelando alguns dados sobre a memória do grupo. A história comum daquelas famílias, em especial de italianos que viveram aquele momento histórico que se segue à Unificação Italiana e o incentivo à migração para o Brasil. Algumas dessas histórias revelavam dados com mais de cem anos, eram histórias que traziam na memória e que haviam ocorrido ainda na Itália, o “tempo dos antigos”. O termo caipira utilizado no texto procede da definição de Cândido:

Para designar os aspectos culturais, usa-se aqui caipira, que tem a vantagem de não ser ambíguo (exprimindo desde sempre um modo-de-ser, um tipo de vida, nunca um tipo racial), e a desvantagem de reprimir-se quase apenas, pelo uso inveterado, a área de influência histórica paulista. (CÂNDIDO, 2001, p.28).

Através das entrevistas, buscou-se levantar questões que fossem de substancial importância para a contribuição desta pesquisa, dentre elas, reunir dados sobre o contexto da formação do bairro. Por exemplo, de qual região vieram tais italianos, qual era a relação destes com a Igreja, como foi a convivência com o Padre Luiz Stefanello, como adquiriram os lotes de terra, dentre outras. As entrevistas foram registradas em gravador de voz, e posteriormente transcritas, com consentimento do entrevistado. As entrevistas se tornaram de fundamental importância por ouvir as pessoas no sentido de que muitos foram filhos e netos dos imigrantes formadores do Núcleo. Estes viveram as mudanças econômicas

experimentando características não capitalistas de relações de trabalho, como por exemplo, as relações de meação, da quase ausência de papel moeda e nas trocas *in natura*.

Nas entrevistas foi interessante observar que tinham preocupação não só em transmitir a relevância de todas as suas atividades para os moradores mais novos, como para os descendentes que moravam em outros lugares, mas descendiam dos antigos formadores do Núcleo. Declaravam que contar histórias que envolviam os seus parentes, e também aquelas que envolviam outros membros do Bairro, era reconhecê-los como grupo. Buscou-se levantar qual era a relevância do Padre Stefanello aos moradores do bairro, bem como aos que não eram, mas buscavam sua ajuda. Padre Luiz Stefanello ajudara a comunidade de diferentes formas. Seja de forma direta, como por exemplo, na construção da igreja, ou quando rezava para que a chuva de granizo cessasse e não destruísse a plantação, comprometendo a colheita e conseqüentemente o sustento familiar.

Alguns entrevistados falavam que a presente pesquisa poderia deixar tais dados registrados de modo que não se perdessem. Então diziam, “é importante deixar registrado”, chegando a perguntar em uma das entrevistas: “mas você está gravando isto né?” (G., informação verbal, 2011). O que a princípio a pesquisadora tinha medo de que fosse um entrave, a presença do gravador, teve um papel inverso, foi aceito por vários entrevistados.

Num contexto como esse dos sitiantes, os espaços são bem definidos: a esposa transitava entre a cozinha e uma área externa correspondente à lavanderia, enquanto o chefe de família nos atendeu em uma sala de jantar, área separada da cozinha, onde havia uma grande mesa para a recepção. Seguíamos a entrevista, e à medida que fazíamos as perguntas, a esposa com um tom nada amistoso corrigia as respostas do marido e dizia que ele não sabia de nada. Ela se dirigia à sala de jantar, corrigia as respostas e voltava à cozinha. Desse modo, se podia contar com falas diversas que permeavam o contexto da pesquisa.

Outro exemplo foi como os sitiantes tratavam os “de dentro” e os “de fora”. Para esse entrevistado eu era uma pessoa de fora até o momento em que foi feita a pergunta: “A senhora é da família dos Zanetti?”. Ela respondeu afirmativamente. Então meu companheiro de campo disse: “Minha bisavó por parte de mãe também é da família dos Zanetti!”. Nesse momento ela abriu um sorriso amistoso e disse: “Então nós somos parentes!”, com um sotaque italiano bem carregado; e depois ainda completou: “Você é a cara do meu neto!”. Assim toda aquela desconfiança e insegurança foram rompidas. A partir desse momento a entrevista seguiu de forma bastante descontraída e amistosa, e chegamos ao ponto de falar em valores da

propriedade, tamanha a segurança que desenvolvemos a partir do momento que foi demonstrada “proximidade de parentesco”.

Esse exemplo é importante para mostrar que em geral, no contexto do bairro rural, os moradores são muito unidos e normalmente fechados aos que não são do grupo. Mas tal animosidade pode ser facilmente rompida à medida que as relações de parentesco afloram.

Maria Isaura Pereira Queiroz destaca esse tipo de comportamento: “Para além dos tempos vividos pelos velhos do bairro, as noções se tornam ainda mais vagas e fluídas (‘faz muito tempo’, ‘é coisa muito velha’) e o contorno do grupo de parentela se torna impreciso” (QUEIROZ, 1973, p. 53). Essas relações se tornam imprecisas, todos são parentes, porém não perdem a validade, continuam a serem parentes mesmo através dos anos e das distâncias parentais reais. Outra contribuição valiosa neste sentido foi o estudo que Ellen F. Woortmann em “Herdeiros, Parentes e Compadres”; neste estudo ela mostra como é a relação entre “os de dentro” e “os de fora” (WOORTMANN, 1995, p.253). Segundo a autora “os de dentro” são todos aqueles que nasceram naquela comunidade e são descendentes do grupo fundador, ou seja, o tronco comum que pode ser uma pessoa ou um grupo específico. Consequentemente “os de fora” são todos que não fazem parte desse contexto, porém, podem morar na comunidade graças aos vínculos matrimoniais, desse modo se tornam parentes, mas não “de dentro”. Pois o casamento torna-os aceitáveis sobre outra lógica, parentes matrimoniais, mas continuam a ser “de fora”. Esta premissa talvez explique por que inicialmente há resistência em nossa entrevista, mas imediatamente após “descobrirmos” sermos parentes, tal animosidade desaparece, pois mesmo continuando ser “de fora” passamos a ser aceitos na forma de parentes (WOORTMANN, 1995, p.253).

Já, em relação ao contexto de gênero, coube ao homem receber os de fora, a visita, pelo menos aquela visita formal. Isto ficou bastante evidente em nossa entrevista. Em primeiro lugar é o homem quem nos recebe, somente mais tarde quando as relações se tornam menos formais (quando nos aproximamos “parentalmente”) é que a mulher entra definitivamente na entrevista. Relações de espaço são bastante demarcadas. A mulher num primeiro momento fica no espaço da cozinha, onde se dirigiu ao espaço público somente em momentos específicos, como quando corrige as respostas erradas do marido. O homem ocupa um espaço mais público, uma espécie de sala de jantar. Porém, este espaço é um tanto misto por se tratar também de um “escritório”, onde se observa telefone, cadernos de anotações e pastas de documentos.

Denis Cosgrove (2003) aponta que se trata de um exercício diário, de todo e qualquer acadêmico que desenvolve uma pesquisa, para nos distanciarmos afetivamente, e assim evitar os próprios vícios de formação acadêmica, de modo que: “Inevitavelmente, nossa compreensão é informada por nossos próprios valores, crenças e teorias, mas está apoiada na busca de evidência de acordo com as reconhecidas regras desinteressadas do *mundo acadêmico*” (COSGROVE, 2004, p. 110, grifo nosso).

Lancei mão da afirmação de David Harvey (2007) onde afirma que o materialismo histórico que visa esclarecer e entender aspectos como as mudanças ocorridas no tempo bem como sua permanência. David Harvey, geógrafo, deixa claro em seu livro “Condição Pós-Moderna” que este método de pesquisa não é estático nem fechado, pois:

O materialismo histórico-geográfico é um modo de pesquisa aberto e dialético, em vez de um corpo fixo e fechado de compreensões. A metateoria não é uma afirmação de verdade total, e sim uma tentativa de chegar a um acordo com as verdades históricas e geográficas que caracterizam o capitalismo, tanto em geral como em sua fase presente. (HARVEY, 2007 p. 321)

É fundamental considerar aspectos como o momento histórico, econômico e, principalmente, distinções geográficas para se entender fatos ocorridos ao longo da história da humanidade, nunca deixando de levar em conta aspectos particulares. Por isso, esta pesquisa se trata de um estudo de caso, que visa esclarecer aspectos únicos que ocorreram somente no bairro de Cascalho, bem como fatores generalizantes da época que teve grande influência no Bairro. No caso estudado o foco da análise considera a forma de apropriação e uso da terra por famílias de imigrantes italianos da Região do Vêneto, Província de Treviso, Itália, no Bairro de Cascalho, Cordeirópolis-SP.

A pesquisa buscou correlações no modo de vida do sitiante do ponto de vista da organização socioeconômica. A metodologia também dialoga com as questões de caráter etnográfico, e justamente por isso se levou em conta o método de estudo de comunidade pela geografia e sociologia dos anos 1950 e 1960. Apoiado em autores tais como: Maria Thereza Schorer Petrone (1984), Antônio Cândido (2001) e Maria Isaura Pereira de Queiroz (1973a, 1973b, 1988 e 1992), que definem a comunidade, pequena propriedade, produção familiar e bairro rural no sentido de estarem ligados pelo parentesco, no rural, em contraposição ao urbano industrial, visto que o Bairro de Cascalho permitiu um recorte que se enquadra num estudo de comunidade. Os estudos de comunidade apontam para uma caracterização do campesinato no Brasil em suas formas e relações. Deste ponto de vista Antônio Cândido

deixa claro como o bairro rural é caracterizado por um território já descrito acima e por uma característica sensível, cultural, além de ser geograficamente um elemento primordial em sua delimitação. Conforme Antônio Cândido,

Mas além de determinado território, o bairro se caracteriza por um segundo elemento, o *sentimento de localidade* existente nos seus moradores, e cuja formação depende não apenas da posição geográfica, mas também do intercâmbio entre as famílias e as pessoas, vestindo por assim dizer o esqueleto topográfico. (CÂNDIDO, 2001, p.84, grifo do autor)

Em relação ao aspecto “sentimento de localidade”, em sua grande maioria refere-se aos fatores que não se pode palpar, são sentimentos e valores que envolvem o contexto cultural. Destes, podemos destacar eventos, ações, comportamentos, valores, rituais, ou mesmo lugares. Autores como, Maria Isaura Pereira Queiroz, deram grandes contribuições no sentido de estudar os bairros rurais. Damos destaque a um de seus estudos: “*Bairros Rurais Paulistas*” (1973a). Nesse trabalho a autora trouxe esclarecimentos no sentido de entender não só o comportamento camponês, mas também seu fator identificador. Nesse estudo ela foca um bairro rural no município de Leme-SP no ano de 1962, e diz que o camponês produz “[...] arroz, feijão, milho, destinados à subsistência [...]”, (QUEIROZ, 1973a, p.33), revelando a cultura da produção alimentar muito comumente praticada pelo camponês.

Outras duas obras de fundamental importância para que essa pesquisa foram: “Homens Sem Paz: os conflitos e os bastidores da emigração italiana”, de 1972, de Constantino Ianni, e “Rio Claro: Um Sistema de Grande Lavoura”, de 1977, de Warren Dean. Embora fossem várias as bibliografias consultadas, aqui pretendo descrever a estruturação desses livros no sentido de destacar sua importância nesta pesquisa.

O primeiro livro que recebe destaque é “Homens Sem Paz” de Constantino Ianni. Este livro contribuiu por esclarecer os fatores que levaram esses *contadini* migrarem para o Brasil. O que de fato aconteceu na Itália, como um todo, que forçou principalmente os trevisanos a virem para o Brasil. Quais fatores políticos e econômicos contribuíram para a promoção da imigração. Pelas pessoas que presenciaram, sofreram as consequências ou mesmo para aqueles que morreram esquecidos, seja no percurso ou nas casas transitórias, que eram abrigos de amparo à indigência. No primeiro capítulo do livro Constantino Ianni mostra como o processo de emigração envolvia diretamente interesses econômicos, sobretudo do governo italiano. No capítulo dois, o autor descreveu como os *contadini*, ou seja, como os camponeses foram expulsos das terras. Como a Itália apresentava características econômicas tão distintas

por região e os aspectos que envolviam as crises políticas. No capítulo três, mostrou o envolvimento econômico das companhias de navegação com quantidades e características da emigração. Para esta pesquisa o capítulo quatro foi de fundamental importância por esclarecer aspectos sobre a emigração, onde partiam já pensando na volta, das doenças relacionadas à emigração. Mas principalmente dos conflitos emocionais que envolvem o conceito de identidade, onde tal imigrado pode desenvolver uma identidade tanto com o território onde nasceu, viveu, e posteriormente com o território para onde este se mudou. O capítulo cinco é bastante interessante por mostrar o diário de bordo do autor que viajou na terceira classe juntamente com os emigrados, seus percalços e conflitos. No próximo capítulo, destaca as relações político-econômicas do governo na perspectiva de lucrar com a emigração, mostra as relações entre o governo e os bancos e, nas construções de obras públicas na Itália. O capítulo sete mostra como o governo praticamente abandonou os emigrados em seus países de destino onde muitos morriam na indigência. Eventualmente quando o governo financiava alguma instituição para o apoio do emigrado dificilmente esse dinheiro chegava ao emigrado, quando chegava era somente uma parcela muito pequena do que fora emitido. Por fim o capítulo oito descreve como o governo além de ter lucrado com os impostos dos emigrados, ainda assim pôde ganhar com a propaganda gratuita promovida pelo próprio emigrado em seu país de destino.

O segundo livro de importância foi “Rio Claro: Um Sistema de Grande Lavoura”, de Warren Dean. O destaque a este livro se observa na sua imensa riqueza de dados, e pelo fato de que Rio Claro se apresenta no eixo da discussão. Isto se deve ao fato de que os imigrantes europeus como trabalhadores livres vieram trabalhar, na fazenda Ibicaba, então pertencente ao município de Rio Claro. E o núcleo colonial em discussão nesta pesquisa, Cascalho, também na época pertencia ao município de Rio Claro. Deste modo, se observa dados de extrema relevância para que a pesquisa se desenvolvesse da melhor forma. O capítulo um traz uma explanação geral das características da região por apresentar dados de clima, solo, produção, infraestrutura e dados censitários, a relação minifúndio/latifúndio por data e localização; as relações antropológicas, além de características econômicas que ligava Rio Claro ao resto do Brasil. Capítulo dois apresenta as características da evolução do café e da cana-de-açúcar, com tabelas por área/data/produto, e a expansão ferroviária por região/custo, além do papel dos barões da época. No capítulo seguinte, apresenta a situação conturbada que foi a substituição da mão de obra escrava pela assalariada, destacam-se os fatores econômicos, bem como a reação dos barões frente a esse fato; o censo de escravos e livres e as denúncias de

maus tratos dos barões aos escravos, além dos assassinatos. O capítulo quatro trata especificamente da relação do Senador Vergueiro e os imigrantes europeus como trabalhadores livres. Mostra as falsas promessas e conta a história de um importante personagem a denunciar maus tratos aos imigrantes, Thomas Davatz. Apresenta o custo dos escravos e dos trabalhadores livres. Além dos casamentos arranjados para que política e dinheiro se mantivessem atrelados. No capítulo cinco, descreve todas as leis que envolveram o fim da escravidão, bem como a visão dos barões em relação a esse processo. Finalmente, no capítulo seis, a instauração de leis efetivas à substituição da mão de obra escrava pela assalariada. Relação de produção café/ano, número de imigrantes pessoas/ano, o que o *record* da produção de café representou na industrialização de Rio Claro. Como a crise de 1901 a 1906 contribuiu para a formação do Núcleo Colonial de Cascalho. E o papel do pequeno produtor para criação de infraestrutura. Na Conclusão descreve como o imigrante italiano, foi de fundamental importância para que a economia do Estado se desenvolvesse, tanto na produção do café, quanto na produção de alimento.

Outras obras de destaque foram: “Pioneiros e Fazendeiros no Estado de São Paulo”, de Pierre Mombeig (1984); “Os parceiros do Rio Bonito”, Antônio Cândido (2001); “Memórias de um Colono no Brasil”, Thomas Davatz (1980); “Herdeiros, Parentes e Compadres”, Ellen Woortmann (1995).

1.1. O conceito de camponês

O conceito de camponês abrange uma série de fundamentos básicos, porém pode haver pequenas variações tanto no momento histórico, quanto no espaço. Mas, sobretudo tais características gerais permanecem. Justamente por ser uma definição polêmica, por não apresentar um perfil absolutamente definido em suas características no entender de vários autores, um dos autores que vamos tomar por referência é Karl Marx, embora nos utilizemos de outros autores conjuntamente na discussão e definição do conceito de camponês. Antes vamos através de Marx observar alguns conceitos que envolvem o cotidiano do indivíduo camponês. O primeiro a observarmos é o conceito de trabalho: “O trabalho é a substância e a medida imanente dos valores, mas ele próprio não tem nenhum valor” (1980, p. 619). Consequentemente, valor é a “Forma objetiva do trabalho social despendido para produzir

uma mercadoria” (MARX, 1980, 617). Vale ressaltar que terra não gera valor, o que na realidade gera valor é o trabalho humano investido na terra.

O capitalista e o camponês diferem basicamente na sua relação com o dinheiro. O capitalista visa sistematicamente à obtenção de lucro em forma de dinheiro de modo a reinvestir e obter cada vez mais lucro:

Como representante consciente desse movimento, o possuidor do dinheiro torna-se capitalista. [...] O conteúdo objetivo da circulação em causa – a expansão do valor – é sua finalidade subjetiva. Enquanto a apropriação crescente da riqueza abstrata for o único motivo que determina suas operações, funcionará ele como capitalista, ou como capital personificado, dotado de vontade e consciência. Nunca se deve considerar o valor de uso objetivo imediato do capitalista. Tampouco o lucro isolado, mas o interminável processo de obter lucros. (MARX, 1980, p. 172)

Porém a relação do camponês com o dinheiro é muito distinta. Se o capitalista visa o lucro como objetivo final de suas ações, “[...] nas mãos do camponês, por exemplo, que vende trigo e com o dinheiro obtido compra roupas” (MARX, 1980, p. 167), o que se observa é o processo da circulação simples, que visa os valores de uso e não a acumulação abstrata de riqueza. Ou seja, o dinheiro serve para consumo imediato, e não para produzir ainda mais mercadorias e conseqüentemente obter cada vez mais lucro.

Outro autor que contribuiu no sentido de elucidar o conceito de camponês foi Teodor Shanin. Ele deixa claro que não há uma caracterização do camponês sem apresentar variações, pois há variações continentais e regionais, de modo que o camponês não apresenta um caráter homogêneo. Segundo Shanin há seis fatores que podem ajudar na identificação deste conceito. Em primeiro lugar o autor diz que há a presença de trabalho familiar, sendo este proprietário de seus meios de produção, além de uma economia de subsistência (SHANIN, 1981, p. 46). O segundo aspecto se trata da organização política interna dos camponeses, por exemplo, as relações de apadrinhamento são muito semelhantes entre eles no mundo (SHANIN, 1981, p. 47). Num terceiro aspecto compreende “as formas de produção e vida social” (SHANIN, 1981, p. 47) que inclui a tradição oral onde se passa conhecimento, e os mapas cognitivos, de modo a organizar o plantio no tempo e no espaço. A organização interna típica que os camponeses desenvolvem com artesãos, pequenos burocratas e capitalistas, são bastante semelhantes em todo o mundo, sendo este o quarto aspecto (SHANIN, 1981, p. 47). A reprodução social e material de modo a permitir a reprodução social de comportamento, é o quinto aspecto; por exemplo, ter condições financeiras a permitir que as tradições de

herança se perpetuem (SHANIN, 1981, p. 48). O último e sexto aspecto trata das relações estruturais, por exemplo, as relações comerciais (SHANIN, 1981, p. 48).

Antônio Cândido sustenta a teoria que o caipira é um modo de ser, envolvendo diretamente as questões culturais, de forma que este modo de ser envolve todo o cotidiano do indivíduo. São estes: a dieta, relação parental, trabalho familiar, religiosidade, produção de subsistência, policultura, entre outros aspectos, que vai além de uma variação entre países, representa uma variação local (CÂNDIDO, 2001, p. 28). Deste modo, podemos fazer analogia ao contexto camponês, pois o caipira experimenta uma vida camponesa.

Embora esse modo de ser esteja de alguma forma voltado à produção de subsistência, e esteja inserido em um contexto capitalista, o camponês não é um capitalista, antes é um reprodutor de seu próprio sistema. O capitalista deve usar tal lucro para investir na própria produção de modo a gerar ainda mais lucro. Por outro lado, o objetivo do camponês não é o lucro e sim a sobrevivência, em especial a sobrevivência atrelada a princípios éticos camponeses.

Assim, Antônio Cândido (2001) observou que naquele momento em que seus estudos se desenvolveram, havia uma expansão do capitalismo naquela área, e ao mesmo tempo certa resistência na permanência da cultura de subsistência por parte desses camponeses. Conforme citação abaixo, ambas as agriculturas coexistem, pois a agricultura camponesa esta inserida em um contexto capitalista, de modo a ser influenciada mas não eliminada. Assim a economia de subsistência se une a outras economias, mas, como forma de sobrevivência e não como renúncia. Conforme citação abaixo:

Como foi dito, a economia de subsistência, dominante a princípio na área estudada, coexistiu em seguida com a agricultura comercial, que não se arraigou de maneira a excluí-la. O mesmo não se dará no momento, ao que tudo indica, na atual fase de expansão da economia capitalista, muito mais penetrante e de âmbito incomparavelmente mais amplo, de tal modo que as áreas segregadas se vêem jungidas às necessidades agrícolas, comerciais e industriais da região, do estado, do país, que neles repercutem a cada passo. A vida tradicional sobreviveu até aqui em muitas áreas, embora mais ou menos alterada. Parece difícil que possa, daqui por diante, resistir à expansão capitalista, como fórmula de ajustamento do grupo ao meio em função da subsistência, com base no círculo fechado dos agrupamentos de vizinhança, cuja autonomia ecológica é hoje uma sobrevivência. (CÂNDIDO, 2001, p.204)

Tal citação deixa claro que muito embora o camponês seja um modo de ser, tal modo não é cerceador a ponto de eliminá-lo, antes, tais grupos se organizam de modo a aderir alternativas à sobrevivência.

Nesse sentido, Henry Lefebvre (1981a) deu uma grande contribuição mostrando que esse camponês se adapta ao seu “tempo”, ou seja, o mesmo não é estanque, ao contrário se adapta às condições históricas para não abandonar seu modo de vida camponesa. Desse modo, vemos em sua definição de camponês que, “[...] a comunidade rural (camponesa) é uma forma de agrupamento social, que organiza, segundo modalidades historicamente determinadas, um conjunto de famílias fixadas ao solo” (LEFEBVRE, a, 1981, p. 156). O autor indica que se houver necessidade de adaptação da parte do camponês, para justamente não abandonar seu modo de vida, de modo geral este se adapta.

Vale ressaltar os laços existentes nas comunidades camponesas, sejam eles quais forem são muito verdadeiros e permanentes. Henry Lefebvre complementa que um dos fatores de identificação do grupo são os laços que os unem enquanto grupo, pois, se não for de consanguinidade onde as relações de parentesco são evidentes e bem definidas, surge outro complemento, os laços de territorialidade.

Nas comunidades camponesas constatamos inicialmente a predominância dos laços de *consanguinidade*. No momento em que eles se dissolvem, são substituídos pelos laços de *territorialidade*, fundados na residência, na riqueza, na propriedade, no prestígio, na autoridade. Passamos assim do parentesco extenso à família restrita (com predominância masculina) e às relações de vizinhança. (LEFEBVRE, b, p. 174, 1981, grifos do autor)

Este fator é bastante identificador, tais laços de *consanguinidade* são muito importantes para o camponês, pois para este sua identificação no grupo é feita a partir destas relações de parentesco. Mas se este não for de determinado grupo familiar, sua identificação passa a ser por outros critérios como determinado bairro, vila, ou seja, de determinada *territorialidade*. Assim a noção de grupo permanece seja sob a ótica familiar, seja sob a ótica de determinado território.

O que ocorreu em Cascalho foi a substituição dos laços de consanguinidade pelos laços de territorialidade. Em alguns casos os laços parentais são substituídos por outros. Alguns dos moradores imigrantes de Cascalho apenas se conheciam na Itália, mas não apresentavam parentesco. Eram vizinhos ou conhecidos, mas não parentes. Quando esses imigrantes chegam a Cascalho, muitos, com o tempo, desenvolvem relações que vão além de uma relação de vizinhança, passam a se casar, de modo a se tornar parentes. Assim se num primeiro momento o que os ligava a Cascalho eram os laços de territorialidade por pertencer ao bairro, com o tempo passam a desenvolver laços de parentesco, por assumirem uniões

entre os moradores. Assim os laços de territorialidade são substituídos por laços de parentesco.



Fig. 3: Jazigos das famílias Maronesi e Bertanha no cemitério de Cascalho (Fonte:OLIVEIRA, 02/2011).

Há em Cascalho uma história muito peculiar onde duas famílias de Cascalho já possuíam laços de amizade na Itália e perpetuaram-na no Brasil. A foto acima (figura 3) mostra os túmulos das famílias de Cascalho, Maronesi e Bertanha, que tinham sítios na Itália e tais propriedades faziam divisa, eram mais que vizinhos, eram amigos. Quando vieram ao Brasil decidiram vir juntas. No Brasil se mantiveram unidas e em contato permanente; o tempo passou e uma das famílias ficou sabendo que o governo estava vendendo porções de terra para cultivo em Cascalho. Então uma das famílias deu o nome para adquirir o lote e avisou os amigos que alertados por este fizeram o mesmo. Para adquirir lotes a família deveria mostrar interesse apresentando documentos, e esperar o sorteio dos lotes por nome, com a nomeação do novo proprietário. Então, uma das famílias foi sorteada com um lote e logo em seguida foi nomeado o amigo em outro sorteio, e para grande alegria as famílias amigas e vizinhas na Itália puderam permanecer vizinhas em Cascalho. Os anos se passaram e as famílias guardam grande carinho pelas histórias contadas pelos mais velhos de ambas as famílias, e acham muito engraçado que as famílias permanecem vizinhas até no cemitério de Cascalho. Os jazigos das famílias apresentam-se lado a lado, como vizinhos.

Deste modo aqueles que aqui no Brasil não tinham parentes, tais relações foram substituídas pelos laços de territorialidade, onde se identificavam como moradores de Cascalho. E aqui no Brasil as relações de parentesco se efetivaram, pois, aqui os descendentes acabaram por se casar sedimentando as relações entre as duas famílias.

Mas em relação a aspectos econômicos, sociais e culturais, não podemos esperar que o Bairro de Cascalho, hoje, apresente exatamente as mesmas características do Núcleo Colonial de Cascalho. Antes, a evolução de algumas características, sejam elas culturais ou econômicas, podem nos evidenciar que há uma resistência ao abandono de outras características. Se por um lado os proprietários de terra aderiram processos de produção bastante modernos, tais como: melhoramento genético tanto em animais quanto em vegetais; por outro lado isto não significa que estão dispostos a abandonar suas terras ou mesmo em torná-las mais rentáveis a qualquer custo.

Para isso contamos com o estudo feito por Klaas Woortmann, antropólogo, no sentido de esclarecer alguns aspectos previamente. O autor prefere o termo campesinidade ante ao termo camponês, pois devido a esta “nova ordem econômica” e um “camponês proletarizado” o termo campesinidade explica melhor o conceito adotado hoje. Segundo ele “Não encontramos, então, camponeses puros, mas uma campesinidade em graus distintos de articulação ambígua com a modernidade” (WOORTMANN, 1990, p.14). Porém, deixa muito claro que esse indivíduo não pode ser excluído desse contexto por estar inserido no mercado, pois sua sobrevivência, inclusive no sentido de se manter enquanto camponês, depende desta adaptabilidade. “A integração no mercado, por outro lado, não significa, necessariamente, uma baixa campesinidade” (WOORTMANN, 1990, p.15).

Para entendermos melhor o que envolve o termo campesinidade, vamos olhar mais de perto quais são os fatores culturais que o difere dos demais.

A partir de uma etnografia, focalizo algumas categorias culturais centrais do universo camponês brasileiro, que são também centrais para a reconstrução da ética mais geral que eles representam: trabalho, família, liberdade, além de outras como a comida. [...] considero a cultura como o universo de representações de um grupo, categoria ou sociedade. (WOORTMANN, 1990, p. 23)

Assim Klaas Woortmann diz que o universo camponês aponta uma série de fatores que compreende desde o trabalho até a comida, e seu conjunto de símbolos. Segundo Octávio Ianni, fatores sociais, econômicos e culturais estão imbricados em especial na concepção do

grupo camponês. A terra não se apresenta somente como o lugar de trabalho, antes há uma relação mais íntima entre camponês e terra.

Acontece que toda opressão econômica é também cultural e social, além de política. A terra não é um fato da natureza, mas produto material e espiritual do trabalho humano. A relação do camponês com ela compreende um intercâmbio social complexo, que implica a cultura. Jamais se limita à produção de gêneros alimentícios, elementos artesanais, matérias-primas para a satisfação das necessidades de alimentação, vestuário, abrigo etc. Muito mais que isso, a relação do camponês com a terra põe em causa também a vida espiritual. A noite e o dia, a chuva e sol, a estação de plantio e a colheita, o trabalho de alguns e o mutirão, a festa e o canto, a história e a lenda, a façanha e a inventiva – são muitas as dimensões sociais e culturais que se criam e recriam na relação do camponês com a sua terra, seu lugar. (IANNI, 2009, p. 142)

Essa relação entre o cultural, a terra e a religião fica evidente no calendário de festas. A festa do milho obviamente coincide com um dos ciclos de colheita de tal alimento, a festa da Befana encontra-se no sexto dia de janeiro, pois tem relação direta com a comemoração do nascimento de Cristo, para citar alguns exemplos. Isto é observado em Cascelho nas festas comemoradas, nos ritos espirituais, mas, sobretudo, na preservação da igreja de Cascelho. Esta tem grande simbologia para os moradores, pois, foi construída pelos ancestrais dos moradores, portanto tem valor pessoal para cada família que sabe como seu ancestral trabalhou na construção da igreja, fosse auxiliando diretamente na construção ou na doação de recursos para a mesma. Além do valor arquitetônico, que memora a origem do Vêneto, portanto a origem do grupo. Normalmente as regiões na Itália costumam ter em suas igrejas arquitetura específica da tal região, assim a igreja de Cascelho tem semelhança física, tanto internamente quanto externamente, com as igrejas existentes na região do Vêneto. Todos esses símbolos e significados únicos tanto para cada indivíduo, quanto para o grupo, torna Cascelho culturalmente distinto do seu entorno, apresentando uma cultura camponesa marcada pelo tempo e por suas características.

Para nos referirmos aos moradores desta área contamos com a descrição de Warren Dean (1977, p. 176) “Em 1893 havia 520 pessoas em Cascelho, [...] sitiante [...] prósperos”. Assim, pretende-se analisar o que o termo sitiante/camponês envolve.

Vale ressaltar aqui que para o camponês possa permanecer camponês de modo geral, este deve se inserir no mercado. Sua sobrevivência depende da adaptabilidade ao mercado como elemento de permanência camponesa. Segundo Henri Lefebvre (1981, a, p. 162) “A vida camponesa não tem mais nada de autônoma, hoje. Ela não pode mais evoluir segundo

leis distintas; ela relaciona-se, de múltiplas maneiras, à economia geral, à vida nacional, à vida urbana, à tecnologia moderna.” Essa evolução é positiva no sentido de adquirir tecnologias, inserir-se no mercado, pois, graças à aquisição de tais recursos e mudanças, estes podem permanecer na terra, permanecer camponês.

Os elementos que envolvem a vida de forma direta e indireta, dependem para a constituição do camponês; as categorias “terra, família e trabalho” são fundamentais para identificá-lo como tal, bem como para sua manutenção. O modo de vida camponês tem a cultura como um elemento de grande importância na sua organização interna. Para o camponês as raízes e os valores são muito mais respeitados e seguidos no sentido de influenciar essencialmente a conduta dos indivíduos presentes. Para o indivíduo urbano, não necessariamente todos os elementos culturais que envolvem seu convívio são fundamentais tanto para sua formação quanto para sua manutenção. Obviamente não podemos nos esquecer de que o camponês valoriza ao mesmo tempo em que cria e recria sua própria cultura, ou seja, é um agente ativo na produção e reprodução de sua própria cultura. No contexto urbano, família, trabalho, entre outros elementos culturais estão presentes, mas o que o difere do camponês é que um não existe sem o outro. Klaas Woortmann explica da seguinte forma (1990, p.23): “Nas culturas camponesas, não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família”. Essa citação deixa claro que as relações culturais entre o indivíduo urbano e o camponês são muito distintas, ou seja, no contexto urbano o trabalho acontece sem a dependência da terra e da família e vice-versa. Porém no contexto camponês tais fatores encontram-se imbricados, um fator depende do outro para que as relações sociais aconteçam.

1.2. Cultura e religiosidade

A Geografia Cultural tem se preocupado em estudar a cultura mais a fundo, visto que, elementos como língua, costume, valores, religião, vestimenta, alimentação, entre outros, são particulares à medida que nos movimentamos no tempo e no espaço.

Entender o termo cultura é de fundamental importância no esclarecimento da identidade do Núcleo Colonial de Cascalho. Segundo Alfredo Bosi os termos *cultura*, *culto* e *colonização* apresentam a mesma origem latina na palavra *colo*. Sendo que *colo* tem origem na língua Romana que significa “[...] *eu moro, eu ocupo a terra*, e por extensão, *eu trabalho*,

eu cultivo o campo.” (BOSI, 1992, p. 11, grifo do autor); no Dicionário Latino-Português o termo *colo* significa: “1 cultivar; 2 habitar; 3 cuidar de; 4 querer bem; 5 ocupar-se; 6 honrar-se, venerar-se” (TORRINHA, 1945, p. 163). Deste modo, o termo cultura é muito mais amplo que o sentido de plantio para a mera obtenção de alimento. Na realidade o termo envolve substancialmente elementos e ritos mais complexos, que segundo Gordon Childe (CHILDE apud BOSI, 1992, p. 14) remontam ao homem de Neanderthal: “Mas, agora, a terra na qual repousam os antepassados é considerada como o solo do qual brota cada ano, magicamente, o sustento alimentício da comunidade.” Fica aqui evidente que o culto aos mortos é, e há muito tempo tem sido, de fundamental importância para a cultura de um povo.

Desta forma, venerar e enterrar seus mortos no bairro de Cascalho era de fundamental importância no sentido de se apropriar do espaço de toda forma possível, fosse física pela posse da terra da família, fosse na manutenção e memorização dos seus antepassados já ausentes. No caso específico de Cascalho pode se observar essa cultura materializada em dois documentos básicos à sua formação, a requisição de terrenos para a construção da escola, igreja e cemitério (figuras 23, 24 e 25 em anexo). Com isso fica evidente que os ritos religiosos são muito importantes para a manutenção do grupo, assim como enterrar seus mortos naquele local representava muito mais do que ceder um local para o descanso dos seus, antes significava “honrar e venerar” seus antepassados. Desta forma, os moradores puderam transmitir aos seus sua cultura e o respeito pelo local. Um povo sem memória, sem passado, não tem raízes culturais e conseqüentemente, não pode respeitar aquilo que não conhece, muito menos valorar e transmitir isso aos seus.

Com isso fica evidente a necessidade não só de estrutura física para que haja o bom andamento de processos sociais, como a construção de escola, igreja e outros, mas a reprodução de arquiteturas como no caso da igreja em Cascalho, que são e foram fundamentais para identificação do grupo. A manutenção do patrimônio cultural como elemento identificador, como memória do grupo, pois isso é de fundamental importância, sobretudo no aspecto da saúde mental e física. Era muito comum muitos imigrantes serem acometidos de “tristeza” por terem deixado seu lar, ou seja, sua referência cultural; de modo que as reproduções dessas estruturas físicas podiam trazer certo conforto e identificação à comunidade.

Para Alfredo Bosi a união dos fatores simbólicos que sustentam a cultura, dá identidade à comunidade.

A possibilidade de enraizar no passado a experiência atual de um grupo se perfaz pelas mediações simbólicas. É o gesto, o canto, a dança, o rito, a oração, a fala que evoca, a fala que invoca. No mundo arcaico tudo isso é fundamentalmente religião, vínculo do presente com o outrora-tornado-agora, laço da comunidade com as forças que a criaram em outro tempo e que sustentam a sua identidade. (BOSI, 1992, p. 15)

A consolidação de uma cultura depende de como os moradores transmitem esses valores e como os mesmos absorvem os elementos que o identificam, pois, segundo Bosi, “Cultura é o conjunto das práticas, das técnicas, dos símbolos e dos valores que se devem transmitir às novas gerações para garantir a reprodução de um estado de coexistência social” (BOSI, 1992, p. 16). Ou seja, se a comunidade não se identifica com determinados valores e símbolos, conseqüentemente não os repassa aos seus descendentes, de modo que se refaz a partir de outros elementos. Para José Roberto Lobato Corrêa, citando o editorial da revista *Géographie et Cultures* (EDITORIAL, 1992, p. 4-5), cultura é definida:

- como o “conjunto de técnicas, atitudes, ideias e valores”, apresentando assim “componentes materiais, sociais, intelectuais e simbólicos”;
- “transmitido e inventado”;
- não sendo constituído pela “justaposição de traços independentes” mas, ao contrário, “seus componentes formam sistemas de relações mais ou menos coerentes”;
- não sendo assimilado igualmente pelos membros de um sociedade;
- “vivido individualmente” (CORRÊA, 1999, p.52, grifo do autor).

A partir desta definição entendemos que o autor considera que cultura abrange uma gama de ações e atitudes coletivas podendo ou não apresentar variações individuais, mas que coletivamente dá característica a determinado grupo como um todo.

No caso do presente estudo buscou-se entender como a cultura do grupo social se expressa nas relações de vizinhança, nas festividades, na religiosidade entre outros tão presentes nessa comunidade, como era no passado. Fazendo, desse modo, uma interpretação de parentesco, herança da terra, costumes e religiosidade desse grupo italiano.

Na visão antropológica de Clifford Geertz a cultura tem caráter histórico e determina toda a vida e comportamento, pois: “Tornar-se humano é tornar-se individual, e nós nos tornamos individuais sob a direção dos padrões culturais, sistemas de significados criados historicamente em termos dos quais damos forma, ordem, objetivo e direção às nossas vidas” (GEERTZ, 1989, p.64). Nesta análise percebemos que cultura envolve elementos criados e adotados em certo período histórico que dão sentido a um padrão cultural adotado ou deixado,

à medida que determinada cultura cria e recria seus valores. Trata-se, deste modo, de um conjunto de regras adotado por um grupo.

Vale lembrar que para que um conjunto de determinados elementos se tornem parte de uma cultura, este deve ser transmitido às próximas gerações de modo a se perpetuar, por um período de tempo mínimo para se tornar presente em uma dada sociedade. Segundo Denis Cosgrove: “A própria cultura foi considerada como um conjunto relativamente não-problemático: um conjunto de práticas compartilhadas comuns a um grupo humano em particular, práticas que foram aprendidas e transmitidas através de gerações”(COSGROVE, 2004, p. 101).

Sergio Paulo Rouanet em seus estudos sobre ética e antropologia contribuiu para a concepção do termo cultura. Demonstra a relação que existe entre o homem e a cultura:

O homem não pode viver fora da cultura, mas ela não é o seu destino, e sim um meio para sua liberdade. Levar a sério a cultura não significa sacralizá-la e sim permitir que a exigência de problematização inerente à comunicação que se dá na cultura se desenvolva até o *telos* do descentramento. Não somos humanos fora da cultura, mas não seremos homens livres [sic] [livres] se não pudermos sempre que necessário assumir uma posição de exterioridade com relação ao mundo social. (ROUANET, 1990, p.133, grifo do autor)

O autor desenvolve uma explanação bastante interessante. Em primeiro lugar, diz que o homem não se torna humano fora da cultura, ou seja, daquele conjunto de comportamentos e ações que ele mesmo criou e desenvolveu. Diz que o fato de pertencer à determinada cultura, não significa sacralizá-la, torná-la intocada, sem questionamentos. Para o autor, a cultura não chega ao fim se não há desdobramentos da mesma, se não há a liberdade para questionamentos e mudanças. Tais questionamentos podem tornar o homem livre, seja no sentido de libertá-lo de algo, ou dar o direito a este de executar tal comportamento antes contestado, proibido. Deste modo, não esperamos que os moradores de Cascelho ainda trabalhem da mesma forma como trabalhavam seus antepassados há cem anos. Hoje fica evidente que tecnologias foram inseridas no contexto destes camponeses, como por exemplo, trator, e melhoramento genético de plantas e animais, embora não signifique que deixaram de ser camponeses. O que fica claro é que tecnologias são inseridas, mas a cultura camponesa permanece.

Para entendermos melhor como se desenvolve uma cultura Norbert Elias fala sobre como nasce e se desenvolve a cultura e como esta se perpetua na tradição. Segundo Elias “Os conceitos de *Kultur* e “civilização”, para sermos exatos, portam o selo não de seitas ou

famílias, mas de povos inteiros ou talvez apenas de certas classes” (ELIAS, 1994, p. 260, grifo do autor). Ou seja, a cultura ou, o que torna o homem humano, nasce em determinado tempo e espaço, por um determinado grupo de pessoas. De modo que o grupo reduzido expande tal comportamento, ação, a povos ou nações inteiras. Em seguida Norbert Elias descreve como determinado material linguístico se desenvolve e se concretiza como algo tão relevante em uma cultura.

[...] palavras específicas de grupos menores estende-se [...] são usados basicamente por e para povos que compartilham uma tradição e situação particulares. [...] eles lançaram raízes. Estabeleceram-se. Outros os captaram em seu novo significado e forma, desenvolvendo-os e polindo-os na fala e na escrita. Foram usados repetidamente até se tornarem instrumentos eficientes [...] [assim] demonstra que não representam apenas necessidades individuais, mas coletivas, de expressão. A história coletiva neles se cristalizou e ressoa. O indivíduo encontra essa cristalização já em suas possibilidades de uso. Não sabe bem por que este significado e esta delimitação estão implicadas nas palavras[...]. Usa-as porque lhes parece uma coisa natural, porque desde a infância aprende a ver o mundo através da lente desses conceitos. O processo social de sua gênese talvez tenha sido esquecido há muito. Uma geração os transmite a outra sem estar consciente do processo como um todo, e os conceitos sobrevivem enquanto esta cristalização de experiências passadas e situações retiver um valor existencial, uma função na existência concreta da sociedade – isto é, enquanto gerações sucessivas puderem identificar suas próprias experiências no significado das palavras. Os termos morrem aos poucos, quando as funções e experiências da vida concreta da sociedade deixam de se vincular a eles. Em outras ocasiões, eles apenas adormecem, ou o fazem em certos aspectos, e adquirem um novo valor existencial com uma nova situação. São lembrados então porque uma coisa no estado presente da sociedade encontra expressão na cristalização do passado corporificada nas palavras. (ELIAS, 1994, p. 26-27)

Norbert Elias demonstrou em seu estudo que determinado grupo desenvolve termos que são usados, e passam a ser usado por todos, por que lhes faz sentido. À medida que é usado se cristaliza no tempo, passa a ser usado por todos independentemente da consciência que o grupo tem ou não sobre a formação de tais termos. Deste modo as gerações usam-no não por terem a exata noção de sua origem, mas por lhes ser tão usual a ponto de lhes parecer natural, como se sempre fora assim. Obviamente esta foi uma demonstração de Norbert Elias de como a linguagem pode se desenvolver, mas podemos usar esta ideia também para comportamentos, ações, sentimentos, devoções, costumes, alimentação, etc. Assim o nascimento e o desenvolvimento de tais elementos determinam a cultura, mas a repetição deste cria a tradição, por isto cultura e tradição estão seladas.

A tradição se refere à repetição seguida de elementos da cultura através de gerações, independentemente da consciência da sua criação, desenvolvimento e cristalização.

Voltando a Sergio Paulo Rouanet, o autor deixa claro que o homem não pode viver fora de uma cultura, seja ela qual for, porém, isto não significa que ele deva aceitar todos os aspectos desta cultura, simplesmente porque ele está inserido nesta cultura específica. Mesmo que o indivíduo compartilhe e vivencie certos aspectos de uma cultura, não significa que tenha que aceitar todos os aspectos contidos nela, pelo fato de pertencer a tal cultura, ou por que segue a tradição. Segundo ele, tal “desenraizamento” se torna necessário à medida que tais comportamentos violam direitos. Assim nenhuma cultura deve estar acima de qualquer questionamento. Devemos reavaliar tal tradição sob o olhar de todos independentemente do gênero, idade, classe social, etc.

Para o Iluminismo, a tradição era a esfera por excelência da heteronomia, que submetia o homem à tutela do sagrado, impedindo-o de pensar por si mesmo. [...]. Pensar por si mesmo é libertar-se do *préjugé* – opinião sem julgamento, na definição de Voltaire – e a tarefa da tradição é justamente a de fornecer opiniões já prontas, que dispensem o homem da difícil tarefa de reflexão autônoma. O historicismo [sic] [historismo] reabilita a tradição, e ao fazê-lo re-sacraliza o mundo que o Iluminismo tinha secularizado. A tradição não é mai [sic] [mais] aquilo do que devemos nos libertar, mas a matriz uterina que nos envolve do nascimento à morte e que não podemos descartar sem riscos individuais e coletivos. Somente dentro da tradição o homem é plenamente humano. [...] O discurso, cuja função é criticar a tradição, é obstruído pela própria tradição. [...] Ao contrário, tendo emancipado o homem de um "sentido" imposto heteronomamente, a de-sacralização habilitou-o a fundar, em confronto dialógico com seus semelhantes, um novo horizonte de significações. [...] Crítica não significa rejeição a priori: significa exame, e possivelmente validação da norma. Inserida numa comunidade inter-cultural, essa instância crítica terá caráter também inter-cultural. (ROUANET, 1990, p.139-141, grifos do autor)

Interessante notar que neste ponto da discussão Sergio Paulo Rouanet dá destaque a uma série de exemplos, em como não aceitar certos aspectos de determinadas culturas simplesmente por que fazem parte da tradição. Quando por exemplo, condena-se uma mulher ao estupro ou morte, por julgá-la por algum comportamento dito não aceito dentro de determinada tradição. Quando pior, a tradição diz que tal mulher pode ser violada sobre vários aspectos simplesmente por ser mulher, ou como quando o infanticídio é aceito sobre determinadas situações (ROUANET, 1990). Todos esses são exemplos que o autor usou na defesa de que nem tudo que é cultura ou tradição deve permanecer intocada, como ele mesmo disse “sacralizado”, antes, deve ser contestado, reexaminado. Abrindo oportunidade para “um

novo horizonte de significações”, onde novos valores podem ser inscritos na cultura e na tradição.

No caso de Cascalho, dentre os valores inscritos naquele território há o orgulho da origem comum do grupo, o Vêneto. Este aspecto é constantemente lembrado pelo grupo, seja no momento das festas, no momento da missa, na mesa de domingo, na relação do cultivo da terra, etc., assim como na semelhança física entre a igreja de Cascalho e as igrejas do Vêneto. Há neste aspecto da origem italiana grande apreço por parte dos moradores, sempre lembrado com grande orgulho, em como os ascendentes trabalharam e se esforçaram em tornar Cascalho o que é hoje, um bairro bem sucedido.

Porém, há relações dentro do Bairro que deixaram de existir, ou existem de forma muito parcial. Este é o caso dos casamentos, pois inicialmente os casamentos foram mais comuns entre indivíduos do próprio bairro nas primeiras gerações, diminuindo ao longo do tempo. Uma possível explicação para a primeira geração manter os casamentos dentro do Bairro, é que era de fundamental importância que o cônjuge tivesse disponibilidade para lidar com a terra. Nas gerações sucessivas, além dos deslocamentos se tornarem mais acessíveis, quando não fundamentais – para estudar na universidade, por exemplo – esta preocupação já não se efetivava. E isto hoje se deve à implantação de tecnologias já citadas (tratores, sementes geneticamente modificadas, etc.), que ampliaram e muito o horizonte sem a necessidade específica da mão de obra de todos os familiares, sem exceção.

A religiosidade é um dos elementos da cultura na qual a Geografia tem se preocupado em estudar. Como a religiosidade é de fundamental importância na vida camponesa, percebe-se que em Cascalho a tradição religiosa permanece de forma bastante primorosa. Aqueles imigrantes italianos eram cristãos católicos e seus descendentes ainda hoje seguem a tradição. Visto que a influência religiosa católica em Cascalho é profunda e marcante, a fé apresenta-se como o motor da comunidade, onde se reúnem para rezar, agradecer a Deus, organizar e prestigiar as festas.

Falar da “perspectiva religiosa” é, por implicação, falar de uma perspectiva entre outras. Uma perspectiva é um modo de “ver”, no sentido mais amplo de “ver” como significando “discernir”, “apreender”, “compreender”, “entender”. É uma forma particular de olhar a vida, uma maneira particular de construir o mundo, como quando falamos de uma perspectiva histórica, uma perspectiva científica, uma perspectiva estética, uma perspectiva do senso comum ou até mesmo uma perspectiva bizarra corporificada em sonhos e alucinações. (GEERTZ, 1989, p.126)

A partir de tal perspectiva, observou-se que o elemento cultural da religiosidade atua na formação da identidade territorial no bairro de Cascvalho. Isto é observado na relação do grupo com a igreja local, bem como na presença constante de fiéis de todas as faixas etárias na igreja. Com relação à religiosidade procurou-se entender a relação dos moradores com a igreja local, analisando quais são as festividades comemoradas junto à paróquia. Marília Coelho (1991), em análises num bairro rural onde predomina o sitiante, destaca o fato de que a religiosidade marcou e ainda marca a vida em comunidade rural:

Pude então constatar que a religião é o centro de tudo; ela funciona como uma mola mestra que comanda todo o conjunto de atividades presentes na vida dos sujeitos. Assim a sociabilidade, a solidariedade, o mutirão, são elementos que se apresentam como necessários à vida dos sítiantes, mas que se explicitam mais significativamente no círculo das práticas religiosas, ocasião em que é reiterada a identidade cultural do grupo. (COELHO, 1991, p.143)

Fato interessante é que a autora diz que nessas práticas culturais é que a comunidade acentua as características de “grupo”. Assim, mostra que o mero fato de viver no grupo nem sempre mantém essas características, mas antes, fatores culturais, como por exemplo, a religião, é que fornecem base para que o mesmo não somente se torne, mas permaneça enquanto grupo.

Um elemento muito presente na vida camponesa é a religiosidade acompanhada da festividade. Deste modo tais atividades envolvem a normatização de comportamentos, festejos, também é o momento onde se agradece a colheita e se pede proteção. A religiosidade promove a união do grupo sob vários aspectos, pois, muito embora os indivíduos possam permanecer isolados no contexto de trabalho, a religião promove a sociabilidade dos fiéis tanto no contexto da reza quanto da festa.

Sob o aspecto da festa, além de ser um fator agregador, dá identidade ao grupo: “As festas religiosas dão ao sitiante uma noção ainda mais vigorosa de que pertence a um bairro. [...] Todos os habitantes do bairro devem participar das festas, a capela é um verdadeiro centro de interesses” (QUEIROZ, 1973b, p. 57). É o lugar onde se agradece as graças alcançadas, onde se pede proteção tanto para os da família quanto para a plantação, ou também à busca de bons presságios.

A religião tem fator de grande importância em um determinado grupo, comunidade, visto que é um dos elementos que identificam tal grupo. São vários os ritos e símbolos que nasceram a partir da concepção religiosa, e se sustentam de modo a se perpetuarem no

tempo e no espaço tornando os elementos da cultura a identidade do grupo (BOSI, 1992, p. 15). Nota-se que a religião é um elemento de fundamental importância para identificação e perpetuação do grupo, em especial ao grupo camponês de Cascalho.

CAPÍTULO 2: Imigração e colonização

De 1500 a 1822 o Brasil se apresentava como colônia de Portugal e, portanto, todas as terras eram propriedades da corte, somente a corte poderia negociar a venda e posse das terras brasileiras. Em geral essas terras eram propriedades dos sesmeiros, ou eram desconhecidas, ou seja, “terra de índio”. Durante esse período de tempo, exclusivamente cidadãos naturais de Portugal tiveram acesso às terras brasileiras. Foi somente por volta de 1808, que estrangeiros puderam ter acesso à terra com uma política adotada por D. João VI.

Imigração e colonização foram temas sempre presentes no debate sobre o desenvolvimento econômico e social do Brasil a partir da vinda da corte de D. João, ou melhor, desde o decreto de 25 de novembro de 1808, que permitiu o acesso à propriedade fundiária a estrangeiros, antes reservada apenas aos naturais da Colônia ou do Reino. (PETRONE, 1984, p.7)

Com o decorrer de ocupação do território brasileiro surgiram vários latifúndios por meio dos sesmeiros e com isso os latifúndios se estabelecem no Brasil com o consentimento do governo na época. Anos mais tarde os latifúndios estavam voltados ao mercado internacional na produção monocultora de café, pois segundo Warren Dean (1977, p.42) este produto exigia menor quantidade de mão de obra em seu manuseio do que a cana-de-açúcar. Assim, já na primeira metade do século XIX, ainda utilizando mão de obra escrava, o principal produto cultivado era o café.

Este momento é bastante significativo no contexto social brasileiro: a substituição da mão de obra escrava pelo sistema de colonato. Devido ao fim da escravidão, a falta de mão de obra para trabalhar na monocultura se torna um problema a ser resolvido, mas nenhuma das leis que se seguem foi instaurada por espontânea vontade daqueles que detinham o poder naquela época. Antes, muitas delas já tinham se efetivado de modo que as leis vieram apenas no sentido de formalizar o que era ou viria dentro em breve se tornar um fato dado, visto que os negros constantemente se rebelavam contra sua condição cativa. Foram várias as formas de se rebelar, um exemplo disto foi o surgimento dos quilombos criados pelos negros, que ao fugirem das fazendas se estabeleceram em áreas muito distantes na tentativa de se tornarem livres, embora alguns foram descobertos, outros tiveram sucesso. De modo que as leis que se seguem no decorrer do tempo se tratam de uma questão muito mais formal, do que uma questão de concessão de direitos, tanto frente ao estabelecimento das relações modernas de

trabalho na produção capitalista, quanto diante dos inúmeros movimentos de resistência dos negros contra a escravidão.

Os quilombolas analisados por Flávio Gomes, por exemplo, deixaram de ser fugitivos de um sistema escravista para tornarem-se combatentes de um outro tipo de liberdade. [...] A liberdade estava contida, portanto, seja nas rebeliões e fugas escravas, seja na solidariedade de classe e/ou étnico-religiosa, que extrapolava, em muito, as fronteiras da relação senhor-escravo. (CARVALHO, 1998, p. 293)

Fica evidente que a resistência do negro ao sistema cativo era constante e muitas vezes tão agressiva quanto sua própria condição de vida. Deste modo, o fim da escravidão não foi algo concedido, antes foi algo conquistado a custa de muitas lutas, revoltas e vidas.

Em 1845 a Lei Bill Aberdeen – inglesa – dava o direito à Inglaterra de aprisionar todos os navios negreiros. No Brasil, o fim do tráfico negreiro somente se consumou no ano de 1850 com a Lei Eusébio de Queiroz. Em 1871 declara-se a Lei do Ventre Livre, onde todas as crianças nascidas a partir desta data não podiam ser consideradas escravas. Em 1885 surge a Lei dos Sexagenários que declarava todos os escravos com mais de 65 anos livres. E finalmente em 1888 a escravidão foi extinta no Brasil com a Lei Áurea. Assim o fim do tráfico negreiro e posteriormente o fim da escravidão exigiu a substituição da então mão de obra escrava pela livre, deste modo foi estimulada a imigração de trabalhadores livres.

José Fernando Domingues Carneiro deixa claro que além das relações capitalistas já terem se firmado e de modo irreversível, há também o fato de que ficava mais barato contratar imigrantes europeus do que comprar escravos (CARNEIRO, [1950?], p.23): “O trabalho escravo torna-se antieconômico [...]. Era mais barato até contratar imigrantes.” Desse modo o capitalismo se consumara e restava aos fazendeiros aceitar a situação. Assim a mão de obra imigrante garantiria aos fazendeiros a substituição do escravo.

Dentro deste contexto surgiram alguns personagens decisivos, dentre eles, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro. Este senador paulista foi uma figura marcante nesse contexto histórico, uma referência nesse processo de incentivo à substituição da mão de obra escrava à implantação do sistema de colonato. Ele assume a disposição de colocar sua fazenda Ibicaba, no ano de 1847, explorada com a força de trabalho dos colonos. Mesmo antes do fim da escravidão, o Senador Vergueiro já observara que o processo era irreversível, e que, portanto, experimenta o regime de colonato. Segundo Franco Cenni:

Entre os pioneiros dessa iniciativa particular deve ser lembrado o senador paulista Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, cuja fazenda Ybicaba se tornaria famosa, depois de 1847, com o nome de “colônia Senador

Vergueiro”, constituindo um modelo, no gênero, para os maiores fazendeiros das províncias de São Paulo e do Rio de Janeiro. (CENNI, [1975?], p.160)

Assim na tentativa de suprir a demanda cada vez maior de braços para a lavoura o senador Vergueiro se tornou pioneiro no modelo do sistema de parceria com o colono. Warren Dean (1977, p. 59) diz que Vergueiro “[...] foi o primeiro fazendeiro no Brasil a testar a viabilidade do trabalho do imigrante na lavoura”, deste modo foi um ensaísta. Este pioneiro se tornou um marco na contratação de europeus em regime de trabalho formalmente livre. Assim, muitas famílias chegam à sua fazenda para trabalhar como colonos num sistema de parceria, que infelizmente não teve muito sucesso (DAVATZ, 1980).

A Fazenda Ibicaba existe até os dias de hoje, porém não em sua forma original. Ela foi uma das que sofreram com a crise de 1929, além das partilhas de herança. Inicialmente a fazenda pertencia ao então município de Rio Claro, anos mais tarde com novas divisões municipais passa a pertencer à cidade de Limeira, que sofreu desmembramento em 18 de abril de 1863 e assim permanece até os dias de hoje.

Nesse momento histórico, do cultivo do café, alguns fazendeiros passaram por problemas financeiros. São vários os motivos: dívidas por empréstimos bancários para a compra de mudas de café, doenças que acometiam os escravos levando-os a morte, geadas que acometiam suas plantações de café, vida de ostentação, entre outros (DEAN, 1977, p. 157). Todos esses motivos que levaram direta ou indiretamente à falência de alguns fazendeiros puderam ser amenizados com a venda de algumas fazendas para salvar outras. Esta estratégia capitalista influenciou no sentido da criação dos núcleos. Segundo Dean:

Um dos instalados em 1884 situava-se em Rio Claro, em Cascalho, que tinha sido uma das propriedades do Barão de Porto Feliz. A escolha dessa fazenda ilustra outra finalidade importante do projeto, que era salvar membros falidos mas influentes da elite. Seu proprietário era Domingos Jaguaribe [viúvo da filha do Barão de Porto Feliz], genro do barão, que nessa época necessitava desesperadamente de dinheiro a fim de evitar o leilão de suas outras propriedades herdadas [...]. (DEAN, 1977, p. 175-176)

Dessa maneira a fazenda de Cascalho foi vendida ao Estado, pois tinha o objetivo de salvar o Barão de Cascalho, visto que ele se encontrava em dificuldades financeiras. Dean destaca que alguns fazendeiros encontravam-se em dificuldades financeiras, mas tinham grande influência política, de modo que por vezes salvar algumas fazendas significava vender outras, no intuito de liquidar ou amortizar dívidas. Assim, a fazenda comprada pela província de São Paulo foi depois revendida em lotes menores para os imigrantes que deveriam pagar de

forma parcelada a aquisição das mesmas, dando início ao Núcleo Colonial. No Bairro de Cascalho, de modo geral, esse imigrante consegue prosperar e pagar pelo lote adquirido. Essa prosperidade é descrita da seguinte forma:

Em 1893 havia 520 pessoas em Cascalho, cerca de 120 famílias. Inicialmente o núcleo foi um modelo bem sucedido. Os sitiantes eram moderadamente prósperos. Sua renda média em 1893 era de 1.170 mil-réis, talvez um terço mais do que ganhavam as famílias dos colonos naquele ano. (DEAN, 1977, p. 176-177)

Warren Dean deixa claro que os sitiantes tinham certa prosperidade; obviamente não foram todos que conseguiram se manter nas terras, seja por questões financeiras, seja por questões particulares.

Formalmente, a substituição da mão de obra escrava pelo colonato se deu de modo concomitante. Tais personagens – fazendeiros, negros e imigrantes – experimentaram os reflexos na substituição do trabalho. Segundo José de Souza Martins, a experiência que o fazendeiro experimentava com o escravo não era a mesma do fazendeiro com o imigrante. O autor destaca que esta experiência é marcada por alterações na:

[...] qualidade das relações do fazendeiro com o trabalhador, alteraram as relações de produção. No regime de trabalho escravo, a jornada de trabalho e o esforço físico do trabalhador eram crua e diretamente regulados pelo lucro do fazendeiro. A condição cativa já definia a modalidade de coerção que o senhor exercia sobre o escravo na extração do seu trabalho. O mesmo não ocorria com o trabalhador livre que, sendo juridicamente igual a seu patrão, dependia de outros mecanismos de coerção para ceder a outrem a sua capacidade de trabalho. (MARTINS, 1979, p.15)

Mas a relação entre o fazendeiro e o escravo que era caracterizada pela coerção física se distingue na relação com o imigrante cuja coerção passa a ser mediada juridicamente, numa suposta relação formal entre partes iguais.

Para o escravo, a liberdade não é o resultado imediato do seu trabalho, isto é, trabalho feito por ele, mas que não é seu. A liberdade é o contrário do trabalho, é a negação do trabalho; ele passa a ser livre para recusar a outrem a força de trabalho que agora é sua. Para o homem livre, despojado dos meios de produção, ao contrário, o seu trabalho passa a ser condição da liberdade. (MARTINS, 1979, p.17)

Deste modo o trabalho é substancialmente diferente sob o olhar do escravo e do homem livre, o que para um é condição cativa para outro é a possibilidade de liberdade.

Martins segue dizendo que a coerção imposta no exercício do trabalho deixa de ser substancialmente “física” para ser “ideológica” (MARTINS, 1979, p.17-18).

A renda em produtos supõe estágio cultural superior do produtor imediato, nível mais alto de desenvolvimento de seu trabalho e da sociedade em geral, distinguindo-se da forma anterior porque o trabalho excedente não deve mais prestar-se de maneira natural, sob a vigilância e a coação diretas do senhor da terra ou de seu representante; ao contrário, por força das circunstâncias e não da coação direta, compelindo-o a lei, em vez de o açoite, deve o produtor imediato efetuar o trabalho excedente, responsabilizando-se ele mesmo pela execução. (MARX, 1981, p. 911)

Deste modo, a relação de coerção que o fazendeiro impunha para o escravo não era a mesma para o colono, pois o trabalho tinha atributos substancialmente diferentes. Trata-se de uma relação entre cidadãos livres que pactuavam um contrato de ordem liberal burguesa que se materializava no Brasil. O contrato de endividamento e renda, no regime de colonato, era uma forma de controle que o fazendeiro pactuava com um cidadão supostamente livre e igual.

A substituição da mão de obra escrava se deu num primeiro momento, de modo geral, pela implantação do imigrante colono. Este morava na fazenda de café, nunca em suas próprias terras, e recebia pela quantidade de café colhido. No início esse trabalhador imigrante era chamado de colono. Ressalta-se que, neste primeiro momento, colono e escravo trabalhavam lado a lado nas fazendas de café (PRADO, 1956, p. 194). Segundo Martins, além de sua mão de obra ser essencialmente familiar, havia outras três características que o difere do trabalhador assalariado. As formas de pagamento são: “[...] um pagamento fixo pelo trato do cafezal, um pagamento proporcional pela quantidade de café colhido e produção direta de alimentos como meios de vida e como excedentes comercializáveis pelo próprio trabalhador” (MARTINS, 1979, p.19). Segundo o autor, diante dessas três formas de pagamentos, não poderia ser considerado trabalho assalariado, porém para autores como Caio Prado Junior e Florestam Fernandes, tais nuances não desclassificaria como forma de trabalho assalariado.

Neste momento que se segue, há de fato a implantação de um trabalho assalariado. A grande insatisfação em relação ao sistema de parceria fará com que se substitua tal sistema pelo assalariamento rapidamente. Pois, tal forma de pagamento deixava um grande rastro de insatisfação, era “[...] uma das principais causas de atritos e desentendimentos; um salário fixo, em regra por tarefa e estabelecido por normas e praxes gerais, eliminou qualquer margem para dúvidas” (PRADO, 1956, p. 194). Tais desentendimentos se devia ao fato de que o colono sempre se sentia lesado entre a quantidade de sacas colhidas e o número de sacas pagas pelo fazendeiro, que em geral pagava um número inferior ao de sacas colhidas.

Segundo Caio Prado Junior, esse sistema foi deixado de lado logo no início, “Abandona-se o sistema de parceria adotado anteriormente, e os trabalhadores serão fixados nas fazendas como simples assalariados; isto é, a sua remuneração deixará de ser feita com a divisão do produto, passando a realizar-se com o pagamento de salários”, e ratifica ou assevera “a quase totalidade deles se fixarão nas fazendas como simples assalariados” (PRADO, 1956, p. 192-193).

Mesmo naquele momento histórico, sob o regime de colonato, instaurou-se uma tendência de contratualização do trabalho, cujo desfecho levaria ao assalariamento propriamente dito, no sentido de que as relações capitalistas estabeleciam-se gradativamente e de modo irreversível.

2.1. Formação do Bairro de Cascalho

O Núcleo Colonial de Cascalho foi criado em 1884 e ocupado primeiramente por noruegueses, suecos e dinamarqueses, e mais tarde, em 1893, chegam ao Núcleo os imigrantes que são o destaque desta pesquisa, os italianos. Em 1884 o Barão de Cascalho vendeu suas terras ao Estado que as dividiu em pequenas parcelas com a finalidade de receber os imigrantes. Esta divisão ficou assim definida: total de 249 lotes, 73 lotes rurais e 140 lotes urbanos e 36 suburbanos.

José Ferraz de Campos, o Barão de Cascalho, deixou a Fazenda de Cascalho ao seu herdeiro, o Barão de Porto Feliz, que por sua vez também a deixou para sua filha que era casada com José Nogueira Jaguaribe. José Nogueira Jaguaribe enviuvou da filha do Barão de Porto Feliz; como tinha muitas dívidas, resolveu vender a Fazenda de Cascalho ao estado (então província) de São Paulo, a fim de saldar tais dívidas para não comprometer o restante de seus bens.

Como mostrou o autor, foi reservada uma parte dos lotes para uma área urbana que na realidade não se desenvolveu naquela época. Contudo, até hoje a área urbana de Cascalho não se desenvolveu o suficiente para que se tornasse um município independente, ou mesmo um distrito. Muito embora inicialmente o próprio Estado acreditasse que naquele lugar fosse constituir um núcleo urbano, este fato não se consuma. Isto possivelmente se deve ao fato de que a linha férrea já existia no momento da instalação do Núcleo, e a mesma estava localizada à certa distância, onde hoje se localiza a mancha urbana de Cordeirópolis. Lembrando que o

bairro de Cascalho compreende uma área rural à borda da mancha urbana de Cordeirópolis (figura 2). As áreas urbanas que se desenvolveram naquele momento histórico no estado de São Paulo, de modo geral tinham influência direta das linhas férreas, de modo que muitos centros urbanos se desenvolveram a partir da criação dessas linhas. Deste modo, os lotes urbanos do Núcleo Colonial de Cascalho são agregados e revendidos para que os então futuros pequenos produtores pudessem cultivar a terra (DEAN 1977, p. 175). Desta porção que deveria se tornar urbana restaram poucos lotes, muito embora, existam moradores até os dias atuais, classificada hoje pelo IBGE (2010) de: “Aglomerado rural isolado – povoado”.

A migração compreende o processo de se mudar de um lugar para o outro, ou seja, de um estado para o outro, de um município para outro, ou neste estudo de caso, de um país para outro. Assim o emigrante é aquele que deixa seu lugar de origem. Obviamente sempre há fatores que estimulam ou forçam as pessoas o fazerem, de modo que nunca é desagregado de motivos e razões. Os motivos que podem levar pessoas a sair do lugar onde estão para outro lugar são vários. Há, deste modo, os motivos que os forçam a sair e os aspectos aos quais buscam satisfazer muitas vezes necessidades básicas.

Para contextualizar esse período anterior a migração italiana, vamos levantar alguns dados referentes ao processo de imigração e da manipulação da distribuição de terra. Como já observado, um dos fatores que estimulou enfaticamente a imigração foi uma política imperial em favor das elites agrárias. Graças ao auxílio do governo e incentivos contratuais por parte de fazendeiros, a migração se torna atraente aos olhos do imigrante, não só pelo fato de inicialmente ser subvencionado, mas também por dar a falsa ideia de que todos que viriam ao Brasil poderiam ter de fato acesso à terra como proprietários.

Segundo Caio Prado Junior, “[...] havia a vantagem de tornar a imigração para o Brasil muito mais atraente, oferecendo aos candidatos desde logo a possibilidade de se tornarem proprietários” (PRADO JR. 1956, p.193); esta propaganda não necessariamente foi consumada, mas estimulou muitos imigrantes a abandonarem seus países e se mudarem para o Brasil.

Com a política de negociação de terras a estrangeiros há mais um motivo para o incentivo à imigração. O Brasil terá períodos diferenciados com relação à imigração; foram vários fatores que levaram povos de diversas nações, em períodos históricos distintos, a migrarem, cujo pano de fundo são as questões socioeconômicas.

Incentivos governamentais, como parcelamentos e prazos longos para pagamento das terras, foram destinados para facilitar a compra de pequenas propriedades por parte dos

imigrantes. Estes, que além de terem inicialmente uma ajuda financeira na vinda para o Brasil, que a *priori* era subsidiada pelo governo brasileiro, ainda tinham facilidades na própria aquisição das terras. “A lei provincial que oferecia passagem paga em 1884 também fornecia recursos para a compra de até cinco fazendas, [...], de maneira que os imigrantes ‘que tivessem feito suas economias’ pudessem tornar-se pequenos proprietários” (DEAN, 1977, p.175). Esta terra deveria estar voltada para a produção única e exclusiva de alimento. Porém, a imigração se intensificara anos mais tarde, nos mais variados grupos de migrantes e pelos mais diversos motivos, cujo destino oscilava entre a perda de terras até a miséria. “A procura de trabalho o sonho de conseguir um pedaço de terra tornavam a América, onde havia terras disponíveis em abundância, o centro das atenções de grandes massas de europeus que em muitos casos viviam em estado de pauperismo” (PETRONE, 1984, p.9).

Como já discutido, ninguém se muda do lugar onde se identifica, onde os símbolos, materiais ou imateriais, o tornam pertencente a um coletivo sem que haja de fato fatores que o obrigue a isto. José de Souza Martins (1992) descreve como a partilha das terras por questões de herança prejudicaram os camponeses na Itália. Faz parte da cultura camponesa, os filhos herdarem as terras dos pais, seja por fragmentação entre todos os filhos ou pelo menos entre os filhos homens. No contexto da imigração italiana para o Brasil, por volta de 1880, as perdas de áreas na divisão das terras entre os herdeiros comprometia a subsistência da família. Visto que a falta de técnicas, ou acesso a elas para uma maior produtividade não era comum, de modo que cada vez que se parcelava a terra, menor a área de produção, conseqüentemente menor a quantidade de produtos colhidos. Assim a divisão das terras por herança comprometia a capacidade de sustentar a família. Muito diferente do contexto de hoje, onde técnicas aprimoradas podem fazer com que na mesma área possa colher um número significativamente maior. Muito embora este não fosse o grande fator impulsionador à migração.

O fator mais importante que expulsou milhões de *contadini* de suas terras foi a Unificação Italiana. Muitos camponeses se viram forçados a venderem suas terras, pois com o fim das barreiras alfandegárias, não conseguiam vender seus produtos pelos mesmos preços, o que tornou suas já pequenas terras, insustentáveis.

Com a Unificação Italiana em 1860, coloca-se o fim das barreiras alfandegárias não somente para os produtos internos, que antes para entrar em outra província tinha que ser sobretaxado, mas inclusive sobre produtos que vinham de outros países. Com a unificação do país as tarifas alfandegárias passam a deixar de existir em toda a península, assim alguns

produtos conseguem entrar no país por um valor inferior ao praticado dentro da própria Itália (IANNI, 1972).

Outro fator que comprometeu profundamente a relação dos *contadini* com suas terras foi a opressão fiscal. A opressão fiscal imposta pelo Estado, fez com que um número muito grande de *contadini* perdesse suas terras para o Estado devido à falta de pagamento de tributo. Segundo Constantino Ianni:

Entre 1873 e 1881, nada menos de 61.831 pequenas propriedades foram tomadas pelo fisco por falta de pagamento de impostos, que muitas vezes não iam além de poucas libras; entre 1884 e 1901, o número de propriedades perdidas pelos *contadini* por impossibilidade de pagar impostos se elevou a 215.759; as vendidas judicialmente por dívidas a particulares somaram 70.774 entre 1886 e 1900. (IANNI, 1972, p.73, grifo do autor)

Tal opressão fiscal abusiva e opressiva, de modo que, mesmo que esses *contadini* devessem muito pouco dinheiro em tributos, eles poderiam ser expulsos de suas terras assim como de fato ocorreu para a maioria deles. Consequentemente sem suas terras, sem ter como produzir, que em geral era sua principal fonte de renda, a possibilidade de reavê-las tornava-se ainda mais difícil, de modo que a migração torna-se para o camponês expropriado uma saída à opressão, humilhação e injustiça. Com o passar do tempo a opressão em impostos se tornava cada vez mais abusiva, com valores cada vez mais altos. A humilhação era imposta a partir da incapacidade de se conseguir poucas libras na tentativa de reaver suas terras. E finalmente a injustiça era evidente a partir da concepção de que tinham dedicado toda sua vida à pátria e mesmo assim não puderam permanecer em suas terras devido à falta de pagamento tributos. De modo que os imigrantes que perderam suas terras ao fisco, perderam suas terras ao Estado, e este revendeu tais terras aos latifundiários que puderam assim aumentar ainda mais suas riquezas.

Esta foi uma questão problemática visto que tais leis tributáveis não se comportavam do mesmo modo entre pequenos e grandes proprietários de terra. Segundo Constantino Ianni barões na Sicília, que eram grandes proprietários de terras, encontraram uma forma de se tornarem isentos de tais taxas tributáveis e isto se dera pelo fato de que “[...] alguns desses grandes proprietários têm assento no parlamento [...]” (IANNI, 1972, p.72)

Além disso, havia outros países próximos economicamente mais bem estabelecidos que apresentavam em alguns setores um desenvolvimento econômico mais evoluído que a Itália. Assim, indústrias cotoníferas inglesas e produtoras de vinho francesas passam a competir com o algodão e o vinho italiano. Como apresentavam um processo industrial mais

desenvolvido, produziam em maior escala exportando para Itália num preço menor do que os artesãos e camponeses italianos podiam revender, deste modo a produção interna se torna insustentável. Pois, na Itália daquele contexto “[...] muitos emigrantes classificados como *contadini* na realidade eram também artesão nas comunidades rurais, coisa muito comum antes que a indústria penetrasse em todos os mercados nacionais [...]” (IANNI, 1972, p.100, grifo do autor). Com o fim das barreiras alfandegárias, estes *contadini* que produziam produtos artesanais não podiam competir com produtos industrializados, pois o valor era demasiado alto o que inviabiliza desse modo a continuidade da produção. Com o fim das barreiras alfandegárias a Itália passa a importar inclusive produtos alimentícios mais baratos. Assim, não havia como os camponeses baixarem ainda mais o preço dos produtos, de modo que todo o processo de produção camponês entrou em crise, restando como alternativa a migração. José de Souza Martins descreve da seguinte forma:

[...] eram camponeses pobres, camponeses sem terra, procedentes de uma das regiões mais pobres da Itália, naquela época – o Vêneto. [...] Região predominantemente ocupada por pequenos proprietários e pequenos estabelecimentos trabalhados em regime de parceria, foi logo atingida pela crise agrícola decorrente da Unificação italiana e a consequente supressão das barreiras alfandegárias, com a [che] gada [sic] ao mercado de produtos concorrentes mais baratos. As terras comunais vizinhas também começaram a ser ocupadas, atingindo um dos meios de vida dos camponeses. Sem contar que a região foi atingida, ainda, pela fragmentação das propriedades, em decorrência dos direitos de herança, dificultando a sobrevivência das famílias. [...] Antes, eram eles vítimas da exploração econômica, da expropriação territorial e das já insuficientes condições de vida. (MARTINS, 1992, p.29)

Camponeses que haviam sofrido duramente com o processo de Unificação Italiana em 1860, viram na oportunidade de migrarem para o Brasil a chance de poderem “fazer a América”. A transição da mão de obra escrava pela assalariada tornava-se um problema crescente. Como arranjar novos braços? Onde? De onde viriam? Eram questões pendentes. A resposta estava na imigração de mão de obra europeia.

Porém, para os fazendeiros, essa forma de trabalho era totalmente nova, e por inexperiência e insegurança muito relutavam em adotar o sistema de trabalho assalariado. Porém, sua estrutura de trabalho e produção estava totalmente pautada nas formas capitalistas e não havia mais como voltar atrás. Afinal, a insegurança por parte dos fazendeiros era motivada por um sistema novo, assentado sobre novas relações de explorações do trabalho – o regime de colonato.

Como não havia como fugir daquele contexto econômico, muitos fazendeiros titubeavam em relação a essa mão de obra assalariada. Pois, não se tinha uma noção real que já existiam claras relações capitalistas no processo de produção, venda e compra de produtos e mercadorias. Mas, os fazendeiros hesitavam na contratação salarial de imigrantes por ainda manterem uma relação escravista com seus trabalhadores. Isso era algo inovador demais para fazendeiros que temiam perder o total controle da situação.

Os fazendeiros procrastinavam, não por que o trabalho assalariado fosse menos viável, mas por serem incapazes de tratar com um proletariado real em bases puramente contratuais. Nisto residia um enorme paradoxo, pois o restante de suas transações com terras, crédito, máquinas e transporte era totalmente capitalista. Mas os fazendeiros temiam, talvez acertadamente, que os salários competitivos dariam aos trabalhadores os meios de acabar com o seu monopólio de terras e, portanto, de subverter sua sociedade. (DEAN, 1977, p. 124)

Os fazendeiros de modo geral tinham dificuldade de lidar com a situação como um todo, com as próprias relações de trabalho impostas pelo capitalismo. Assim, os conflitos aumentavam à medida que tratavam trabalhadores livres da mesma forma como lidavam com o escravo, – mesmo os libertos – e estes resquícios na forma de lidar com o escravo permaneceram vivos mesmo depois que a escravidão fora extinta no Brasil. Segundo Warren Dean, era comum escravos libertos serem maltratados pelos fazendeiros: “A violência contra libertos era coisa diária, e, quando suspeitos de estupro de mulher branca, eram linchados” (DEAN, 1977, p.149). A postura adotada com escravos libertos não era diferente da postura adotada com o trabalhador livre. Os abusos eram frequentes, pois esta era a forma de lidar com seus trabalhadores independentemente de sua condição cativa ou não. E como o tratamento dispensado aos livres e libertos era muito parecido – e os desentendimentos eram frequentes – sempre que houvesse tais atritos entre o fazendeiro e o trabalhador, “Chamavam a polícia e mandavam encarcerar os trabalhadores, e às vezes suas famílias.” (DEAN, 1977, p.103). Caso não chegassem num acordo a respeito do número das sacas de café, ou reclamassem de maus tratos, chegavam a ser punidos com castigos físicos, ou eram mandados embora da fazenda sem nenhum respaldo do fazendeiro. Muitas vezes nem recebiam pelos dias trabalhados, caso fossem expulsos de alguma fazenda – há vários relatos desse tipo em Thomas Davatz (1980).

Segundo José de Souza Martins: “[...] o escravo era antes de tudo a própria mercadoria e deveria [...] *produzir lucro* já *antes* de começar a produzir mercadorias e não apenas depois” (1979, p. 15, grifo do autor). Assim, caso este processo não se confirmasse, se tornava

antieconômico. No caso do colono, todo o gasto executado por este deveria ser bancado por ele mesmo. Deste modo “[...] o parceiro era onerado com várias despesas, a principal das quais era o pagamento do transporte e gastos de viagem dele e de toda a família, além de sua manutenção até os primeiros resultados do seu trabalho” (MARTINS, 1979, p. 63). Ou seja, todos os custos que antes ficavam ao encargo do fazendeiro – quando da exploração do trabalho escravo – passaram para o colono, que deveria bancar seus próprios gastos. Todo o gasto com alimentação, roupa, medicamentos, viagem etc., antes era encargo do fazendeiro, mas neste momento passa a ser do colono. De modo geral o colono obtinha dinheiro emprestado do fazendeiro para bancar tais custos, que assim ficava preso ao fazendeiro sem poder se mudar antes de liquidar sua dívida. Assim o escravo estava preso ao fazendeiro por ser sua propriedade, e o colono estava preso ao fazendeiro pelas dívidas adquiridas, muitas vezes antes mesmo de chegar à fazenda. Afinal, segundo José de Souza Martins, a relação de coerção que o patrão exercia sobre o homem livre tinha que ser diferente daquela exercida sobre o escravo, pois, ambos (patrão e colono) eram formalmente livres, portanto juridicamente iguais (MARTINS, 1979, p. 15).

Voltando às questões de imigração, como já dito, além de ser mais barato contratar imigrantes, havia ainda fatores externos ao Brasil na promoção da imigração de italianos. As mudanças políticas ocorridas na Itália promoveu a emigração de boa parte dos *contadini*. Segundo Constantino Ianni (1972, p.97), “[...] desde 1869 o número total de emigrantes foi de aproximadamente 24 milhões, o que corresponde a 48% da população [...]” da Itália naquela época. O ano de 1890 foi um marco da imigração, pois neste ano entrou no Brasil o maior número de imigrantes que, segundo Maria Thereza Schorer Petrone, atingiu 1.200.000 pessoas (1984, p.12). Anos mais tarde a imigração sofreria restrições por parte do governo Vargas, pois a Constituição de 1934 estabeleceu quotas devido à saturação de mão de obra.

Após a maturação do processo de imigração, começa um novo momento histórico no Brasil, que trouxe consigo a experiência de implantação de núcleos coloniais com a fixação de sítios. Nesse contexto, há fatos que ocorreram tanto fora quanto dentro do Brasil que estimulam este processo. Fora do Brasil a crise de 1929 foi extremamente relevante. Dentro do Brasil fatores como a necessidade de criar uma mão de obra excedente e barata, criação de infraestrutura e a valorização das terras.

Com relação à crise de 1929, Pierre Monbeig (1984) nota que o mundo capitalista entrou em crise e os fazendeiros brasileiros foram grandemente afetados, já que sua produção estava voltada ao mercado externo, principalmente aos EUA. Porém, para muitos colonos que

se encontravam extremamente insatisfeitos nesta relação patrão-empregado, esta foi a alavanca que proporcionou a saída daquela situação de dependência, tornando real a possibilidade de serem donos de suas próprias terras.

O abalo de 1929 havia sacudido a sociedade paulista fortemente demais, para que pudesse ela conservar a estrutura tradicional. Para o fazendeiro, o problema consistia em refazer-se e compensar as perdas. [...] não faltavam compradores de pequenas parcelas [...], colonos que tinham sofrido menos que seus patrões com a crise e que podiam adquirir reduzidos lotes de terra virgem, vendidos a preço acessíveis. (MONBEIG, 1984, p.117)

Como naquele momento a produção dos grandes proprietários era o café, onde principalmente os EUA era seu principal mercado consumidor, os fazendeiros tiveram que procurar uma alternativa para seus problemas financeiros. E uma das formas de amenizar a perda financeira, foi o parcelamento de suas terras, fazendas vendidas a imigrantes. Neste caso se não lucraram com a situação, pelo menos acharam uma saída menos frustrante para aquela crise econômica. Para alguns imigrantes foi a grande oportunidade de conseguir suas próprias terras, pois além de eliminar sua dependência do latifundiário, podiam agora realizar um sonho tardio, ou seja, a posse da “[...] pequena propriedade, sonho de todos que abandonaram sua pátria” (PETRONE, 1984, p.24). Em especial os imigrantes de Cascalho, *contadini*, que pertenciam à Região do Vêneto, na Província de Treviso, situados principalmente nas cidades de Colle Umberto, Godega de Sant`Urbano, Gorgo, San Fior, entre outros municípios. Tais *contadini*, que por motivos econômicos e sociais não puderam permanecer em suas terras na Itália, sonhavam, deste modo, conseguir terras no Brasil:

[...] donde zarpariam para as longínquas Américas, com a esperança de terem menos hostil a fortuna e a terra menos ingrata a seus suores. [...]. Iam para a América onde – tantas vezes o ouviram dizer – havia trabalho bem remunerado para qualquer pessoa dotado de braços fortes e de boa vontade. [...]. Mas, sem remorso abandonavam a pátria, que apenas lhes era conhecida sob duas formas odiosas: o recrutamento e a cobrança dos impostos. Pois, para o deserdado, a pátria é a terra que lhe garante o pão; e lá, bem longe, esperam consegui-lo de modo menos parcimonioso e menos custoso. (SCALABRINI, apud, FERNANDES, 2001, p.18).

Concomitante a tudo isso havia interesses governamentais na criação dos sítios, aliando-se à necessidade de uma maior produção de alimentos, visto que os centros urbanos haviam crescido muito. A produção monocultora sempre esteve voltada para o mercado externo, em cada ciclo de seu respectivo produto, cana-de-açúcar, café, algodão e etc. Ainda não tinha havido necessidade de deslocar um maior número de braços para produção

exclusiva de alimento. Embora se pudesse produzir mais alimento não havia interesse por parte dos fazendeiros. Deste modo, a adoção cada vez maior da presença do sitiante poderia resolver a necessidade crescente de alimento, permanecendo assim o foco dos latifundiários – o café.

Porém, no estado de São Paulo havia uma diferenciação dos demais estados. Tais sítios não surgiram somente com o objetivo de satisfazer os três aspectos principais: atrair imigrantes, ocupar o território e criar infraestrutura; antes, São Paulo seria um complemento ao latifúndio. Tinha o objetivo de promover reserva de mão de obra:

Em São Paulo a pequena propriedade surgiu com objetivos diferentes do que nos outros estados e se integrou em realidade outra, transformando-se em elemento complementar ao latifúndio [...] devia funcionar como reservatório de braços com os quais o fazendeiro podia contar por ocasião da colheita [...], o fazendeiro teria onde recrutar braços em hora de necessidade. (PETRONE, 1984, p. 48)

Deste modo, toda vez que o fazendeiro necessitasse de mão de obra extra para a colheita do café, por exemplo, podia contar com os pequenos proprietários que ocasionalmente deixariam suas terras para trabalhar para os grandes fazendeiros. Assim, muitas vezes os filhos ou mesmo as mulheres ficavam na responsabilidade de cuidar da própria terra, executando assim todo tipo de tarefa, plantar, colher, arar, etc., a fim de que os chefes de família pudessem trabalhar nas fazendas na colheita do café. Em certas ocasiões chegava-se ao limite de abandonar temporariamente a manutenção da própria terra ou mantê-la com manutenção mínima a fim de disponibilizar o maior número de braços para a monocultura, na expectativa de reunir recurso financeiro para as mais diversas necessidades. Há relatos em que pai, mãe e filhos maiores de oito anos se deslocavam temporariamente para as terras do fazendeiro para a colheita do café, onde os pais se dedicavam à colheita nas áreas mais altas das plantas e as crianças colhiam os frutos nas áreas mais baixas, chamadas “saías”. Tal esforço tinha objetivo de reunir recursos na compra e quitação de terras ou nos casos de partilha por herança, dinheiro a fim de pagar tratamento médico, compra de terras para outros filhos; no caso feminino tal herança em geral era paga em dinheiro, visto que as terras ficavam para os filhos homens. Deste modo, o trabalho na monocultura poderia ajudar grandemente caso houvesse necessidade de dinheiro.

No entanto, anterior a esse momento era crescente a necessidade de melhoria de infraestrutura, mas não havia nem condições de se realizar por parte do Estado, e nem interesse por parte dos fazendeiros gastarem verbas próprias na aquisição ou melhoria das

mesmas. Desse modo, se o pequeno proprietário queria adquirir terras mais baratas, ou usufruir de estruturas como estradas e pontes para dar vazão aos seus produtos, ele mesmo se viu obrigado a criá-las. Embora esse processo não fosse tão marcante no estado de São Paulo, pois este já possuía estruturas tais como vias férreas bastante desenvolvidas graças à monocultura do café, esse tipo de organização foi fundamental em estados como Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Paraná. Embora no estado de São Paulo ainda fosse crescente a demanda por estradas de acesso às ferrovias. Portanto para Maria Thereza Schorer Petrone, (1984, p. 20), terras que eram economicamente inviáveis às “[...] atividades econômicas hegemônicas [...]” deveriam se tornar núcleos coloniais, pois “[...] o trabalho na infraestrutura viária era obrigatória – vão assim ser integradas aos interesses do capitalismo”. Ou seja, a implantação desses núcleos coloniais forçaria a criação de infraestrutura, tornando-os funcionais. Afinal, a manutenção de estradas e pontes poderia ser feita a partir dos pequenos proprietários, sem custos para os grandes fazendeiros.

Esse processo vinha ao encontro dos interesses capitalistas da seguinte forma: por um lado, valorizaria as terras já existentes, por outro, terras que não serviriam para o café deveriam estar voltadas para o cultivo de alimentos. E, finalmente, criaria infraestrutura de forma gratuita, por parte dos colonos que adotaram essas terras não somente como um lugar de sobrevivência, mas sobretudo como lar.

Esse interesse na criação de sítios se confirma em Pierre Monbeig (1984, p.108): “[...] essa prosperidade era artificial [...] o movimento de conquista do solo, entre 1890 e 1900, foi uma vasta especulação, financeiramente falando”. Ou seja, as criações desses sítios não se deram naturalmente, mas graças ao interesse de fazendeiros, denotando que esse tipo de propriedade é fruto de especulação, ou a tentativa de salvar fazendeiros falidos. Nunca esquecendo que interesses políticos e econômicos sempre se mantiveram atrelados. Pois,

Confundia-se o interesse coletivo com o seu interesse de classe. Esse fato sociológico liga-se à geografia do movimento pioneiro. Os problemas de mão-de-obra e, conseqüentemente, o povoamento, os das vias de comunicação, os dos preços foram considerados e tratados acima de tudo, em função dos interesses dos fazendeiros. A marcha pioneira foi primeiramente assunto deles. (MONBEIG, 1984, p.141)

Demonstrando, assim, que nesse contexto histórico, problemas de ordem estrutural ou conjuntural, eram decididos primeiramente pelos fazendeiros, era “assunto deles”; nenhuma decisão era aleatória, mas antes, era muito bem pensada e decidida por estes que detinham não só o poder econômico, mas influenciavam profundamente o poder político.

Aliado ao fato de que o plantio constante deixava a terra cansada, não era interessante economicamente “tratar” a terra e sim ir para o oeste. Vender as terras esgotadas para pequenos agricultores era economicamente viável, pois, as terras para o oeste tinham um valor demasiado baixo. A venda das terras, fruto da grande propriedade parcelada, para pequenos agricultores, era lucrativa, pois, muito embora se vendesse as terras num valor acessível ao sitiante, sempre era num valor superior ao da soma da grande fazenda. Assim, vender as terras do latifúndio se tornara interessante em três aspectos: se livrar de terras improdutivas, poupar gastos na melhoria delas e, finalmente, valorizar as propriedades já existentes. Caio Prado Jr. (1956) descreve o processo:

No seu deslocamento constante, a lavoura cafeeira ia deixando para trás terras cansadas e já imprestáveis para a grande lavoura; estas terras depreciadas serão muitas vezes aproveitadas pelas categorias mais modestas da população rural que nelas se instalam com pequenas propriedades. (PRADO, 1956, p. 256)

Por outro lado, como já dito, havia a crescente necessidade de aumentar a produção de alimento, e isto também foi visado com o parcelamento dessas terras. Aliás esse foi um fator que influenciou não só o estado de São Paulo, mas também Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, conforme Maria Thereza Schorer Petrone (1984, p.25) “Os imigrantes recebem lotes de terra e deviam dedicar-se à lavoura de gêneros alimentícios [...]” de forma exclusiva.

Assim, além das terras cansadas, havia as terras que estavam sob o elemento relevo. Terras como as do Núcleo de Cascalho ficam em área sujeita a geada, tornando evidente que fatores geográficos como relevo (figura 4) e solo influenciaram para quem e para que tais terras fossem vendidas. Para Warren Dean (1977, p.176) “Cascalho não podia ser vendida para o plantio de café, pois era muito baixa, portanto sujeita a geadas”, ou seja, terras que não fossem propícias ao plantio da monocultura deveriam ser vendidas para o plantio de alimento. Justamente essas terras por serem inapropriadas ao café seriam mais baratas e, portanto, de maior acesso ao imigrante: “Aproveitarão também certas regiões cujas condições naturais não se prestavam para a cultura do café [...]”, transformando-as em pequenas propriedades para a produção de alimento, afinal, “[...] não era compatível com os padrões clássicos da grande propriedade extensiva e monocultural” (PRADO, 1956, p. 257).

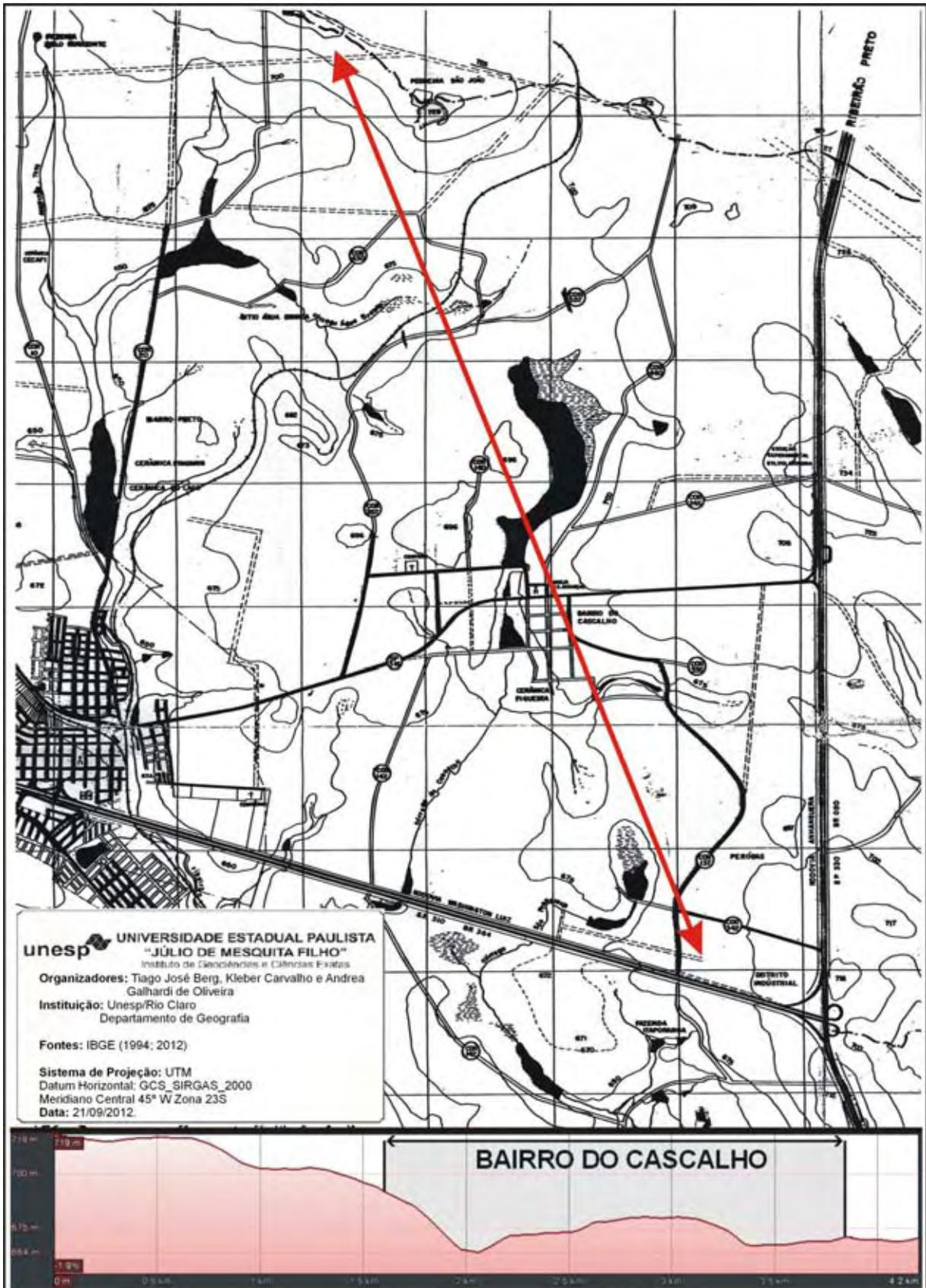


Fig.4: Carta topográfica e perfil do relevo de Cascavel.

Outro fator que contribuiu para a formação desses sítios, era a expectativa de que se tornassem bem sucedidos financeiramente e assim se criasse uma camada socioeconômica intermediária. A possibilidade de prosperar era evidente e com isso, principalmente os imigrantes que não eram agricultores natos, logo trataram de se estabelecer como negociantes nas cidades mais próximas (DEAN, 1977; DAVATZ, 1980). Objetivava-se assim com estes pequenos comerciantes a criação do que se tornaria mais tarde, a classe média. Maria Thereza Schorer Petrone (1984, p. 17) esclarece: “Através da pequena propriedade, trabalhada pelas mãos do proprietário imigrante e sua família, pretendia-se conseguir uma camada social intermediária atuante entre senhores e escravos, [...]”. Pois este imigrante invariavelmente se estabelecia em terras próximas aos centros urbanos de modo que frequentemente se dirigia aos centros mais próximos no intuito de vender parte da sua produção. Com o passar do tempo puderam se estabelecer nestes centros e instalar pequenas vendas, e logo prosperaram tornando-se esta “camada social intermediária”.

Concomitante a tudo isso, a necessidade de se produzir alimento, a necessidade de se estabelecer uma camada social intermediária, de valorizar terras e assim por diante, criam-se os núcleos coloniais, o elemento em destaque na pesquisa aqui desenvolvida. Pois, com a criação dos núcleos, esses elementos se concretizaram. Como já dito, este processo não foi aleatório, mas segundo Caio Prado Jr. (1956, p. 190) foi “[...] política de povoamento [...]” onde todos os fatores já citados se estabeleceriam de forma planejada e organizada.

Por outro lado, a produção de alimento por parte dos imigrantes, principalmente por parte de italianos, era conveniente. Segundo Franco Cenni ([1975?], p.183) “O trabalhador italiano que se transformava em pequeno proprietário, seguindo sua tradição milenária [...]”, pois, muitos já eram camponeses na Itália e, portanto, experientes na produção de alimentos tanto para própria subsistência, quanto para a produção de excedentes no intuito de vendê-los, e assim abastecer as cidades mais próximas. Sobre a policultura adotada por esse imigrante, há os registros de Maria Thereza Schorer Petrone (1984, p. 60) e Pierre Monbeig (1984, p. 250). Embora o imigrante veio ao Brasil, de modo geral, com o objetivo de trabalhar na agricultura, não se pode esquecer que tudo aqui era novo e, portanto, trazia grandes dificuldades. O clima, a vegetação, a alimentação e inclusive o próprio café, eram elementos totalmente novos com o qual tiveram que se adaptar (CARNEIRO, [1950?], p.16).

Todos os elementos diferentes causavam estranheza ao imigrante, que ocasionalmente podia adquirir doenças tropicais, não se adaptar a algum tipo de alimento, até o limite de “morrer de tristeza”. Esse fator é relativamente comum ao emigrado, independentemente da

distância percorrida e do momento histórico. No caso da imigração italiana há relatos marcantes de italianos a Constantino Ianni. Um destaque importante de suas entrevistas é que o autor se refere ao conceito de “não lugar” como fator desencadeador de tal mau, “morrer de tristeza”. Muito embora ele não se refira à questão usando o conceito de não lugar, fica evidente na explicação. Além das inúmeras dificuldades, “Há uma menos visível: a emigração destrói a paz dos homens.” (IANNI, 1972, p. 110). O autor segue descrevendo relatos onde se observa que o imigrante de modo geral cria identidade com o novo lugar que se estabeleceu, porém, necessariamente não esquece a identidade anterior e, estabelecendo novas relações, resgata velhos sentimentos. Tal conflito se deve pelo reconhecimento que o indivíduo tem ou cria com os dois lugares, deixando assim milhares de emigrados confusos, sobre sua referência de lugar.

Em um dos relatos comovidos, sobre um imigrante italiano morador da cidade de São Paulo, Ianni descreve claramente essa confusão de sentimentos. Este imigrante viajava o tempo todo de São Paulo para a Itália e vice-versa. Quando questionado se não tinha preocupação em gastar todo seu dinheiro nas viagens, e assim não poder assegurar o futuro, respondeu: “O problema é que quando estou em São Paulo quero ir à Itália. Chego na Itália e depois de pouco tempo tenho saudade do Brasil e quero voltar. Eis o que me fez a emigração: me destruiu a paz” (IANNI, 1972, p. 111). Observa-se desse modo que os sentimentos são ambíguos, pois, ora o imigrante se sente da Itália de modo que tem que voltar para “sua” terra, porém, quando está lá, não suporta o distanciamento de outro lugar ao qual já criou novos laços.

O sintoma de tristeza que se desenvolvia em alguns imigrantes, segundo Santin, era raro ao imigrante, pois chegaram a novas terras e tinham que lutar pelo próprio sustento, e fazer uma nova vida onde havia uma expectativa. Porém, quando esse sentimento de tristeza por deixar sua pátria acontecia, sofriam demasiadamente:

Esses imigrantes são os que sofrem com a ruptura de seu universo cultural, isto é, na expressão francesa, o *depaysement*. [...] Podemos defini-lo como um fenômeno social, cultural e psicológico que mostra a situação de um grupo o qual, repentinamente, vê-se longe de seu país, em terras estranhas e frente a hábitos e costumes diferentes. (SANTIN, 1996, p.598, grifo do autor).

Em geral esses imigrantes sabiam muito pouco sobre o Brasil, quando não tinham informações equivocadas.

Assim a imigração italiana teve uma decisão unilateral por parte dos políticos da época, e a população camponesa se tornou apenas uma massa de manobra que foi enviada a outros países. Fato agravado pela falta de comunicação entre o político e o migrante, pois migração era assunto político e não do próprio emigrado, o elemento mais importante do processo.

Vale ressaltar que, sobre um aspecto, os líderes políticos da época na Itália, se assemelharam muito aos portugueses que executavam o tráfico negreiro. Os políticos encaravam o imigrante como “mercadoria”, que Constantino Ianni descreve da seguinte forma:

Para a burocracia estatal, o homem imigrante não passa de uma mercadoria a ser trocada com divisas ou com mercadorias estrangeiras. [...] No congresso em Bolonha (1949) chegou-se a dizer que emigração ‘é exportação de homens e de trabalho’ e de ‘população a ser exportada’ falou-se depois no congresso de Nápoles (IANNI, 1972, p. 192-193)

Constantino Ianni diz que o excedente de mão de obra camponesa, e sua “exuberância demográfica” (IANNI, 1972, p. 206) eram falsas, era na realidade um *slogan* político muito usado na época para justificar a imigração de milhares de camponeses. Aliás, este argumento foi usado também por outras nações, pois, “[...] os excedentes demográficos alemães, italianos, poloneses e outros à procura de terra e trabalho, em meados do século XVIII os habitantes das ilhas dos Açores e Madeira, ‘para aliviá-las da sobeja população que ali gorgulhava’ [...]” (PETRONE, 1984, p. 29), também exportaram mão de obra. Dizia-se que, havia na realidade mais bocas do que a produção camponesa podia alimentar. De modo que, diminuir o número de pessoas traria alívio, no sentido de que reequilibraria a produção e o número de pessoas a ser alimentada. Mas esta interpretação obviamente era distorcida.

No conjunto, a expatiação de cerca de 24 milhões de habitantes de 1869 a 1962 – o que equivale a uma média anual de menos de 260.000 – inclusive permanentes e temporários, não impediu que a população italiana aumentasse de perto de 25 milhões em 1861 para 32,5 milhões em 1900, 40 milhões em 1927, 48 milhões em 1954 e cerca de 50 milhões em 1962. No entanto, não se pode dizer que a Itália fosse mais rica, nem que o povo italiano vivesse melhor em 1861, quando a densidade demográfica era de apenas 88 habitantes por quilômetro quadrado, contra quase o dobro atualmente. (IANNI, 1972, p. 48)

A citação acima deixa claro que inicialmente ao processo de migração a densidade demográfica era baixa se comparada aos dias de hoje, apenas 88 habitantes por quilômetro quadrado. O Istituto Nazionale di Statistica (ISTAT) – órgão público italiano que tem como

objetivo algo bastante semelhante ao IBGE, coletar informações econômicas e sociais sobre a população italiana. Dado de 2003 do ISTAT (2003) – Istituto Nazionale di Statistica, órgão público italiano que, semelhante ao IBGE, tem como objetivo coletar e compilar informações socioeconômicas – revelou que a Itália conta com uma densidade demográfica de 190 habitantes por quilômetro quadrado.

Tanto hoje quanto no passado, o discurso sobre a emigração não se justifica sobre vários aspectos. Antes havia o discurso de que a população crescia num ritmo maior em relação à produção de alimento. No entanto, estudos mostraram que tal afirmação não era verdade, afinal não foi este o motivo que levou os *contadini* a serem expulsos de suas terras, mas sim, foram causas socioeconômicas sustentadas por decisões políticas. Estudos atuais mostram que a produção de alimentos hoje, é muitas vezes maior do que era no passado. A questão da explosão demográfica, tão comum nos anos 1980, não é considerada hoje como algo decisivo, afinal, dados recentes tem demonstrado que o crescimento demográfico em países como a Itália tem índices negativos ou, como no Brasil, apresenta apenas índices de reposição populacional. A Itália hoje apresenta população absoluta (cerca de 60 milhões) muito maior ao da época da grande migração (cerca de 25 milhões), entretanto, não há mais sentido na migração como fator para aliviar a pressão demográfica. Se observarmos os dados históricos demográficos (tabela A, p.138, em anexo) a argumentação se torna totalmente inconsistente: na região do Vêneto no ano de 1871, próximo ao período da grande migração, a população era de 2,196 milhões, e no ano de 2009 já eram 4,912 milhões (ISTAT, 2011). Ou seja, a população total mais que dobrou, demonstrando que tal “exuberância demográfica” foi apenas um problema relativo àquele momento histórico. A justificativa da “exuberância demográfica” como argumento para a necessidade da emigração é, portanto, falsa.

Outro fator marcante do processo de imigração era a inexistência do sujeito “italiano”. A concepção de italianos que existe hoje, não existia naquele momento, não, pelo menos para a população *contadina*. Tanto em Constantino Ianni (1972) quanto em Eric Hobsbawn (1997), fica claro que não havia o que entendemos hoje por italiano. O sentimento de italianidade era algo estranho numa nação recentemente formada, de modo que essa concepção de Itália não tinha sido ainda absorvida pela população em geral, e os italianos ainda se reconheciam como pertencentes a determinada província ou região. Estas são divisões político-administrativas herdadas de formações políticas anteriores de territórios autônomos. Outro fator que evidencia os resquícios dessa divisão é a presença do dialeto no cotidiano dos moradores. Ao observarmos o mapa da Itália (figura 5) pode se ver a divisão atual do país em regiões e

províncias, com destaque para a província de Treviso, por ser a província de onde veio a maior parte dos imigrantes de Cascalho.



Fig. 5: Mapa da Itália com destaque para região do Vêneto e a província de Treviso.

A população sentia-se napolitana, siciliana, veneziana, etc. Na descrição de Hobsbawn (1997) fica claro que, embora já houvesse uma nação chamada Itália, essa concepção ainda não tinha chegado aos mais interessados, à população de modo geral, em especial as camadas mais humildes.

Dentre os estados maiores, apenas a Itália teve de partir do nada para resolver o problema resumido por [Massimo] d'Azeglio na seguinte frase: 'Nós fizemos a Itália: agora temos de fazer os italianos.' A tradição do reino de Sabóia não era uma vantagem política fora da região noroeste do país, e a igreja opunha-se ao novo Estado italiano. Talvez não surpreenda que o novo reino da Itália, embora animado para 'fazer o italiano', não estava nada entusiasmado com a idéia de fazer mais de um ou dois por cento deles eleitores, até que isto se tornasse completamente inevitável. (HOBSBAWN, 1997, p. 275)

Constantino Ianni aprofunda um pouco mais a discussão nos detalhes do processo. Contextualizando qual era a visão de espaço que o italiano daquela época tinha a respeito da sua localidade, tornando o município seu limite onde raramente o ultrapassava. Além de não haver a necessidade da locomoção, havia os impedimentos burocráticos, de modo que a mobilidade ficava comprometida. Não havia a necessidade de se locomover de um município a outro, pois eram economicamente autônomos e num geral produziam tudo que fosse necessário para a sobrevivência da população do lugar. E os impedimentos burocráticos se tratavam do fato de que, para ir de um Estado a outro, era necessário apresentar o passaporte e sem ele a locomoção ficava impedida. Porém, o fator mais marcante era que os camponeses de modo geral não tinham nenhuma consciência da Unificação Italiana, visto que esta foi feita pela aristocracia e pela burguesia.

Uma faceta dramática e ao mesmo tempo pitoresca do problema é que, em geral, os velhos imigrantes, principalmente os camponeses, se tornavam italianos no exterior. Atribui-se a um político do tempo da unificação a afirmação de que "a Itália estava feita, mas faltava ainda fazer os italianos" [Massimo D'Azeglio]. Para vários milhões de "italianos" não houve tempo: emigraram. Para milhões, o seu mundo acabava nas divisas do município, algumas vezes nas fronteiras da província. Não se viajava, não havia estrada, não era necessário viajar, havia os perigos e era preciso tirar passaporte para ir de um a outro dos vários Estados em que antes era dividida a Península. Os dialetos era outro fator de diferenciação regional e de isolamento. Faltava a consciência ou o sentimento de uma nação una. As próprias elites de cada região eram mais ou menos estrangeiras para o povo, que não tinha acesso à sua cultura de certo modo unificadora no plano das classes alfabetizadas. O *contadino* meridional, por exemplo, não tinha sequer a consciência do Reino das Duas Sicílias, mas era ou se sentia – política e culturalmente – apenas salerniano, napolitano, calabrês, siciliano e vêneto ou piemontês no Norte. E muitos só viam a capital quando iam tomar o navio para emigrar em Nápoles ou em Palermo ou em Gênova. É sabido que a chamada "revolução italiana" a de unificação – "foi feita pela burguesia e por uma parte pequena e eleita da aristocracia", como observam muitos, entre os quais Carpi em seu livro de 1871. (IANNI, 1972, p. 113, grifos do autor)

Muito embora a unificação da Itália devesse ser de interesse a toda a população, sem exceções, este foi um assunto burguês. No Brasil ocorreu algo parecido. Embora o país já estivesse unificado, todo o processo de migração, aquisição de terras e a determinação ao que deveria ser ou não plantado, foi “assunto deles” (MONBEIG, 1984, p.141), dos fazendeiros. Assim, tanto brasileiros, quanto estrangeiros estavam sujeitos às condições políticas, que não foram estabelecidas por estes. Antes, na Itália fora uma decisão tomada pela burguesia e, no Brasil pelos fazendeiros da época (MONBEIG, 1984, p.141). Aqui faço uma observação, diante de questões econômicas, não há decisões que são tomadas a partir de um caráter externo ao capitalismo. Também não era decisão dos fazendeiros da época plantar ou não café, era uma questão de sobrevivência econômica. Havia de se plantar café, havia um mercado que controlava essas questões que, portanto, também não poderia ser determinado pelos fazendeiros, mas antes, estavam sujeitos também ao mercado externo. Em suma, as decisões dessas elites eram profundamente condicionadas por questões econômicas.

José de Souza Martins descreve bem a relação conturbada entre o fazendeiro e os bancos. A partir daí não podemos limitar o controle exclusivo do fazendeiro sobre o colono, pois as relações econômicas são muito mais amplas e existiam fatores independentes ao fazendeiro que iam muito além da escolha do produto a ser cultivado.

O fazendeiro caía, assim, sob controle direto do capital financeiro dos bancos, dado que os exportadores eram simples compradores que atuavam na baixa do café para o fazendeiro, eliminando o intermediário que era o comissário. Na falta deste, os bancos vieram a suprir as suas funções bancárias. Tais fatos representavam um maior envolvimento do capital no processo produtivo. Ao contrário, a fazenda, já no começo deste século [XX], ficava quase que inteiramente sujeita a bancos e exportadores, estes, na maioria, estrangeiros, interessados em retirar das mãos dos comissários e ampliar o ganho advindo da exploração de relações não capitalistas de produção. [...] Essas alterações não modificavam, pois, o fato de que o fazendeiro era um capitalista que operava essencialmente a partir do capital-mercadoria no qual se exprimia o trabalho pretérito obtido através de relações não-capitalistas de produção. (MARTINS, 1979, p. 78-79)

Deste modo, aqueles burgueses que planejaram e organizaram a Unificação da Itália, não tiveram em nenhum momento qualquer preocupação em conscientizar a população em relação à Unificação, na criação da Nação Itália e, conseqüentemente, os *contadini* se tornaram italianos aqui no Brasil. Foi aqui no Brasil que começaram a tratá-los como italianos, embora houvesse certa resistência, pois, ainda se sentiam napolitanos, sicilianos, calabreses, piemonteses, etc. O processo político se dera sem consciência da parte dos que não

tinham poderes políticos e econômicos, ou seja, os camponeses que se viram obrigados a migrar.

Para os sulistas, a unificação foi uma imposição do Norte, especialmente dos piemonteses, com a ajuda bem intencionada de Garibaldi. Assim o camponês não entra nessa história: fugiu em massa para as Américas antes que os piemonteses tivessem tido tempo de italianizá-lo. Mas nas Américas ele se tornou italiano, no sentido de que começou a ter consciência do fato, mesmo quando os nacionais o chamassem apenas de ‘napolitano’ ou de ‘siciliano’ (IANNI, 1972, p. 113)

Outro elemento de destaque é o idioma, pois até então ao contexto da unificação italiana o idioma não era uno. Na realidade se falava o dialeto de cada lugar que em geral compreendia uma região ou província – a partir da divisão político-administrativa – de modo que este fato, se não impedia, no mínimo dificultava a comunicação. A partir da Unificação Italiana se estabelece o idioma oficial, que passa a ser ensinado nas escolas. Além dos entraves políticos devido à necessidade de passaporte e, de modo geral, das necessidades básicas se satisfazerem no próprio município, ainda havia o dialeto. Se este desconhecia o dialeto vizinho, não havia como se comunicar, o que impedia o deslocamento até mesmo de uma província para outra. Muito embora ainda hoje na Itália se fale o dialeto, visto que ele não desapareceu, a população conhece o idioma oficial, o italiano. Sob este aspecto vale lembrar que os imigrantes que vieram da Itália para Cascalho, não falavam o idioma padrão, antes um dialeto (D., informação verbal, 2011).

Interessante notar que nenhuma forma de comunicação é estanque, mas sim, é dinâmica. Por isso ocorre um fator bastante particular em Cascalho, assim como em outros lugares isolados de influência italiana. Os imigrantes falavam dialetos, mas como esse dialeto não encontra em Cascalho um número razoável de falantes, o dialeto fica estanque, não mudou em mais de cem anos de imigração. De modo que esses filhos de imigrantes de Cascalho que conhecem o dialeto de cem anos atrás, são provavelmente os únicos no mundo que o conhecem nesta forma. Devido seu isolamento, o número muito reduzido que o conhece e o fato de que não se comunicam no dialeto no dia-a-dia, visto não haver necessidade de usá-lo, o dialeto não evoluiu no tempo. Importante lembrar que em Cascalho não houve uma cultura semelhante ao que aconteceu nos estados sulinos do Brasil. Nestes estados é comum o dialeto ser falado não somente dentro de casa como também no próprio município onde se mora. Como Cascalho tem um número muito pequeno de pessoas que o conhecem, tal dialeto não desenvolveu fluência.

Alguns fatores impediram o uso do dialeto em Cascalho. A necessidade de se comunicar para vender seus produtos cultivados. Ensinar a língua oficial brasileira para que os filhos pudessem estudar nas escolas. Outro motivo muito bem lembrado pelo atual padre é que aquelas pessoas que formaram o Núcleo queriam esquecer tudo o que lembrasse a Itália, pois esta representava sofrimento, exploração e injustiça. Em entrevista disse: “A primeira geração que veio da Itália, essa tinha vontade de esquecer a Itália por que ela representava o que? A fome, a miséria, sofrimento e morte” (L., informação verbal, 2008). Deste modo, num primeiro momento a língua deixa de ser usada, mas, outras questões culturais como: religião, costume, alimentação, essas permaneceram. Há, sobretudo, uma “amnésia” voluntária. Por isso, se forma um paradoxo: se por um lado se esquecem da sua língua, por outro, como já citado, os elementos culturais permaneceram vivos na memória daqueles.

A memória do parentesco envolve, contudo, como que uma “amnésia” com referência ao período anterior à migração. É como se a história começasse com a imigração, congelando-se o tempo anterior. O mesmo ocorre com os imigrantes mais recentes, [...] que resistem em falar da Alemanha dos anos 20; alegam que não lembram. No entanto descrevem com riqueza de detalhes os impactos e dificuldades de instalação, da chegada. (WOORTMANN, 1995, p. 133)

Dentro desta amnésia voluntária se esquece o que é mais conveniente, no sentido daquilo que causa mais dor e desconforto àqueles, pois a língua deveria ser substituída por dois motivos já citados: necessidade de comunicação e esquecer aquilo que lhes causava sofrimento. Por isso, o dialeto acaba por ficar “adormecido”, visto que deixa de ser usado à medida que o português é apreendido, de modo que não foi transmitido para as gerações seguintes. Afinal a língua representa seu País ou território, de modo que era uma forma de esquecer aquele sofrimento dos imigrantes e a negativa de passar esse sentimento aos seus descendentes. Hoje, graças à implantação da Associação “*Trevisani nel Mondo*” há cursos de italiano no Bairro, porém, se trata do idioma italiano oficial e não do dialeto.

CAPÍTULO 3: Território e identidade em Cascalho

Território foi o conceito adotado para identificar a área de estudo desta pesquisa. A partir da análise da área estudada percebeu-se que se tratava de um espaço delimitado, com identificação do grupo ao qual pertence e, com base material e imaterial. A partir daí começou-se a entender que através do conceito de território se interpretaria melhor a área estudada. O conceito de território está ligado ao espaço, de modo que a identidade territorial tem sido fruto de vários estudos na Geografia. Embora território e espaço não sejam sinônimos, eles possuem certas similaridades. Porém, se todo território esta inserido em determinado espaço, nem todo espaço é um território. Antes, são características materiais e imateriais de determinado território que dão identidade ao grupo, sendo que o território depende fundamentalmente da relação de identidade que o grupo tem em relação a determinado espaço para que haja um território. Tais características materiais e imateriais envolvem diretamente um contexto histórico que pode inclusive ser recente, de modo que não se limita a um passado distante.

Em relação às características materiais podemos exemplificar alguns elementos: monumentos, praças, prédios públicos ou privados, sítios, vilas, igrejas, ruas, florestas, entre outros. Já no contexto imaterial temos: língua, costume, ritos, relações parentais, relações sociais, religiosidade, entre outros.

Nos estudos de Geografia, o território apresenta-se comumente na forma de Estado, com relação direta ao poder Estado-Nação. Mas o conceito de território não se apresenta exclusivamente ligado ao Estado, pois há ainda a dimensão cultural, simbólica.

Segundo Marcelo J. P. Souza (1995) o território é construído e desconstruído no tempo e no espaço à medida que relações se estabelecem ou deixam de existir.

A bem da verdade, o território pode ser entendido também à escala nacional e em associação com o Estado como grande gestor (se bem que, na era da globalização, um gestor cada vez menos privilegiado). No entanto, ele *não precisa e nem deve* ser reduzido a essa escala ou à associação com a figura do Estado. Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p. ex., uma rua) à internacional (p. ex., a área formada pelo conjunto de territórios dos países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN); territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um

caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica. (1995, p. 81, grifos do autor)

Fica evidente com base na citação que, determinado território pode deixar de existir à medida que as relações se transformam, tanto pelo abandono, quanto pela aquisição de nova identidade pelo grupo. No conceito de território não há escala ou uma temporalidade que a *priori* o delimita, pois cada território é construído a partir de uma identificação que depende do grupo que assim o define. Deste modo, o território depende de uma relação de identificação.

Fabio Pollice (2010) complementa a ideia de que tal identidade territorial, não é estática, mas sim dinâmica. Isto evidencia que embora os moradores de determinado território possam aceitar as mudanças ocorridas, principalmente no caráter econômico que este vivencia, não significa que estão abandonando seus valores, sua identidade, e assim o território permanece diante de mudanças.

Uma primeira consideração que é possível desenvolver em mérito às peculiaridades da identidade territorial refere-se à sua conotação dinâmica. A identidade não é um fenômeno estático, mas *dinâmico*, fruto da incessante interação entre uma determinada comunidade e o seu espaço relacional. Isto não quer dizer negar a existência de valores identitários radicados no tempo e no espaço, mas, antes, evidenciar os riscos de uma cristalização das identidades históricas, sobretudo quanto estas últimas são propostas como critérios ordenadores do presente e referências projetuais para o futuro. (Pollice, 2010, p. 10, grifos do autor).

Pois, diante das relações dinâmicas existentes entre a comunidade e os processos, sejam eles econômicos, sociais, políticos ou físicos, a identidade já se apresenta radicada no território. O território inclusive nasce e é fruto desta dinâmica.

Rogério Haesbaert (2009) complementa tal argumentação de um conceito dinâmico, afirmando que todo e qualquer conceito passa pelo filtro do tempo histórico, ou seja, não é imutável, assim como as demais abrangências da vida evoluem, o território também. Assim sempre que se falar em território há de se observar sua temporalidade, o momento histórico envolvido na análise do objeto.

Essa contextualização histórica do território é, portanto, fundamental. Desse modo, qualquer tentativa de generalização nesta temática, evitando fazer do território mais um conceito passe partout, deve considerar, antes de tudo, a perspectiva temporal em que os processos de des-territorialização estão ocorrendo. (HAESBAERT, 2009, p. 108)

Do antigo Núcleo Colonial de Cascalho, ao atual Bairro de Cascalho, verificam-se certas peculiaridades na cultura do lugar que o distingue do seu entorno. Desse modo, pode-se constatar o “[...] *genius loci* [...] ‘aquele conjunto único de caracteres físicos, de mensagens culturais e de sensações emotivas, que faz do lugar aquilo que é, ou o torna diverso e único em relação a qualquer outro lugar’” (ARTUSI, 1996, p.3 apud POLLICE, 2010, p.15, grifo do autor). Em relação aos aspectos subjetivos dos moradores do bairro, no que se refere à preservação da herança cultural, o “[...] *genius loci* vem, portanto, a configurar-se como a manifestação perceptiva da identidade territorial; expressão de síntese dos aspectos tangíveis e intangíveis da qual esta se compõe” (POLLICE, 2010, p.15, grifo do autor). Dos aspectos tangíveis temos a parte física, dentre elas a própria igreja, e dentre os aspectos intangíveis temos a religiosidade.

Aqui identificamos o conceito de território abarcado nesta pesquisa, muito embora o conceito de território esteja atrelado a um caráter político, há também as dimensões simbólicas que a presente pesquisa procura dar destaque. Segundo Rogério Haesbaert:

Para outros, entretanto, ver o território apenas numa perspectiva política e, mais ainda, do ponto de vista do Estado e de suas fronteiras materiais, é muito simplificador. Muitos preferem priorizar a dimensão simbólica, vendo o território como fruto de uma apropriação simbólica, especialmente através das identidades territoriais, ou seja, da identificação que determinados grupos sociais desenvolvem com seus ‘espaços vividos’. (2002, p. 120)

O autor deixa claro que o território possui uma demarcação definida do espaço que o limita, porém, vai além disto. Esse território possui um caráter simbólico, que o identifica enquanto grupo, e que por vezes extrapola o limite físico, se trata de uma “apropriação simbólica”. Assim o autor complementa:

Podemos, então, sintetizar, afirmando que o território é o produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados. Esta relação varia muito, por exemplo, conforme as classes sociais, os grupos culturais e as escalas geográficas que estivemos analisando. (HAESBAERT, 2002, p. 121)

Deste modo, fica evidente que o conceito de território tem uma concepção política, porém, não se limita a isto, pois também apresenta uma “dimensão simbólica”. Inicialmente demonstramos como território pode apresentar um sentido político enquanto um espaço delimitado, um espaço de poder.

Mas, como o foco principal desta pesquisa é a dimensão simbólica, pois, tem por objetivo demonstrar a relação entre a cultura do lugar e o espaço delimitado neste caso como Bairro de Cascalho, vamos olhar mais de perto para a identidade e a relação existente entre esta e o território.

Para Rogério Haesbaert a identidade territorial está intimamente ligada ao conceito de território. Trata-se de uma delimitação no espaço, composto por questões materiais e imateriais às quais o grupo se identifica.

Partimos do pressuposto geral de que toda identidade é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das ideias quanto no da realidade concreta, o espaço geográfico constituindo assim parte fundamental dos processos de identificação social. Se toda identidade territorial é, obviamente, uma identidade social (como a identidade de gênero, por exemplo) toma, obrigatoriamente, como um de seus referenciais centrais, o território ou, num sentido mais restrito, uma fração do espaço geográfico. De uma forma mais genérica podemos afirmar que não há território sem algum tipo de identificação e valoração simbólica (positiva ou negativa) do espaço pelos seus habitantes. (HAESBAERT, 1999, p.172)

Deste modo, nem toda identidade social é territorial, mas toda identidade territorial é social, pois segundo o autor, tal identidade territorial depende especificamente de características materiais e imateriais num determinado espaço e depende da valorização de certos aspectos, independentemente da visão do grupo ser positiva ou negativa em relação a tais aspectos. Ou, como o autor deixou claro, não há território se não houver uma identificação por parte de um grupo em relação àquele espaço, que o qualifique como um território a partir de determinadas características. Por exemplo, em Cascalho o grupo tem grande orgulho da igreja de Cascalho, tanto pelo fato de ter sido construída por seus antepassados, quanto pelo fato da arquitetura da igreja ser semelhante à arquitetura das igrejas do Vêneto, região de onde vieram tais imigrantes. Neste caso há a valoração de tal aspecto.

A definição ou mesmo delimitação de um território é feita pelas suas características que podem ser muito antigas e significativas. Segundo Mircea Eliade (2008), a definição de território pode ter sentido sagrado e simbólico. Pode remeter ao grupo um tempo de recriação – recriação do universo – da existência em si; é como se passassem a existir a partir da criação e instalação de tal território.

Instalar-se num território equivale, em última instância, a consagrá-lo. Quando a instalação já não é provisória, como nos nômades, mas permanente, como é o caso dos sedentários, implica uma decisão vital que

compreende a existência de toda a comunidade. “Situá-lo” num lugar, organizá-lo, habitá-lo – são ações que pressupõem uma escolha existencial: a escolha do Universo que se está pronto a assumir ao “criá-lo”. Ora, esse “Universo” é sempre a réplica do Universo exemplar criado e habitado pelos deuses: participa, portanto, da santidade da obra dos deuses. (ELIADE, 2008, p. 36)

A construção desta identidade, de acontecimentos, do território, ficava evidente nas entrevistas. Não queriam de forma alguma que aquelas histórias morressem junto com os mais velhos. Pois, todo aquele registro significa a ratificação do território, afinal a partir daquele território que eles mesmos criaram é que mantêm a identidade do grupo.

Aqui o território será um *campo de forças*, uma *teia* ou *rede de relações sociais* que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um *limite*, uma *alteridade*: a diferença entre “nós” (o grupo, os membros da coletividade ou “comunidade”, os *insiders*) e os “outros” (os de fora, os *outsiders*). (SOUZA, 1995, p. 86, grifos do autor)

Por exemplo, a relação entre aqueles que são os *insiders* e os *outsiders* ficou evidente em uma das entrevistas. Nas entrevistas procurou-se alguém que tivesse uma relação direta com o Bairro, mas não fosse do Bairro, na tentativa de observar a relação dos *insiders* e os *outsiders* (“de dentro” e dos “de fora”) (WOORTMANN, 1995, p.253). Quando questionada a relação da entrevistada com o Bairro esta respondeu que era meramente profissional, que “nunca sei o que acontece no Bairro”, “estou no Bairro todos os dias e sempre sou a última a saber, quando descubro é pela boca dos de fora” (D., informação verbal, 2011). Os de fora aqui, são os da mancha urbana de Cordeirópolis, não são moradores do Bairro de Cascalho, mas que, muitas vezes, possuem parentes em Cascalho. Deste modo a entrevistada se sentia excluída dos “acontecimentos” muito embora estivesse todos os dias no Bairro, por apresentar uma relação profissional com Cascalho. Fica desta forma evidente a relação dos “de dentro” e dos “de fora” nesta identidade territorial. Assim, não depende exclusivamente da identificação de determinado espaço como território, são questões mais complexas que dependem de relações estabelecidas pelo grupo na identificação de tal território. Sendo que o grupo apresenta uma relação de poder sobre este território que exclui de forma evidente aqueles que não são do Bairro, neste caso daquele território.

Um exemplo da valorização daqueles do Bairro é a consideração que dão ao “livro do Padre”³. O atual Padre organizou um livro intitulado: “Cascalho Imigrantes de Ontem,

³ Este padre ao qual a população se refere é o atual pároco de Cascalho. Diferentemente do “Padre de Cascalho”, que se trata do Padre Luiz Stefanello.

Brasileiros de Hoje: Álbum Histórico dos 110 anos de Imigração das Famílias de Cascalho”. Este livro foi publicado no ano de 2005. O livro contou com a participação da comunidade e as famílias foram convidadas a apresentar a “história de sua família” e todos os registros que pudessem levantar da mesma: de qual município eram os imigrantes que vieram da Itália; quem eram os imigrantes; com quem se casaram; a relação de parentesco com outros membros do Bairro; se vieram direto da Itália ou de outra fazenda aqui mesmo no Brasil. Realmente foi um trabalho muito importante que o Padre desenvolveu, não só para os moradores e os envolvidos de forma direta, mas também para a história da imigração italiana no Brasil. Ficava muito claro que davam extrema importância ao livro porque “é a nossa história”, e sem história “a gente não é nada”. Denotava a importância do registro material “por que a gente esquece com o passar do tempo”, pois “era no tempo do meu avô, e eu não lembro bem como era” (M., informação verbal, 2011). Deste modo, materializaram a identidade territorial daquele grupo.

Vale ressaltar que o atual padre apresenta dupla relação neste território, pois ora é visto como *insider*, ora como *outsider*, não se esquecendo de que esta visão que a população tem dele tem como referência o padre Luiz Stefanello. O atual padre por vezes é considerado *insider* por ser um membro do território, por ser descendente dos moradores do Núcleo, ser nascido e criado em Cascalho. Assim, as relações de parentesco ficam evidentes nos comentários e as relações se tornam mais íntimas à medida que ele é visto como membro do grupo. Por outro lado quando se reclama da ausência do padre, ou fazem comentários negativos, ele é encarado como *outsiders*, é encarado como um de fora. Tal interpretação como um de fora, é feita a partir da visão de que ele saiu do território para estudar fora e apresenta uma relação permanente com outros espaços que não são Cascalho. Assim é interpretado como se tivesse abandonado tal território e não fizesse mais parte dele, se tornando um de fora. Entre Stefanello e os moradores existia uma relação baseada na fé que extrapolava uma relação parental, de modo que, por apresentar uma relação extremamente próxima com os moradores era considerado como um dos deles, de dentro/*insider*.

Revelar a memória do grupo envolvia vários aspectos desde os percalços por que passaram com a ausência do dinheiro, o papel moeda, da instalação da igreja, da criação do cemitério, da criação da represa, das práticas exorcistas do Padre Luiz Stefanello, das caravanas que o vinham visitar, etc. Não eram somente as dificuldades que queriam registrar para mostrar como eram lutadores, mas também como por meio de sua força de vontade e muito trabalho o Bairro se tornou o que é hoje. Queriam deixar registrado todo tipo de

acontecimento que havia ocorrido, desde o Núcleo até o Bairro hoje. Da luta recente, por exemplo, ao impedirem a instalação da indústria cerâmica no Bairro, temendo o impacto ambiental, econômico e social que esta poderia causar.

Esses moradores tem orgulho de quem são no sentido inclusive de que os sitiantes mais velhos se orgulhavam de ter contato com professores de Agronomia da Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiróz da Universidade de São Paulo (ESALQ-USP). Esse contato promove não só o aprendizado por parte dos sitiantes, mas, sobretudo por parte dos professores, que absorvem conhecimento de técnicas que foram desenvolvidas ao longo da vida daqueles. Conhecimentos em como lidar com a “criação” e o plantio, de forma a obterem maior rendimento na produção ou menor desgaste dos recursos naturais. Declaravam “Nós ensinamos pra eles algumas coisas e aprendemos também” (G., informação verbal, 2011), mostrando que essa troca de conhecimentos é importante para eles, seja no sentido de apreender novas técnicas e adotá-las, como também no sentido compartilhar conhecimento inclusive com aqueles que possuem o conhecimento científico, os professores universitários. Um comportamento a ser destacado, inclusive por terem a consciência da importância do conhecimento adquirido ao longo de suas vidas.

Outro fator bastante interessante a ressaltar é que queriam deixar registrado para que os “políticos vissem o que estamos fazendo” (G., informação verbal, 2011). Para eles isto significava que os políticos deveriam saber que cumpriam seu papel, por exemplo, de recuperar áreas degradadas como as matas ciliares, e no sentido de que tinham sido economicamente bem sucedidos. Que cumpriram com a “obrigação” de trabalharem muito, se sustentarem e tornarem a área produtiva. Aqui se observou como atuou uma ética camponesa, numa situação em que o governo vendeu as terras para estes imigrantes com a contrapartida de que plantassem alimentos e fossem bem sucedidos neste compromisso, e assim o fizeram, de modo que, isto se apresentava muito mais como um compromisso moral do que uma obrigação contratual.

Aqui vamos fazer uma breve explicação sobre um processo bastante recente que vem ocorrendo em Cascalho e envolve esta questão da ética camponesa, onde a terra tem que produzir e não pode ficar ociosa. Talvez esta questão faça parte deste novo caráter do Bairro e que faz parte da dinâmica territorial, e por isto sofre resistência por parte dos mais velhos do Bairro. O Bairro apresenta 399 propriedades, destas, segundo o IBGE, 79 classificadas como domicílio permanente não ocupado de uso ocasional, ou o que pode ter sido considerado por uma das entrevistadas como “chacrinha” – área de uso predominante de lazer. Segundo o

IBGE (2010) este tipo de moradia é assim classificado: “É o domicílio particular permanente que servia ocasionalmente de moradia na data de referência, ou seja, era o domicílio usado para descanso de fins de semana, férias ou outro fim, mesmo que, na data de referência, seus ocupantes ocasionais estivessem presentes”.

Muito embora este percentual de 19% exista, segundo a classificação do IBGE como área de uso ocasional, não significa que nessas propriedades não haja algum uso econômico; apenas significa que não há pessoas residentes nesses domicílios. Mas, se levarmos em conta que de fato não haja nenhum uso desta área para outro fim que não seja de lazer, este número pode ser considerado baixo levando-se em conta alguns aspectos específicos da região. Em primeiro lugar, o Bairro encontra-se em uma área altamente industrializada, portanto, a pressão econômica e espacial para que tal área rural se torne industrial é grande. Apresenta grande influência da monocultura, onde há pressão para que os minifúndios se unam no intuito de formar novos latifúndios, na expectativa de aumentar a produção e consequentemente a rentabilidade. Finalmente, a valorização da terra como mercadoria por estar localizada no estado economicamente mais rico do país, e no entroncamento de algumas das três mais importantes rodovias do Brasil: Anhanguera, Washington Luiz e Bandeirantes.

Provavelmente, nas propriedades em que não se produz nada, se tornou área de lazer onde a família passa os fins de semana ocasionalmente. É possível que um dos herdeiros comprou a parte dos irmãos, mas, embora não pudesse torná-la produtiva por ter profissão e moradia na área urbana, não quis se desfazer da propriedade, de modo que a tornou área de lazer ou, como dito pela entrevistada, “chacrinha”. Isto evidencia duas coisas: por um lado a identidade territorial ainda é predominante por parte dos herdeiros que não se desfazem da propriedade mesmo não podendo seguir com a tradição do plantio; por outro, a resistência dos mais velhos para manter a ética camponesa de tornar a área produtiva, de fazê-la produzir. Embora tais mudanças possam fazer parte desta dinâmica territorial, isto acontece através de um jogo de forças e conflitos.

Voltando à questão anterior, da preocupação no cumprimento de tornar a área produtiva e com as futuras gerações, eles se mostravam interessados em expor aos políticos que cumpriram o papel em se tornar bem sucedidos. Os mais velhos diziam nas entrevistas que queriam que os políticos fossem visitá-los para que pudessem mostrar os sítios e ver como estavam produzindo. Ou seja, acreditavam que inicialmente o estado de São Paulo revendeu as terras aos imigrantes no intuito de que plantassem alimento e se tornassem bem

sucedidos de maneira econômica. E foi exatamente o que fizeram, como acreditam estes moradores hoje.

3.1. Sítio como unidade de produção e a questões da herança

Cascalho é um bairro rural e é dividido em sítios. São propriedades de tamanho reduzido, onde fundamentalmente se cultiva alimento. Deste modo, vamos aqui discutir a respeito do que é pequena propriedade e o que compreende um sítio. Autores como Pierre Mombeig, Warren Dean fazem referência direta a Cascalho e classificam como um Núcleo Colonial de pequenos proprietários. Assim, entra-se na discussão do que é grande e pequeno proprietário de terras no Brasil.

O destaque é que o fator extensão não determina necessariamente o que é grande ou pequena propriedade. São fatores mais complexos, classificados por Caio Prado Jr. de fatores econômicos e de exploração agrária. São vários os autores da Geografia que trabalham com esta questão, porém a comparação fica comprometida se levarmos em conta que o Brasil é um dos cinco maiores países em extensão territorial. Deste modo, não podemos comparar tamanhos de países europeus ao Brasil⁴, o que dificulta uma generalização em termos comparativos. Assim, vamos nos basear nos estudos de Caio Prado Jr. que define o que é grande ou pequena propriedade no Brasil:

Não se pode fixar para a pequena propriedade um limite quantitativo absoluto; a dificuldade é geral, mas particularmente num país como o Brasil, de densidade geográfica e econômica tão variável de uma para outra região. O que interessa contudo na caracterização dos tipos de propriedade não é propriamente a sua área, que não é senão um índice, do que efetivamente merece consideração e que é o *caráter econômico e sobretudo social da exploração agrária*. Neste sentido, grande propriedade é a exploração em larga escala que emprega grande número de trabalhadores (escravos ou assalariados), e onde há uma distinção nítida e completa entre o trabalhador e o proprietário. A pequena, pelo contrário, é aquela em que o proprietário e sua família, ajudados quando muito por um reduzido número de auxiliares, realiza ele próprio o trabalho. É este o sentido que faço a distinção aqui. (PRADO, 1956, p. 254, grifos do autor, notas de rodapé)

⁴ Nosso país é chamado popularmente de “país continental” tamanha sua extensão. É o quinto no mundo em extensão com 8,54 milhões de Km², perdendo em área somente para Rússia, Canadá, China e Estados Unidos. Deste modo, fica difícil distinguir o que é grande e pequena propriedade no Brasil, um país com proporções tão gigantescas se comparado a alguns países da Europa. Portugal, por exemplo, possui 92 mil km², e mesmo outros países maiores ainda são bem menores que o Brasil como, por exemplo, a França com 551 mil km², Alemanha com 356 mil km² e a Itália 301 mil km².

Fica claro que o tamanho da propriedade no Brasil é singular no sentido de que não podemos definir como grande ou pequena uma propriedade somente pela sua extensão. Podemos encontrar propriedades extensas, porém em uma relação de subsistência e, propriedades muito pequenas em extensão, mas altamente produtivas, apresentando um grande número de assalariados, ou ainda mais importante atualmente, o investimento intensivo de capital. Assim, esta pesquisa entra em concordância com Caio Prado Jr., por estabelecer a relação entre proprietário e terra para definir pequena ou grande propriedade e não sua extensão. Neste caso, Cascalho apresenta pequenas propriedades, ou como vamos chamar aqui, de sítios.

Os imigrantes que formaram o Núcleo de Cascalho, de modo geral, tiveram vários filhos, mas o sítio devia permanecer, fosse sobre o parcelamento, fosse da forma mais usual, quando um dos filhos fica com a propriedade enquanto outros buscam outro modo de vida. Pois, se tivesse havido o parcelamento das terras no número de filhos e, conseqüentemente, no número de netos, as terras não produziriam o suficiente para manter todos na propriedade.

No caso de Cascalho, o parcelamento da terra quase não ocorre, pois habitualmente um dos filhos compra a parte dos irmãos e permanece na tradição do cultivo. Este modelo segue a análise de Margarida Maria Moura (1978), que diz que a regra camponesa em relação ao patrimônio não tem a mesma percepção do Código Civil brasileiro. No momento de sua pesquisa, Margarida Moura observa que o Código Civil do Brasil trata da herança da seguinte forma: todo o patrimônio que pertence aos pais fica para os filhos a partir do momento em que esses venham a faltar. Num primeiro momento, onde um dos pais morre, metade do patrimônio fica para o cônjuge vivo, e a outra metade para os filhos em parcelas iguais, independente do sexo e idade. O caso camponês não obedece exatamente esta lógica, pois na realidade tem por objetivo “[...] poupar o máximo a integridade dos patrimônios territoriais. Visa em última instância a assegurar a manutenção da área como camponesa, agindo como fator de reprodução da propriedade parcelar independentemente” (MOURA, 1978, p. 47-48). Deste modo, se por um lado o Código Civil brasileiro procura assegurar o direito à posse do patrimônio pelo parcelamento a todos os filhos, no contexto camponês, o patrimônio deve ser mantido, de forma una, mas fundamentalmente como propriedade daquela família. A ideia onde um filho, ou um número muito reduzido de filhos, fica na propriedade tem por objetivo “[...] poupar a fragmentação do patrimônio na área” (MOURA, 1978, p. 53). Deste modo, assegura-se a posse e a manutenção de tal patrimônio nas mãos da família. Permanece então o

herdeiro da tradição, onde um compra a terra dos demais irmãos e permanece com o plantio e cultivo. Klaas Woortmann (2009) mostra que tal comportamento camponês além de ser uma forma de proteção ao patrimônio, é também uma questão de sobrevivência por parte daquele que fica:

Portanto, muitos devem emigrar; no limite, dada a forte tendência à primogenitura, associada a uma inelasticidade com respeito à terra, devem emigrar todos os filhos de determinada família, menos o herdeiro. Para os membros de um conjunto de irmãos há como que duas temporalidades: a continuidade para uns e a descontinuidade para outros. Para que uns continuem *sitiantes* outros devem deixar de sê-lo. (WOORTMANN, 2009, p.233, grifos do autor)

Como a porção de terra não aumenta, é “inelástica”, sempre há a necessidade da migração por parte de alguns ou todos os irmãos, ficando somente aquele que vai continuar a tradição de “tocar a terra”⁵. São indivíduos que se mudarão para outras terras, ou mais comumente, vão para a cidade. Por isso a continuidade de uns requer a descontinuidade para outros, ou seja, para que “[...] uns continuem *sitiantes* outros devem deixar de sê-lo.” (WOORTMANN, 2009, p.233, grifos do autor). Como já visto, é o que ocorre em Cascalho, onde um dos filhos compra a parte dos irmãos, uma formalidade civil, para que o patrimônio permaneça nas mãos da mesma família. Nas entrevistas era comum afirmarem que tinham “pacotes” de documentos desde a época dos imigrantes italianos que comprovavam a posse da terra, e a respectiva compra dos irmãos. Fica claro a partir de tal análise, que a compra das parcelas da terra dos irmãos não descaracteriza a ideia de herdeiro, antes são pessoas idôneas no compromisso com as leis brasileiras, além de estarem, sobretudo em concordância com as leis camponesas. Para a família camponesa a posse e manutenção do patrimônio familiar se mistura à ideia da própria família. Como se a terra e a família fossem uma única coisa, indivisível. Como quando dizem “as terras de fulano” quisessem dizer “a respeito de fulano”, como se a terra fosse a própria família, ou seja, não se sabe se esta falando de uma pessoa ou de um lugar. Por exemplo: “Vou no Rossi”, possui a ambiguidade de querer dizer a família e/ou o sítio, a propriedade dos Rossi.

Outra questão a se destacar é a produção da terra. Infelizmente devido muitas vezes à pressão do mercado e à impossibilidade de “tocar a terra” sozinho, alguns *sitiantes* arrendam

⁵ “Tocar a terra” é um termo coloquial que significa que a pessoa ou a família, trabalha a terra no sentido agricultável. O termo envolve todo tipo de trabalho que é desenvolvido no cuidado com a terra para a produção da mesma. Refere-se também à capacidade do grupo doméstico dispor de mão de obra suficiente para as atividades produtivas do sítio.

suas terras para o plantio, por exemplo, para a produção de cana-de-açúcar. Inicialmente a região teve influência da cana-de-açúcar, mais tarde do café e, mais recentemente da cana-de-açúcar novamente. Pois, “A partir de meados do século XIX, o café substituiu a cana-de-açúcar como produto comercial de exportação” (LOMBARDO, 1978, p.2), e mais recentemente a cana esta de volta.

Hoje Cascalho tem em seu entorno estendido um “cinturão de cana” (figura 26 em anexo). Toda a extensão de terra roxa no estado de São Paulo que no princípio fora ocupado pelo café teve uma substituição recente pela cana-de-açúcar. Evidentemente a cana-de-açúcar hoje apresenta predominância espacial devido à pressão do mercado. Também, devido à relativa “facilidade” em produzir cana, muitos tem cedido em arrendar suas terras para o seu plantio. Tal facilidade se refere ao fato de que eventualmente a empresa que arrenda as terras para o plantio da cana se encarrega muitas vezes desde o início até o fim da colheita. No final, o proprietário recebe o dinheiro pelo arrendamento da terra sem se ocupar nas questões diretas da produção. Como eles mesmos dizem, se ganha mais com “menos dor de cabeça”. Os sítiantes que permanecem nas terras e tem capacidade de tocar a terra, se mantêm ativos na produção, como por exemplo, o entrevistado D. (informação verbal, 2011). Por outro lado, as famílias que tiveram muito sucesso econômico e compraram mais terras em lugares distantes, os herdeiros se mudaram para cuidar dessas novas terras, afinal, essas terras são territorialmente maiores do que as de Cascalho. De modo que, ficaram poucos herdeiros em Cascalho para “tocar a terra”, em geral um herdeiro e família, no máximo o herdeiro e família além dos pais. Cuidar do sítio em número reduzido é muitas vezes impossível, de modo que acabam por arrendá-lo para as usinas no intuito de plantar cana-de-açúcar, e assim asseguram que a terra não fique ociosa, e que haja renda disponível.

Ressalta-se que a presença de cana-de-açúcar em Cascalho não tem uma motivação direta com a lógica do agronegócio – aumentar a rentabilidade, no limite, a qualquer custo. Ao contrário, aqueles que ainda possuem capacidade de cultivar produtos alimentícios se recusam a plantar cana. Porém, como a ética camponesa não permite que se deixe a terra ociosa, muitos submetem a propriedade para o plantio de cana, visto que em algumas propriedades os moradores são numericamente escassos ou idosos demais para executar o cultivo, sendo esta a única alternativa. Dependendo do cultivo, há uma exigência maior ou menor de mão de obra, ou uma exigência física muito grande, de modo que, no primeiro caso, um número pequeno de moradores inviabiliza o cultivo da área, e no segundo caso, a idade avançada pode ser um fator limitante. Assim, arrendar as terras ao plantio de cana, muitas

vezes se torna uma opção, não necessariamente a única. O Bairro tem em seu entorno um cinturão de cana. Muito provavelmente, se estivéssemos pesquisando uma área próxima ao cinturão de soja, veríamos moradores arrendando suas terras ao plantio da soja. Porém, no Bairro ainda é bastante comum observarmos terras arrendadas para o plantio de milho, por exemplo.

Na foto de satélite que se segue (figura 6) ficam evidentes alguns aspectos. O primeiro é o grande parcelamento da terra (figura 6, detalhe 2), onde se observa um grande número de propriedades de pouca extensão, demonstrando assim a presença dos sítios. Outro aspecto são os tipos variados de cultivo (figura 6, detalhe 1), pois há a presença de laranja, hortaliças, estufas para o cultivo de flores e sementes, além de galpões para suinocultura. Pode-se observar também a presença da cana-de-açúcar, que em geral é mais presente nas bordas do limite do bairro, mas especificamente não apresenta predominância espacial dentro do Bairro.

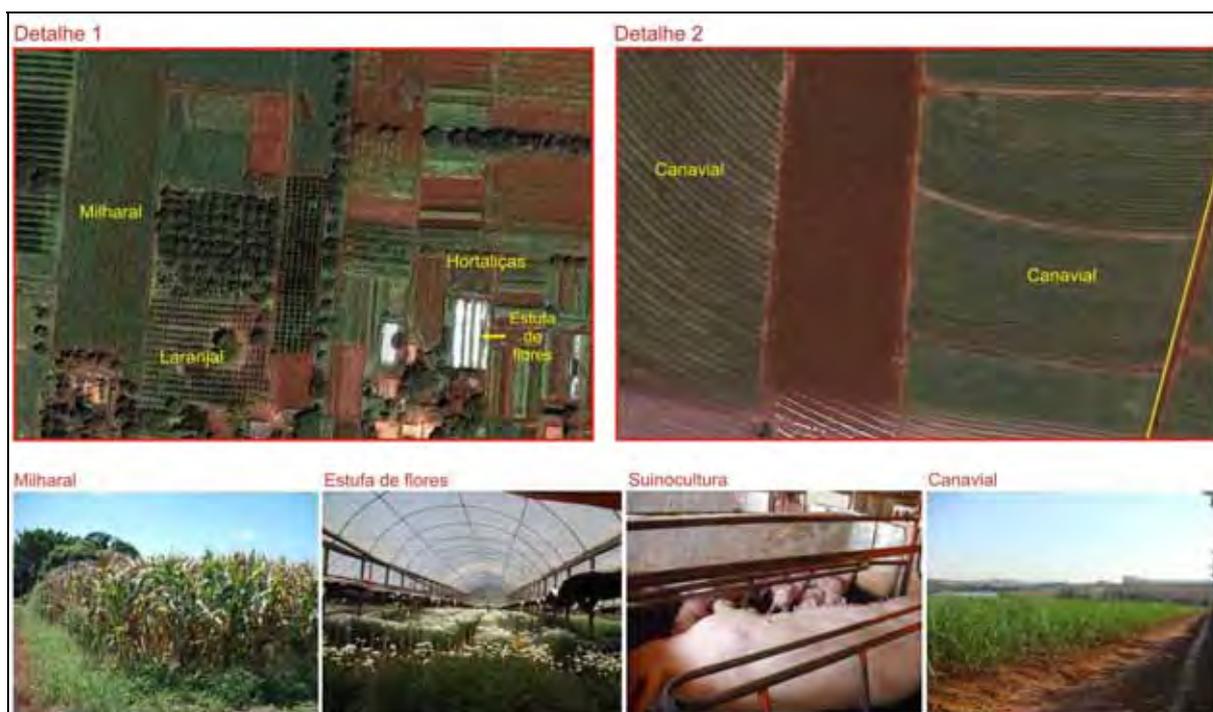


Fig. 6: Imagens de satélite e fotos da produção rural de Cascalho.

Porém há um lado relutante, há os que se recusam a arrendar suas terras para o plantio de cana, visto que “não é comida”, além do fato de que a cana “destrói a natureza” (D. informação verbal, 2011). Devido às tecnologias incorporadas, muitos sítiantes conseguem sozinhos cuidar da propriedade, sem o auxílio de funcionários. Dizem que “não descem na terra” (D. informação verbal, 2011), isto significa que conseguem cuidar de toda a plantação, manutenção e colheita sem ter o contato direto com a terra, e por isso ficam em cima do

trator. O uso do trator proporciona até mesmo a manutenção do sítio, em alguns cultivos específicos, sem a ajuda de um funcionário ou mesmo de outros membros da família. Como as propriedades em geral são pequenas ou médias, uma única pessoa com o auxílio de trator, experiência e boa saúde, pode cuidar dos afazeres do cultivo sem ajuda de funcionários permanentes. A contratação de funcionários ocasionais em momentos críticos tem sido suficientes para a contínua produção do sítio.

Aqui vale destacar trabalho e divisão sexual do trabalho em uma propriedade camponesa. Há autores como Ellen e Klaas Woortmann que, ao descrever trabalho em certas áreas de sítios, fundamentam que trabalho é tudo aquilo que envolve o contexto masculino. No universo feminino não há trabalho, e sim o que é descrito como “ajuda”: “A *ajuda*, categoria que define o trabalho da mulher e das crianças fora da casa, ficara a cargo de um menino, com idade a partir de dez ou onze anos” (WOORTMANN, WOORTMANN, 1997, p. 46, grifos do autor). Os autores descrevem a atividade que a mulher desenvolve na roça propriamente dita, como uma ajuda ao homem; em contrapartida, as tarefas domésticas não são encaradas como trabalho. Os autores complementam: “A tarefa de transformar o produto do roçado em comida não é computada, visto que não esta incluída na categoria de *trabalho*” (WOORTMANN, WOORTMANN, 1997, p. 54, grifos do autor). Porém, em concordância com autores como Margarida Maria Moura, trabalho é toda e qualquer atividade executada na propriedade, independentemente de qual tarefa seja desenvolvida. Envolve várias atividades no âmbito doméstico que abarcam o preparo da refeição, ou mesmo nas atividades conjugadas à casa, que vai desde alimentar os animais até a formação e manutenção da horta, ou seja, tudo é trabalho. Porém existe o trabalho feminino e masculino, pois, “Separa-se o trabalho feminino do trabalho masculino de maneira radical. Ambos são denominados ‘trabalho’. Dentro do que se considera feminino, – existe, portanto, um ‘trabalho de casa’ e um ‘trabalho da roça’” (MOURA, 1978, p. 19). Assim, tudo que envolva o cotidiano doméstico, lavar, passar, preparar as refeições, cuidar da horta, dos filhos, etc., é considerado trabalho feminino. O trabalho masculino envolve o plantio, colheita, capinar, arar etc. (MOURA, 1978, p. 21). Porém Ellen e Klaas Woortmann e Margarida Maria Moura concordam que a atividade que a mulher desenvolve junto ao homem na roça é encarada como “ajuda” (MOURA, 1978, p. 19) e (WOORTMANN, WOORTMANN, 1997, p. 46). Assim, estamos em concordância com Margarida Maria Moura visto que os entrevistados descreviam inclusive o trabalho doméstico como trabalho, onde não há detrimento no olhar sobre esta atividade.

Obviamente devemos nos lembrar de que em contextos específicos essa divisão se torna mais flexível, pelo menos no caso feminino. No passado, quando era o momento da colheita do café, o colono deixava suas terras para trabalhar na fazenda e, deste modo, sua esposa e filhos assumiam a roça, ou seja, aravam, plantavam e colhiam se assim fosse necessário. Porém, o contrário dificilmente ocorria, pois o homem não se submetia aos trabalhos domésticos, como por exemplo, cozinhar, lavar, e cuidar das crianças. Este comportamento dito masculino não era rompido mesmo em momentos específicos e necessários, como por exemplo, no pós-parto, onde a mulher se encontra impossibilitada de executar algumas atividades ditas corriqueiras. Ainda hoje a mulher é presente no aspecto do cultivo da terra, porém, para o homem tais tarefas ditas femininas raramente são executadas.

Com o passar dos anos houve uma mudança nesta divisão de trabalho, mas algumas tarefas ainda obedecem esta ordem de gênero que acabamos de descrever, ainda que de forma mais flexível. Um elemento que mudou muito nos últimos anos é o ato de negociar. Este ato era exclusivamente masculino, eram os maridos que estavam encarregados desta tarefa. Se a mulher fosse solteira, o pai e irmãos ficavam encarregados de tal compromisso (MOURA, 1978, p. 21). Em casos extremos, onde a mulher viesse a ficar viúva e não tivesse pai ou irmãos para executar tal atividade, um cunhado ou mesmo vizinho poderia substituí-la. Hoje há em Cascalho uma diferenciação sob este aspecto. Há o caso da sitiante entrevistada M. (informação verbal, 2011), quando questionada quem cuidava diretamente do cultivo, que respondeu que era o pai e alguns funcionários. A entrevistada cuidava da parte administrativa da cultura orgânica, na organização da área, na orientação do que e como plantar, ou seja, coisas relacionadas diretamente com a parte técnica do cultivo. Já quando questionada quem ficava responsável pelos negócios do cultivo, quem era o responsável pela compra e venda dos produtos, a entrevistada afirmou que era a mãe. Deste modo, verifica-se que hoje há de fato uma mudança nesse caráter do que é trabalho masculino e feminino.

Outro caso a se notar é que ao entrevistar o sitiante G. (informação verbal, 2011), sobre quem cuidava dos negócios, disse que uma parte era o filho e uma sobrinha. Ao me explicar em detalhes, disse que os negócios ficavam a cargo do filho, mas, os negócios que envolviam a parte da produção da flor de crisântemo, disse que era uma sobrinha. Esta produção de crisântemo fica exclusivamente aos cuidados da sobrinha que conta com a ajuda de apenas dois funcionários, pai e filho. As questões que envolvem a compra e venda fica a cargo dela. É interessante notar que esta atividade, segundo o entrevistado G. (informação verbal, 2011), não visa exclusivamente aumentar a renda, mas é também para “dar emprego”.

Muito interessante é esta preocupação em gerar emprego, pois diziam sempre estar preocupados com a geração de emprego, “por que senão como é que faz” (G. informação verbal, 2011). Esta afirmação demonstra que não há somente preocupações voltadas à renda e à manutenção das propriedades, há também a preocupação com aqueles que não têm terra e que se deem as condições para que o indivíduo possa se manter.

Em uma unidade de produção como o sítio o plantio e a colheita para sobrevivência é uma preocupação importante, porém, não a única. Por meio das entrevistas observou-se uma preocupação constante com o futuro do Bairro, seja de forma pessoal ou coletiva. Pessoalmente os entrevistados se mostraram muito dispostos a preservar a natureza na forma como achavam isso possível. Há os que deixaram parte da propriedade em área natural, sem plantio, principalmente às margens dos rios, com a preservação das matas ciliares. Muito embora alguns possam pensar que a preservação de algumas áreas aconteça por causa da legislação, vale lembrar que ao mostrar a propriedade o entrevistado G. (informação verbal, 2011) dizia-se muito orgulhoso de certa área de mata em que ele havia recomposto. Esta área se trata da mata ciliar de um rio que passa no limite de sua propriedade, porém essa restauração tem mais de 20 anos, numa época em que ainda não havia legislação ambiental específica, sendo que ele o fez por que estava preocupado com a disponibilidade de água para as próximas gerações.

Outro fator de preservação ambiental é a produção orgânica. Os impactos ambientais causados pelo uso constante de insumos e defensivos químicos causa vários tipos de desequilíbrios na fauna e flora, bem como contaminação dos alimentos e solo. Assim, a recusa do uso de agrotóxicos e adubos químicos influencia diretamente na preservação ambiental. Há os que adotaram um sistema de produção orgânica (M. informação verbal, 2011), de forma a impactar menos o ambiente devido à ausência, por exemplo, dos pesticidas. Vale lembrar que, se o uso de pesticidas é rejeitado, a manutenção do plantio manual deve ser mais constante e intensa, o que acarreta a necessidade de mais mão de obra. Além da função social que a produção orgânica tem, por gerar um maior número de empregos, esse tipo de produção tem uma relevante preocupação social. Outra questão importante, é a preocupação se os filhos dos empregados frequentam a escola, estão saudáveis, ou necessitam de outro tipo de auxílio. Estas exigências, além de serem necessárias para se cumprir os protocolos de certificação socioambiental para a comercialização dos produtos com o selo “orgânico”, são também metas particulares da entrevistada M., que é produtora de orgânicos (M. informação verbal, 2011). Vale lembrar que a intoxicação por parte de trabalhadores na chamada agricultura

tradicional ainda é bastante frequente. Por exemplo, no plantio de tomate é comum que se reforce as doses de agrotóxico a cada três dias.

Outra questão bastante importante no universo camponês é o sítio como patrimônio, e todas as questões que envolvem o bom andamento deste. Uma área de mata que esta preservada ou mesmo restaurada pode evidenciar uma boa administração, pois: “A mata é parte do *patrimônio* (o que deve ser transmitido), cujo gerenciador é o chefe da família. O colono que se preza, para ser respeitado pelos demais, deve ter uma área de mata, símbolo de uma boa administração” (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p. 28, nota de rodapé, grifos do autor). Isto pode demonstrar que o sitiante pôde ser bem sucedido na produção, sem ter que explorar toda sua propriedade ao limite. De modo a deixar parte da área intocada como um legado aos futuros herdeiros. Em Cascelho há casos em que a área de mata ciliar estava degradada, mas o proprietário resolveu restaurá-la por iniciativa própria, devido à preocupação, neste caso, com os recursos hídricos. Não que a propriedade se utilizasse exclusivamente da água vinda deste rio à margem da propriedade, mas porque entendia que haveria um desequilíbrio ambiental futuro que poderia comprometer toda a forma de produção naquele espaço. Conforme citação acima, a mata de qualquer tipo faz parte do patrimônio a ser administrado de forma a ser preservada em nome das futuras gerações. Por isso, se o camponês pode reservar uma área intocada, ou restaurada, mostra acima de tudo que é bem sucedido na administração de sua propriedade, e que é capaz de demonstrar este êxito financeiro sem ter que explorar totalmente a área a fim de obter a maior produção possível.

No sentido coletivo observou-se que estavam dispostos a proteger o Bairro de futuras instalações equivocadas. No plano diretor do município de Cordeirópolis de 2010 houve uma intensa participação dos moradores para que o Bairro não se desconfigurasse. Pois, havia a intenção por parte de políticos para que se transformasse o Bairro em um Distrito Industrial com a inclusão da indústria cerâmica. Mas, tanto os moradores do Bairro quanto o padre, que sempre estiveram atentos às reais necessidades do lugar, não deixaram que tais ideias se consumassem. Esse movimento de questionar o que seria bom ou ruim para o Bairro é de fundamental importância no sentido de preservar as relações sociais e culturais já estabelecidas. Pois, alguns disseram não imaginar o que poderia acontecer a alguns moradores, podendo levar à perda das terras, e à desarticulação social tão bem estabelecida hoje, sobretudo a identidade territorial, com a possível alteração dos modos de vida e da base econômica.

Deste modo, os atores locais puderam reforçar suas relações dentro do território. Através das relações de poder mantidas neste espaço puderam sobrepor os conflitos e manter a união do grupo, pois: “O poder é uma relação instável em que os conflitos surgem constantemente obrigando as relações de poder a se refazerem a todo momento dentro da sociedade” (SILVA, 2009, p.3). Pode se observar que o padre era um ator social que de certa forma liderava tal resistência, mas sem dúvida a participação de todos foi fundamental, afinal:

As relações de base material do poder econômico junto àquelas relacionadas ao poder social investido nas elites locais e nos movimentos sociais diversos são relações que definem práticas territoriais e, conseqüentemente, na gestão territorial de uma maneira peculiar, o que por sua vez expressa que em determinados momentos, essas relações definem a configuração territorial, que corresponde aos interesses relacionados tanto com as empresas, quanto com as elites ou movimentos sociais na busca por seus interesses. (SILVA, 2009, p.3)

Desta forma os moradores de Cascalho não só são moradores deste território, como fica evidente toda apropriação que possuem de seu território, seja nas relações sociais, econômicas e culturais. O constante agrupamento da comunidade, seja para festejar ou tomar decisões políticas, tem demonstrado de todas as formas que o grupo pode de fato se apropriar e manter seu território por meio dessas relações estabelecidas e calcadas no tempo.

Vale ressaltar que o atual padre foi uma figura muito marcante nesse processo por alertar os moradores e convocá-los às reuniões do plano diretor para que nenhuma decisão fosse tomada sem a autorização e o interesse dos sitiantes, aqueles que automaticamente mais sofreriam os impactos de tais resoluções políticas. Outro fator a se destacar é que o sítio em si nunca representa para o camponês somente um bem econômico. O sítio extrapola as questões financeiras, se trata de um patrimônio. Existe uma relação afetiva com a terra, conservando sempre que possível o patrimônio herdado.

Até o presente momento nomeamos os moradores de Cascalho como sitiantes, deste modo vamos aqui justificar tal ação com base em autores como Margarida Maria Moura, Warren Dean e Ellen e Klaas Woortmann.

Chamamos os moradores de Cascalho como sitiantes principalmente porque eles mesmos se autoneameiam como tal. Para entendermos melhor o que está por traz do conceito de sítio ou sitiante vamos nos apoiar na descrição de Margarida Maria Moura.

“Sitiante” é “aquele que tem pouca terra”, ou seja, o que define os habitantes da área. Aquele “que tem muita terra” é “fazendeiro”, o que se opõe, portanto, à categoria “sitiante”. Todos os “sitiantes” são “lavradores”, o

contrário não é verdadeiro. “Lavrador” é a categoria profissional pela qual se devem identificar nos documentos de cidadão (serviço militar, questionário do INCRA, título eleitoral), pelo fato de desempenharem atividade do tipo rural. Mas o “lavrador” não precisa ser proprietário de terra, “sitiente” sim. Ocasionalmente pode surgir a autodesignação “agricultor” [...]. (MOURA, 1978, p. 15, grifo do autor)

Assim, os moradores de Cascalho se encaixam neste conceito, visto que seus moradores não só trabalham na terra, como tem a posse da mesma, ou seja, são sitiantes. Klaas Woortmann diz que (1990, p. 31) “[...] o sitio é o patrimônio construído pelo trabalho da família e transmitido de pai para filho [...] é o resultado do trabalho e o lugar do trabalho por excelência”. Deste modo, o espaço de morada, também é o espaço de trabalho. Em Cascalho as propriedades não são latifúndios, antes, são minifúndios, pequenas e médias extensões de terra. Ao observarmos a figura de uma foto de satélite da área, fica evidente a presença dos sítios, em pequenas parcelas de terra, e uma grande diversidade na produção. Observa-se cana-de-açúcar, laranjais, estufas para produção de hortaliças e flores (figura 6).

No contexto de Cascalho a terra tem sido a herança de geração após geração. O sitio “[...] designa um território fundado por um ancestral, ao qual têm direito os descendentes, segundo critérios de parentesco e desde que nele exerçam o trabalho.” Muito embora Cascalho não apresente um único ancestral, mas um grupo ancestral comum, o sitio também “[...] designa uma parcela de terra da qual se é *dono* pelo trabalho exercido e onde se localiza a casa, lugar da família” (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p. 19 nota de rodapé, grifo do autor).

A própria forma de cultivo ou lida da terra, mudou muito com o passar dos anos. Hoje não se executa as tarefas como se fazia no tempo em que o grupo de italianos chegou ao Bairro, com a enxada sendo a maior companheira de trabalho. Naquele contexto, plantava-se, colhia, ensacavam-se os produtos de forma quase que exclusivamente manual. Atualmente isso mudou muito. O auxílio de máquinas, como o trator, é bastante comum. Mas, sobretudo o uso de outras tecnologias mudou e muito a forma de produção. No caso da criação de porcos, adotou-se o uso de inseminação artificial nas matrizes e métodos mais adequados ao bem-estar animal, especialmente com os porcos na fase de engorda. Fase controlada para produção de porcos com um percentual de gordura menor. No caso da água de manejo, depois que foram adotados métodos diferenciados onde os porcos ficam em baias onde a superfície de contado não é cimento ou grade que devem ser lavados constantemente, o gasto de água diminuiu consideravelmente. Ao invés disso é usado um método onde se respeita o hábito

animal de chafurdar, por uma superfície de contato recoberta de serragem, diminuindo o estresse do animal e melhorando a produtividade.

Sem mencionar que, embora houvesse uma preocupação com o gasto excessivo de água, muito pouco podia se fazer, não só pela falta de conhecimento, como pela falta de acessibilidade a tal conhecimento. Nas entrevistas, se diziam preocupados com a questão da água, pois acreditavam que se continuasse este gasto excessivo de água, talvez seus netos tivessem que aprender a conviver com um bem escasso. Hoje, esses e outros métodos adotados são fruto do acesso a estudos científicos produzidos nas universidades, e repassados aos sitiantes por profissionais da área. Não se trata de conhecimento desenvolvido pelos próprios sitiantes. Tais estudos levaram anos para se aprimorarem e se tornarem viáveis o suficiente para serem adotados de forma eficaz.

Outro fator bastante interessante é o caso das sementes e mudas de plantas. Por volta da década de 1930 foi instalado no então Núcleo Colonial um centro de pesquisa, uma Estação Experimental que tinha por objetivo produzir mudas de citros. Esta Estação foi instalada para que pesquisas com sementes e mudas de plantas selecionadas pudessem auxiliar os moradores diretamente na produção tanto das mudas quanto das sementes, visto que a região já se destacava na produção de laranja. Posteriormente tal estação dá destaque a outros produtos como abacate, e ainda hoje Cascalho se destaca no Brasil por ser exportadora de mudas de citros. Sem contar com a produção de plantas ornamentais produzidas no Bairro, especialmente pela família Hespagnol. A adoção de técnicas modernas, tecnologias avançadas e conhecimento científico, deixa muito claro que o camponês não é o indivíduo estanco no tempo, que não adquiriu novos métodos de produção. Ao contrário, tais camponeses para permanecerem camponeses e manterem suas terras e modo de vida, inseriram a tecnologia em sua produção, em seu dia-a-dia (WOORTMANN, 1990, p.15).

Deste modo, superar com a tradição nos rudimentares métodos de produção, tornou-se uma questão de sobrevivência. Tornou real às famílias a possibilidade de permanecerem nas terras que eram daqueles imigrantes, e assim manter todo o patrimônio que estes deixaram, não para que fosse esquecida ou subtilizada, mas seguindo a ética camponesa, fosse produtora na melhor forma possível. Há nessa transição da produção rudimentar para um método dotado de tecnologias, um alto investimento capitalista para que tais mudanças pudessem acontecer.

CAPÍTULO 4: Patrimônio cultural e identidade territorial: lugares e festas

Sendo o patrimônio toda a junção de elementos materiais e imateriais encontrados em determinado lugar, fazem parte destes elementos objetos, símbolos, ritos, festas, signos, costumes, alimentos, entre outros, que passam de geração em geração e conseqüentemente produzem uma relação de identificação. Deste modo, toda identificação territorial depende de uma relação de identificação pelo grupo que assim o reconhece. Muito embora um território apresente um limite definido e é estabelecido pelas relações de poder, muitas vezes apresenta um caráter simbólico. Em Cascalho observa-se todo conjunto de características próprias daquele território e sua identificação. Costumes, que foram passados de geração a geração, na religiosidade marcada pelo catolicismo, onde os ritos estão presentes no dia-a-dia, no batismo, crismas, casamentos, missas, entre outras comemorações. A propriedade da família também é um patrimônio que foi herdado por gerações, e continua sendo parte da família, tanto na produção quanto na manutenção. Nas relações de vizinhança onde a relação com os “de dentro” não são as mesmas com os “de fora” (WOORTMANN, 1995, p.253). Na preservação das festas, herdadas dos imigrantes italianos comemoradas até hoje. Na memória do padre Luiz Stefanello, não apenas como exorcista, mas como alguém com fé inabalável. De modo que esses e outros elementos fazem parte deste patrimônio que dá identidade a Cascalho, como um lugar de pertença, como o território que foi daqueles imigrantes italianos e é hoje de seus descendentes.

Deste modo, Cascalho possui um contexto único se o compararmos à sua volta. É um dos poucos Núcleos Coloniais que tem ainda hoje uma manutenção de suas estruturas materiais e imateriais (figura 7).



Fig. 7: Aspecto da conservação arquitetônica. À esquerda foto com data aproximada da inauguração (1936) (Fonte: BOTTEON, 2005), à direita foto com característica atual. (Fonte: OLIVEIRA, 09/2008).

Possui um patrimônio riquíssimo em documentação arquivada e na manutenção de seus espaços físicos incluindo a igreja de Cascalho, que tem grande valor sentimental para a comunidade daquele território. Há uma referência à Itália em relação à igreja, visto sua similaridade física recriada conforme as igrejas do Vêneto e de Cascalho.

As igrejas não possuem a mesma arquitetura, pois a igreja do Vêneto apresenta estilo clássico e a igreja de Cascalho, estilo eclético. Entretanto, o estilo eclético compreende a união de vários outros estilos em uma mesma obra, e assim é possível observar características físicas semelhantes, como por exemplo, o frontão e as colunas laterais que estão presentes na igreja de Cascalho, assim como na igreja do Vêneto (figura 8).

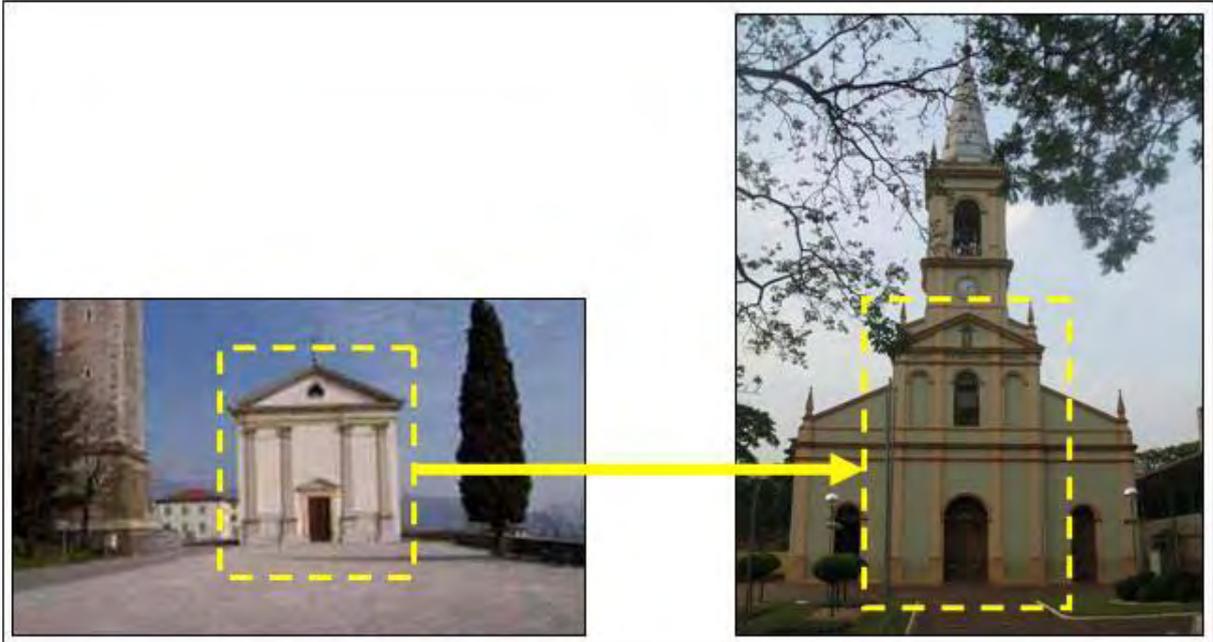


Fig. 8: Semelhanças arquitetônicas entre a igreja de São Tomé, à esquerda – Colle Umberto, Treviso, Itália – (Fonte: <http://www.comune.colle-umberto.tv.it/>), e a igreja de Nossa Senhora da Assunção de Cascelho, à direita (Fonte: OLIVEIRA, 09/2008).



Fig. 9: Monumento em homenagem aos 100 de imigração italiana em Cascelho (Fonte: OLIVEIRA, 10/2008).



Fig. 10: Destaque da placa com o nome das famílias dos formadores do Núcleo (Fonte: OLIVEIRA, 10/2008).

Outro monumento marcante, que remete à história do próprio bairro é aquele comemorativo dos 100 anos de imigração italiana em Cascalho, ocorrido em 1993. Este marco encontra-se na praça da igreja de Nossa Senhora da Assunção, onde se observa a junção entre os mapas da Itália e do Brasil em uma única figura (figura 9), além dos sobrenomes de todas as famílias que formaram a comunidade de Cascalho (figura 10).

Vamos verificar o que o IPHAN entende por patrimônio cultural, para discutirmos o caso de Cascalho:

Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos, e lugares que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Esse patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. [...] c) celebrações, práticas sociais, rituais e atos festivos; (IPHAN, 2003, p.2-3)

Ou seja, todo aquele conjunto de elementos materiais e imateriais que identificam e são transmitidos por gerações é o patrimônio cultural, independentemente de ser um prédio,

rito ou costume. O fundamental é que tal grupo identifique e reproduza esses elementos, tornando-os parte do grupo. José Reginaldo Santos Gonçalves (2005), em pesquisas sobre a cultura como patrimônio descreve da seguinte forma a noção de patrimônio em especial sob a ótica do camponês:

A noção de patrimônio confunde-se com a de propriedade. Mais precisamente com uma propriedade que é herdada, em oposição àquela que é adquirida. A literatura etnográfica está repleta de exemplos de culturas nas quais os bens materiais *não* são classificados como objetos separados dos seus proprietários. Esses bens, por sua vez, nem sempre possuem atributos estritamente utilitários. Em muitos casos, servem evidentemente a propósitos práticos, mas possuem, ao mesmo tempo, significados mágico-religiosos e sociais, constituindo-se em verdadeiras entidades, dotadas de espírito, personalidade, vontade, etc. Não são desse modo meros objetos. Se por um lado são classificados como partes inseparáveis de totalidades cósmicas e sociais, por outro lado afirmam-se como extensões morais e simbólicas de seus proprietários, são extensões destes, sejam indivíduos ou coletividades, estabelecendo mediações cruciais entre eles e o universo cósmico, natural e social. (GONÇALVES, 2005, grifos do autor)

O autor trabalha a ideia de que patrimônio tem relação direta com a propriedade, onde o indivíduo tem uma relação não só material, mas também simbólica com esta. Portanto, tal patrimônio extrapola a simples existência material, e tais símbolos, são símbolos tanto individuais quanto coletivos.

Deste modo, pode-se entender que todas as práticas que envolvem Cascalho são fruto desse patrimônio cultural imaterial, pois, as representações festivas tão presentes na identidade de Cascalho são, e sempre foram desde sua formação, muito marcantes. Basta recordarmos da Festa da Padroeira de Cascalho, que ocorre há 100 anos, tendo como referência o ano de 2011. Neste ano houve uma missa em comemoração à Santa Padroeira de Cascalho. Esta missa também faz parte da comemoração do centenário da chegada do Padre Luiz Stefanello à Cascalho. Assim, nesta missa o padre local usou a indumentária que pertenceu a Stefanello, bem como apresentou à comunidade seus pertences. Dentre estes estava o crucifixo usado pelo padre Stefanello para as práticas exorcistas e a urna de vidro onde está um dos ossos da mão do padre para que a população pudesse tocar.

Mas, para entendermos a festividade da padroeira, temos que nos recordar de um de seus idealizadores: Padre Luiz Stefanello. Ele chegou a Cascalho no ano de 1911 e foi quem ajudou no estabelecimento da Padroeira Nossa Senhora da Assunção. Embora a presença dos italianos no Núcleo já estivesse se estabelecido desde 1893, a presença do padre foi

fundamental para a escolha da Padroeira. Após três anos de sua estadia em Cascalho fica estabelecida a escolha de Nossa Senhora de Assunção.

Assim a figura da Padroeira é um marco no sentido de referência à comunidade daquele território. Ela é tida como um patrimônio dos moradores, que foi passado de geração em geração como símbolo da comunidade. Do mesmo modo a pessoa do padre Stefanello também se tornou uma referência para a população, visto inclusive ser muito frequente a alcunha de o “Padre de Cascalho”. Foi constante durante as entrevistas, ao perguntar sobre o Padre Luiz Stefanello, os entrevistados responderem: O “Padre de Cascalho”.

Assim, os ritos tão frequentes em Cascalho é um fator elementar para a unidade do lugar. Basta observar que toda e qualquer festividade tem como regra geral uma missa antes do evento, o que denota que o papel da Igreja sempre foi muito marcante na comunidade.

Missas, festividades, costumes, língua e a pessoa do padre Luiz Stefanello são elementos que tornam o lugar único, com sua própria história e identidade. O elemento “história” é tão marcante que nas entrevistas era frequente encontrar depoimentos onde a pessoa mostrava preocupação em se registrar os acontecimentos ocorridos. Para que se ficasse registrado, pois, “sem história a gente não é nada”, a “pessoa não tem referência” (M., informação verbal, 2011). A junção dos elementos encontrados em Cascalho faz parte dessa identidade territorial de seus moradores.

4.1. Padre Stefanello: história de vida

Padre Luiz Stefanello nasceu na cidade de Pionca di Vigonza, na província de Pádua na região do Vêneto, Itália, no dia 06 de outubro de 1878. Filho de Jerônimo Stefanello e Bellina Benetolo Stefanello, se tornou padre em 28 de julho de 1907. No mesmo ano vem ao Brasil para Ribeirão Preto-SP, e no dia 01 de outubro de 1911 vai para Cascalho em Cordeirópolis para assumir a capela do lugar (BOTTEON, 2005, p. 44). O Padre Luiz Stefanello vem ao Brasil por indicação do Monsenhor João Batista Scalabrini (1839-1905), criador da Congregação Scalabriana que tinha por objetivo levar a religião e a cultura italiana a todos os italianos que não vivessem na Itália. Em 31 de julho de 1904 o Monsenhor Scalabrini visita a Colônia de Cascalho, e sete anos mais tarde o padre Luiz Stefanello se muda para lá.

Luiz Stefanello por sua vez permanece em Cascalho até o ano de 1953 quando, por questões de saúde, se muda para Águas de Santa Barbara-SP ⁶ onde permaneceu até o dia de sua morte em 15 de junho de 1964. Inicialmente seu corpo fica sepultado no cemitério do município, mais tarde em “1978. Janeiro – Por decisão de Dom Nicolau são trasladados da capela do Cemitério Municipal, onde foram sepultados em 1964, para a Matriz [figura 11], os restos mortais do Padre Stefanello. Foram guardados sob o altar lateral do Sagrado Coração de Jesus” (SILVA JR. 1998, p.101) (Figura 12). Porém anos mais tarde “No dia 16 de setembro de 2001, a Igreja de Nossa Senhora da Assunção do Bairro de Cascalho em Cordeirópolis recebeu uma parte dos restos mortais do Pe. Luiz Stefanello [...]” (BOTTEON, 2005, p. 44).



Fig. 11: Foto da fachada da Igreja Matriz de Águas de Santa Bárbara-SP, onde se encontra a maior parte dos restos mortais do Padre Stefanello. (Fonte: OLIVEIRA, 04/2010).

⁶ O município de Águas de Santa Barbara é conhecido pelas suas águas sulfurosas, onde se acredita que possam curar alguns tipos de doenças. E foi na busca desta cura ou tratamento que o padre Stefanello se mudou para este município. Destaca-se o fato de que no momento da mudança do padre Stefanello para este município, este apresentava outro nome, Santa Barbara do Rio Pardo, e somente em 1 de julho de 1978 o município obteve o atual nome.

Ao lado do altar do Coração de Jesus se encontra uma urna de vidro, onde é possível observar itens pessoais do padre Luiz Stefanello (Figura 13). Observa-se sua indumentária religiosa, batina, seu crucifixo, a cruz de Cristo, bíblias e, num recipiente de cristal, parte das cinzas do padre, que foram trazidas conforme data citada acima.



Fig. 12: Sepultura do Pe. Stefanello no interior da igreja matriz de Águas de Santa Bárbara-SP. (Fonte: OLIVEIRA, 04/2010).



Fig. 13: Urna no interior da igreja matriz do bairro do Cascalho com pertences e restos mortais do Pe. Stefanello (Fonte: OLIVEIRA, 02/2011).

A primeira viagem feita a Águas de Santa Bárbara foi em 16 de setembro de 2001, quando foi trasladada uma parte dos restos mortais de Stefanello. Diferentemente do que normalmente acontece, as romarias são feitas no intuito de visitar um padre ou outro religioso qualquer que tenha ficado famoso por suas curas. Mas, o padre Luiz Stefanello ficou mais conhecido pelos exorcismos praticados do que pelas curas. São muito comuns as viagens para Águas de Santa Bárbara para pedir ou agradecer alguma graça alcançada.

O padre Luiz Stefanello foi uma personalidade muito marcante em Cascelho, ora por ser um exímio religioso, muito atento às coisas da Igreja, à fé, generosidade e, sobretudo à extrema dedicação às atividades religiosas; ora por ter um temperamento intempestivo que lhe causara problemas. Em relação a tais problemas, há vários relatos da comunidade do lugar bem como relatos de seus superiores, como por exemplo, o depoimento do Monsenhor Cicognani: “O Padre Stefanello é um homem de visão curta e se perde, sem querer, em pequenos detalhes, que, envolvidos por intrigas, tornam-se por vezes litigiosas” (ARQUIVO GERAL DA CONGREGAÇÃO SCALABRIANA, 554/25, apud FERNANDES, 2001, p. 15). Em outros depoimentos o bispo da época diz: “É verdade, o Pe. Stefanello é imprudente, não mede palavras. Talvez isso se deva aos seus nervos” (ARQUIVO GERAL DA CONGREGAÇÃO SCALABRIANA, 403, apud FERNANDES, 2001, p. 14). De modo que fica bastante conhecido na comunidade, bem como na região, pelo seu temperamento intempestivo. Muitas vezes foi criticado por tomar muito tempo de culto com questões alheias à Igreja.

Porém, sua fé jamais foi questionada, pois sempre se apresentou muito fiel às obras de Deus e da Igreja. Em relação a isso se acha o comentário do Bispo que assim descreve o comportamento do padre Stefanello em relação à Igreja e aos afazeres religiosos (LIVRO TOMBO DA PAROQUIA DE CASCALHO p. 22, apud FERNANDES, 2001, p. 10) “Acha-se a Igreja Matriz Provida de tudo o que é necessário, em profusão, para o brilho das funções religiosas, tornando-se por isso uma paróquia modelar. Em tudo vê-se a manifestação bella de uma fé viva deste optimo povo e o zelo ardente do Revmo. Vigário Pe. Luiz Stefanello.” Este é apenas um dos exemplos dos elogios dirigidos ao padre Stefanello dada a grande fé exercida por ele em relação aos afazeres religiosos.

Contribuiu de maneira enérgica na construção da igreja, sempre de forma prática, inclusive carregando tijolos, massa, como ajudante de pedreiro de modo geral. O padre não se distanciava da construção atento aos detalhes e ao pedreiro Antônio DeNadai: “[...] tudo era coordenado pelo padre [...] Tudo era feito com muito zelo. [...] Cada detalhe era importante”

(FERNANDES, 2001, p. 60). Em outro momento fica evidente o fervor do padre quando em certa ocasião tinham acabado de cobrir a igreja. Continuaram com a construção da torre da igreja. Porém, mais tarde veio uma tempestade e o andaime da torre pendeu em cima da igreja. “Mas não caiu ‘Ficou assim pendurada lá, inclinou e ficou, e esse abençoado padre ficou na janela a noite toda com a Nossa Senhora Aparecida e não caiu’ (Sr. Fausto)” (FERNANDES, 2001, p. 60). De modo que não havia motivo nem para a comunidade do lugar nem para seus superiores suspeitarem de sua fé, que na realidade foi motivo de elogio em várias ocasiões.

De modo geral, era muito conhecido pela prática exorcista, não só em Cascalho, mas em toda a região, estendendo-se inclusive a outros estados. Em Cascalho havia o relato frequente de seus seguidores que haviam se curado por intermédio do padre Luiz Stefanello. Há vários relatos sobre caravanas de fiéis e curiosos que vinham de longe conhecer o Padre:

Segundo nos informa Dona Rosa, vinha bastante gente do Paraná “*para tratar exorcismo*”. Tratar exorcismo significa, para Dona Rosa, o trabalho do padre Luis para expulsar o diabo do corpo do doente. As pessoas estavam atraídas pelo padre Stefanello juntamente pela fama que se espalha por todo o canto, de que ele é exorcista. (FERNANDES, 2001, p. 74, grifos do autor)

Ressalta-se que nas décadas de 1940, 1950 e 1960 a comunicabilidade viária era bastante precária entre o estado de São Paulo e o Paraná, muitas estradas não tinham asfalto. Se levarmos em conta essa dificuldade de locomoção à época, as distâncias nos parecem bastante significativas.

Em um dos relatos (FERNANDES, 2001, p. 61) houve uma briga entre duas senhoras de Cascalho. Uma era conhecida por ser “feiticeira”, ou como era chamada pelos italianos: *strega*. Assim, podia fazer mal as pessoas, de modo que depois de um tempo, uma suposta vítima da *strega* começou a passar mal. Levaram-na para Limeira em um médico na tentativa de descobrir o que ela tinha e o que podiam fazer para curá-la. Mas, os médicos não descobriam o que ela tinha, de modo que esta foi piorando. Então, chamaram o padre Luiz Stefanello para que a curasse. “‘E não achava a doença [...]. Aí meu irmão pegou e foi no padre, né? [...] O padre benzeu, benzeu ela tudo, mas custou pra curar ela. E ele salvou ela. [...] E ele [o padre] falava assim: Se não fosse eu você ia morrer. (Dona Santa)’” (FERNANDES, 2001, p. 61). Esses e outros relatos eram muito comuns na época não só em Cascalho, mas em toda a região, inclusive em Águas de Santa Bárbara, onde continuou com

seu evangelho, bem como sua prática exorcista: “Em 1953 transferiu-se para [Águas de] Santa Bárbara, onde ficou célebre por seu carisma de exorcista” (SILVA JR. 1998, p. 90).

Outro aspecto muito marcante do padre Stefanello era sua disponibilidade em ajudar as pessoas. Há vários relatos e registros onde se observa que ele estava sempre ativo com ou para a comunidade de modo geral. Ele carregava tijolos para a construção da igreja de Cascelho, fazia terço para as rezas e os distribuía, fez uma santa de madeira a “Nossa Senhora”. Ajudava nos asilos onde levava mantimentos doados, rezava por aqueles que lá se encontravam, conversava com eles, ajudava de toda forma que julgasse conveniente. Segundo outros depoimentos “Chegou a criar bicho da seda. E as hóstias ele que fazia para comungar” (G., informação verbal 2011), como se vê era muito ativo em vários aspectos. Além disso, sempre contava com a ajuda da comunidade de Cascelho, inclusive nas suas práticas exorcistas, como por exemplo: “Nos exorcismos, Stefanello pedia e ordenava que todo o povo o ajudasse a rezar pelo enfermo. O povo de Cascelho sabe reconhecer que ele era o primeiro a fazer insistentes preces, como que negociando com Deus, pelo bem de alguém” (FERNANDES, 2001, p. 121).

Embora fosse muito conhecido pelas suas práticas de cura, o Padre Luiz Stefanello nunca registrou no Livro Tombo da igreja suas façanhas exorcistas nem as constantes caravanas de fiéis que viajavam de muito longe tanto para serem curados, como para conhecer de perto o famoso padre Stefanello. E isto provavelmente se dava como uma estratégia, pois as práticas exorcistas e as curas que ele tanto praticava, não eram bem vista aos olhos da Igreja:

[...] no livro Tombo da Igreja de Cascelho, Stefanello não faz nenhuma menção a respeito de suas bênçãos e ao movimento de romeiros a Cascelho. Poderia ser uma estratégia pessoal para evitar as censuras do Bispo, já que este visitava regularmente a paróquia e revisava o livro Tombo? Parece que esta hipótese é sustentável, optando pela omissão, para não se ver em confusão. (FERNANDES, 2001 p. 133 nota de rodapé)

Outro fator que pode ter contribuído é o fato de que Monsenhor João Batista Scalabrini, fundador da ordem Católica dos Scalabrinianos, já o conhecia na Itália e fez um convite pessoal para entrar na ordem logo que Stefanello foi ordenado padre:

Nascido em Vigonza (Padova), em 1878, foi convidado e aceitou entrar na congregação de São Carlos, pelo próprio fundador, São [sic]⁷ João Batista

⁷ Desde 2009 está em andamento o processo de beatificação do padre João Batista Scalabrini. Portanto, perante a Igreja ele ainda não foi considerado santo, pois os tramites para torná-lo santo estão em andamento.

Scalabrini. Este o enviou ao Brasil no começo do século para atividades missionárias em Ribeirão Preto. Assumiu mais tarde a paróquia de Cascalho, município de Cordeirópolis. (SILVA JR. 1998, p. 90)

Sendo assim, isso talvez indique certa afinidade e solidariedade da parte do Monsenhor Scalabrini pelo padre Luiz Stefanello, visto se tratar de uma amizade desde os tempos em que Stefanello ainda se encontrava na Itália. Talvez isso fosse um indício de que Monsenhor Scalabrini poderia intervir caso o padre Stefanello precisasse de ajuda junto aos seus superiores. Muito embora houvesse uma ala da Igreja que além de saber de suas práticas o auxiliava:

Aqui temos um dos primeiros casos com que se defronta Stefanello. Ele está diante de uma situação nova. Por isso, o padre pede ajuda a um outro sacerdote amigo, para que possa discernir do que se tratava. O padre amigo sugere ser um caso típico de possessão demoníaca. E além disso pede que ele consulte o bispo a fim de que possa se certificar de que seja mesmo um caso de exorcismo. Parece que neste caso o bispo não só autoriza, como dá a concessão a outros sacerdotes que estão próximos de Stefanello, para que possam tratar do caso. A luta contra o mal não é uma batalha que se enfrenta solitariamente, mas é um compromisso que se assume com toda a Igreja. (FERNANDES, 2001, p. 94-95)

Nas entrevistas realizadas, quando questionados sobre a representatividade do padre Stefanello, os entrevistados reconheciam pelas práticas exorcistas. Nas falas das pessoas que de alguma forma conviveram com ele, como na percepção dos que não conviveram mas tinham apreço pelo padre Stefanello, observou-se a visão de um padre prestimoso não só com a questão religiosa, mas no cuidado da população do lugar. Importante destacar que esse cuidado com os fiéis não era exclusivo aos de Cascalho. Há relatos que o padre frequentemente passava horas a fio, às vezes madrugadas adentro abençoando fiéis da região e de outros estados. Deste modo, ele é conhecido até os dias de hoje por não negar suas bênçãos, seja como padre, seja como exorcista, a nenhum fiel que o procurasse. Quando questionada sobre a representatividade do padre Luiz Stefanello em Cascalho a entrevistada disse:

Ele [Stefanello] foi uma figura chave dentro do bairro, na parte de agregar as pessoas, você vê que os padres aqui têm uma função muito forte, uma representação muito grande, eles são peças chave dentro de Cascalho. Pode ver o padre Stefanello, Antônio Klein e Botteon eles são sempre pessoas centralizadoras do bairro, a união está sempre ali. (M., informação verbal, 2011)

Este relato deixa evidente que a importância dos padres em Cascalho é e sempre foi muito marcante no sentido de que não apenas cumpriram com o papel religioso, mas exerciam um papel de liderança comunitária. Como a própria entrevistada disse a respeito do padre Stefanello, ele fazia “a função de exorcista, de padre, de psicólogo, de tudo” (M., informação verbal, 2011). Esse depoimento mostra que ele tinha grande preocupação com os fiéis. E essas funções ele fazia a partir das frequentes visitas que fazia aos fiéis, perguntando e conversando sempre. Tal ajuda emocional era muito importante aos fiéis, pois, quando estavam com problemas de ordem pessoal, fosse de forma física, espiritual ou mesmo econômico, o padre não permitia que tal abalo os impedisse de frequentar as missas. Assim, orientava e mantinha a população do bairro sempre junto de si. Era de fato alguém preocupado com a parte espiritual a qual tinha grande apressão, por atender até o último fiel, sem se preocupar se tal ato o faria perder noites de descanso pelo avançar das horas.

Preocupava-se também no bem estar da comunidade, inclusive na questão do lazer. Foi com a ajuda deste Padre que foi fundada a Banda de Cascalho, foi criado o grupo de teatro e reservada uma área nos fundos da igreja, atual CEPAC, onde a população do Bairro tivesse um lugar para se dedicar às atividades de lazer e se divertir. Em outras entrevistas fica claro que embora muitos considerassem o padre Stefanello uma pessoa de personalidade forte, muitas vezes era no sentido de reafirmar sua fé em Deus. Um dos mais antigos moradores de Cascalho, o sitiante G. (informação verbal, 2011), diz que a fé do padre era muito forte, e quando, por motivo de força maior, ele não conseguia realizar algo ou tinha dificuldade de realizar, ele dizia em voz alta: “O Senhor não quis que eu fosse padre?, agora o Senhor que me ajude aqui” (G., informação verbal, 2011), ou seja, nem sempre foi fácil cumprir com algumas obrigações. Porém ele não tinha nenhuma dúvida de que o Senhor Deus realmente fosse capaz de ajudá-lo a cumprir com algo que desejasse ou julgasse relevante para a comunidade de Cascalho.

Outro relato marcante é sobre o valor atribuído à Igreja. Num dos depoimentos a moradora diz:

No começo na Igreja só tinha uma Capela. E ela caiu, e ele [Stefanello] foi na frente do sacrário e falou, foi o demônio que derrubou. Ele tinha coisa com o demônio, o demônio derrubou. Mas o Senhor vai fazer eu fazer ela de ouro. Agora quero fazer ela de ouro. Vai ver do jeito que ele fez. Não é de ouro porque ouro só em Minas [Gerais]. Mas um padre fazer num lugar desse o que é que você quer? (M., informação verbal, 2011)

Esse depoimento em especial demonstra o grande valor que a comunidade do lugar dá à Igreja, mas principalmente a tudo que o padre Luiz Stefanello fez. Era como se ele estivesse realmente exercendo uma força sobrenatural para executar o que ele queria e desejava para a comunidade. E a comunidade reconhece isso, tamanha é a importância que a comunidade dá à igreja por ela ter sido construída aos cuidados do padre. É como se ela tivesse um valor real em “ouro”, ou seja, o famoso dito popular “vale ouro”. Vale lembrar que as vezes em que o padre Stefanello tinha dificuldade em executar algo ele sempre dizia em voz alta que Deus o ajudaria. E no contexto da construção da igreja isto fica bastante evidente no sentido de que a obra demonstrava toda onipotência de Deus, tanto no sentido da valoração por “fazer ela de ouro”, quanto pelo fato de que era comum no contexto histórico, fazer Igrejas mais modestas. De modo geral eram mais simples, eram capelas bem mais modestas, tanto pelo fato de ser uma capela rural, quando pela falta de disponibilidade financeira da época. Os recursos eram limitados e a maior parte dos produtos mais elaborados era importada, como por exemplo, o sino, de modo que sempre encarecia e muito uma construção.

Outra forma da comunidade demonstrar essa importância é por manter a igreja o mais próximo do original em sua estrutura e arquitetura. Obviamente as manutenções têm sido feitas, e isso é de bom grado. Mas as manutenções não desfiguraram a igreja. As torres originais, a fachada, o tamanho, o altar, permaneceram. Obviamente, por dentro houve algumas reformas no sentido inclusive de gerar conforto. Os bancos foram trocados, na pintura reservou-se o direito de homenagear o padre Luiz Stefanello por retratar sua face em uma das pilastras. No altar do Coração de Jesus hoje se pode ver a urna de vidro, com seus pertences pessoais e parte dos restos mortais, já citado. Essas pequenas mudanças não são no sentido de mudar a igreja, mas antes, no sentido de reforçar tudo o que ela é e sempre foi aos fiéis de Cascalho, legitimando sua identidade territorial.

4.2. Associação “*Trevisani nel Mondo*”

Esta associação foi instalada no Bairro de Cascalho em 2005, e contou com a participação ativa da população. Apresenta por objetivo principal arquivar a memória do lugar, além de preservar as características culturais do Bairro (HISTÓRICO, 2008). As finalidades dessa associação são:

- Congregar os imigrantes trevisanos, seus descendentes e simpatizantes no Bairro de

Cascalho, município de Cordeirópolis e região.

- Divulgar a tradição, a história e a cultura trevisana.
- Incentivar o intercâmbio do Estado de São Paulo com a República Italiana, principalmente com a Província de Treviso
- Promover diretamente ou em colaboração com órgãos públicos ou entidades privadas iniciativas culturais e sociais dos imigrantes trevisanos e seus descendentes.
- Manter intercâmbio com associações congêneres no Brasil e exterior.
- Organizar e conservar um acervo histórico de documentos e objetos de descendentes trevisanos que instalaram-se no Bairro de Cascalho, município de Cordeirópolis e região. (HISTÓRICO, 2008).

O evento da instalação da associação contou com uma comitiva vinda da Itália com o objetivo de divulgar a cultura italiana. Dentre eles vieram ao Brasil naquele momento D. Alfredo Magarotto, Bispo Emérito de Vittorio Veneto, Pe. Noé Tamai, pároco de Sarano (Vêneto), Tiziano Daltin, Representante da Associação *Trevisani Nel Mondo* (Treviso) e de Enzo Perin, Representante da *Comune* (município) de Conegliano (Vêneto). A ocasião foram ratificados os laços entre Itália e Cascalho, tornando assim aquele momento único aos moradores, pois, graças a tal fato pode-se instalar o curso de italiano, estimular o intercâmbio entre os dois lugares e, acima de tudo, arquivar oficialmente a memória daquele território tão particular. De modo que, ao analisar a documentação arquivada é possível observar a organização e esmero de tais documentos. A resposta para tal atitude se deve ao fato de que não se trata da mera organização de papéis, documentos e fotos. É a organização coletiva de um grupo unido em torno de suas tradições e de sua memória, ou seja, o conjunto que forma sua territorialidade.

Esse empenho em manter este arquivo de Cascalho por meio da associação e a ratificação entre os laços com o Vêneto, talvez vislumbre um resgate de um território que não existe mais, uma desterritorialização. Pois, muitos desses descendentes têm na memória um Vêneto de seus ascendentes, e não a consciência de um espaço dinâmico onde as relações e os processos se dão de forma contínua e constante. Deste modo, os descendentes hoje podem tentar resgatar algo que não existe mais, na ressignificação dos valores culturais trazidos deste Vêneto. Assim a Associação veio para validar este processo resgatando valores indentitários dando ainda mais coesão à comunidade. Essa “territorialização desterritorializada” de um Vêneto que não existe mais, não somente mexe com o imaginário dos moradores de Cascalho como nutre uma expectativa de um Vêneto onde, por exemplo, aquele dialeto que os

imigrantes trouxeram, talvez nem mesmo os moradores do Vêneto atual o use mais. Já vimos que elementos da língua, religiosidade, costumes, pertencem à cultura, mas como a cultura está em permanente mudança, acredita-se que o dialeto conhecido aqui não exista mais lá como cá.

A associação conta hoje com um acervo de aproximadamente 6.000 documentos. Sua distribuição arquivológica conta com documentos dos mais variados fins: certidões religiosas, certidões civis, certidões de desembarque, escrituras de propriedades, relatos orais transcritos, passaportes, fotos entre outros, além de 100 pastas familiares individualizadas, onde são encontrados os mais diversos materiais dos já citados, dos ascendentes italianos e de inúmeros descendentes. Muitos desses materiais são arquivos em microfilme ou digitalizados, facilitando assim a acessibilidade ao acervo. Por exemplo, os casamentos ocorridos entre os anos de 1901 e 1921 se apresentam disponíveis nessas duas formas. Há também microfilme do Livro Tombo de Cascalho.

Um dos documentos que a Associação possui são os documentos enviados ao Núcleo Colonial de Cascalho como resposta ao pedido da comunidade (figuras 23, 24 e 25 em anexo) para a construção da igreja, escola e cemitério (figura 14). Estes pedidos, seguidos de abaixo assinado, foram solicitados em 1893 ao Presidente do Estado de São Paulo e respondido em 20 de novembro de 1893, pela “Inspetoria de Terras, Colonização e Imigração”, que concedeu a requisição.



Fig. 14: Cemitério do Bairro de Cascalho (Fonte: OLIVEIRA, 02/2011).

Vale ressaltar que enterrar os mortos vai além de uma questão prática. Conforme já citado, envolve o culto (BOSI, 1992, p. 11) no sentido de ocupar, de se apropriar daquele território; além de outra definição que abarca o ato de venerar e honrar como memória de determinado grupo (TORRINHA, 1945, p. 163). Deste modo, enterrar seus mortos significava

identificar definitivamente Cascalho como sendo território daquele grupo, em sua plenitude, de todas as formas.

Com o intuito de preservar um elemento muito importante da cultura italiana, foi instalado um curso de italiano para que a população pudesse assim aprender o idioma. Um fator bastante interessante é que há alunos do curso de italiano em Cascalho que não são moradores do Bairro, nem mesmo da mancha urbana de Cordeirópolis. São pessoas que moram em outros municípios da região. O que os leva a sair de seu município para cursar italiano em Cascalho, visto que cursos de italiano existem também nas cidades onde residem? O laço afetivo. Pois de modo geral são descendentes, muitos, bisnetos dos formadores do então Núcleo, que assim se identificam e fazem questão de unir dois elementos que os ligam ao lugar: o idioma e a ascendência. Esta ideia é reforçada por Mauro, justificando que o motivo primário que leva a pessoa a estudar o idioma italiano é a relação de parentesco, pois, “Nella diffusione più recente dell’italiano hanno pesato fattori diversi, che cercheremo ora di illustrare. Tra essi continua a meritare il primo posto l’eredità del fattore più tradizionale, secolare: l’interesse dei ceti più colti per l’italiano”⁸ (MAURO, 1996, p.7). A associação “*Trevisani nel Mondo*” foi criada em Treviso na Itália com o intuito de que os italianos (em especial os trevisanos) ou seus descendentes, não se afastassem da cultura italiana. Assim, “La ‘Trevisani nel mondo’ si costituisce legalmente il 26 aprile 1973 presso il notaio Carlo Marcati[...]”⁹ (ASSOCIAZIONE TREVISANI NEL MONDO, 2010).

Com relação ao espaço que compõe atualmente a Sede da Associação “*Trevisani nel Mondo*” em Cascalho, se trata da antiga casa paroquial (Figura 15), onde morou nos anos em que serviu em Cascalho o padre Luiz Stefanello. Além do arquivo atual da associação, podem-se observar objetos que pertenceram ao padre, dentre eles: indumentária religiosa, objetos pessoais, móveis e etc.

Deste modo, a associação veio para consolidar toda aquela cultura que já existia no Bairro, e não para criar uma nova. Ao contrário, a associação teve apenas a função de institucionalizar a cultura de Cascalho e torna-la palpável por organizar os arquivos, e estabelecer laços formais entre Itália e Cascalho, de modo a favorecer a população daquele território.

⁸ “Na difusão mais recente do italiano pesaram diversos fatores, que procuraremos ilustrar. Entre esses continua a merecer o primeiro lugar a herança do fator mais tradicional, secular: o interesse das classes sociais mais cultas pelo italiano”. (tradução nossa)

⁹ “A “Trevisani Nel Mondo” se constituiu legalmente em 26 de abril de 1973 junto ao tabelião Carlo Marcati”. (tradução nossa)



Fig. 15: Antiga casa paroquial e atual sede da Associação *Trevisani nel Mondo* (Fonte: OLIVEIRA, 02/2011).

4.3. Festas e ritos

A festividade é algo que sempre esteve presente em Cascalho, praticamente desde sua formação. A definição que segue explica detalhadamente quais os fatores aos quais ela está voltada, os critérios que a envolve, e como e porque unifica a comunidade.

Num sentimento profundo, as festas ligam-se ao universo da economia. Tendo suas origens nos ritos que buscavam interferir nos ciclos naturais para o provimento da subsistência, eram momentos de agradecimentos ou de súplicas à natureza, elos de ligação entre o imponderável, visto como divino, sagrado e o homem impotente. O vínculo com a economia, porém, é ainda mais profundo que o dos ritos propiciadores de chuva, fertilidade, boas colheitas, celebradores de germinação, do sol, do calor. (FERLINI, 2001, p. 449)

A festa, de modo geral, objetiva comemorar algo que se tem ou que se procura ter, e está muitas vezes vinculada aos ritos religiosos. Neste caso pode-se exemplificar com a Festa do Milho, onde se comemora a boa colheita, com uma missa onde se agradece a Deus pela intervenção positiva da colheita. Assim todos se reúnem para rezar e agradecer, a fim de que a boa colheita possa se repetir.

As festas, neste caso, constituem importante espaço de sociabilidade, com suas alegorias, representações e elaborações de conflitos, uma espécie de válvula de escape, que torna possível a vida comunitária. Por meio da fantasia, da criação/re-criação livre, as revanches são retratadas em espaço lúdico, as frustrações e reivindicações são expressas. (FERLINI, 2001, p. 449)

Quando se refere aos “espaços de sociabilidade” se pode observar todo o grupo reunido, seja para prestigiar o evento, seja para organizá-lo. Constata-se a participação ativa tanto da comunidade como do próprio padre que a organiza, de modo que todos participam.

Destacam-se os espaços de conflito. Os locais coletivos são onde os conflitos aparecem, se consomem e são rearranjados. Como exemplo, o caso da encenação da Festa da Befana do ano de 2011. Neste evento em específico, que ocorre no espaço público/coletivo do Salão Paroquial Antônio Klein, se observou que durante a encenação os atores questionavam em como viriam da Itália para o Brasil no próximo ano. Uma breve explicação para entender o contexto: se imagina que as bruxas que encenam o Teatro da Befana, vêm de fato da Itália, e a cada ano elas vêm de forma diferente. Num ano de perna de pau, noutra de carroça e neste ano de 2011, vieram de bicicleta. Começam a questionar como elas viriam no ano seguinte, 2012. Então, uma das atrizes diz que viria de carro. O carro ao qual se refere durante a encenação se trata de um modelo específico, se referindo ao veículo que pertence ao atual padre.

Fica evidente uma relação de conflito onde se ri da situação, porém se chama atenção ao fato de que o padre possui um carro e este apresenta certo *status*. Outro conflito evidente se trata do fato de que o padre trabalha na parte administrativa de uma faculdade. Deste modo, não se questiona se ele tem ou não posse para adquirir tal veículo. O que se questiona no momento é o fato de que ele “é padre só de fim de semana, [pois] de semana ele é reitor” [na realidade não é reitor, é administrador de uma instituição de ensino superior] (informação verbal, 2011). Para os fiéis do lugar incomoda muito não ter o padre presente o tempo todo e a semana inteira em Cascalho, e assim a crítica é feita de maneira velada e em formato de brincadeira. Desta forma, os conflitos são rearranjados nos espaços públicos/coletivo.

É o momento de desarranjo/rearranjo que equilibra a sociedade e torna possível sua manutenção e reprodução. A periodicidade da economia agrária, ligada aos ciclos da natureza, estabeleceu em todas as culturas um calendário de festividades, em que a comunidade se agregava para celebrar, agradecer ou pedir proteção. (FERLINI, 2001, p. 449)

Através da economia agrária, onde a cultura é cíclica, as festividades acompanham o ritmo onde “se agregava para celebrar, agradecer ou pedir proteção.” O celebrar é observado na festa propriamente dita, onde se come, bebe e canta. O agradecer e/ou pedir proteção é observado principalmente nas missas, onde de um modo geral, Deus é o provedor e os fiéis os merecedores.

Vale ressaltar que a disponibilidade de trabalhar nas festas por parte dos fiéis e a instalação de uma cozinha de porte industrial revela algo bastante interessante: são bem sucedidos economicamente.

Segundo Maria Isaura Queiroz, essa disponibilidade econômica, onde o indivíduo pode abrir mão de um ou mais dias de trabalho evidencia seu sucesso econômico, o que não acontece em bairros carentes em que um dia de trabalho dedicado a outra atividade pode comprometer o orçamento familiar. Como o indivíduo do bairro pode se ausentar do trabalho para executar as atividades ligadas à religião, sua reunião frequente o leva a uma integração maior no grupo, pois:

Quanto mais integrado o grupo de vizinhança na civilização rústica, quanto mais harmoniosas as relações internas, quanto mais elevado seu nível econômico, mais serão conservadas práticas folclóricas de gênero teatral, que outrora constituíam as peças de resistência de todas as festas: congadas, cavalhadas, Nau Catarineta, Bumba-meu-Boi. Porém, para que o teatro rústico possa persistir é necessário uma disponibilidade econômica maior do que a [sic] [há] hoje na maioria dos bairros rurais. (QUEIROZ, 1973b, p. 83-84)

Obviamente, quando há o momento da doação de alimento ou mesmo de dinheiro para a Igreja, o fiel também almeja uma bonificação espiritual da parte de Deus. Porém o que Maria Isaura Queiroz diz em seu texto, é que além de almejar tal benção, a doação significa que há um sucesso econômico, não há privações. Ou seja, onde há sucesso econômico o sitiante pode tirar parte do que produziu em doação para a Igreja. Todo o período de tempo em que se dedicou a cuidar de tal produção não retornará economicamente para o sustento da família, mas ainda assim pode doar. Sem contar que gastou tempo cultivando, gastou recursos financeiros para compra de sementes, alimentação e criação de animais que também foram doados, como porcos e aves. Pois, onde a privação financeira é significativa, a doação não se consuma e conseqüentemente a reunião do grupo também. Desta forma, o bairro se desintegra enquanto grupo o que na realidade não aconteceu em Cascelho, pois de uma forma ou de outra sempre se mantiveram unidos nas missas, festas e comemorações. Segundo Warren Dean (1977, p. 176-177) desde o princípio, os sitiante eram “prósperos”. Hoje se vê o reflexo

deste sucesso econômico na estrutura física tanto da igreja de Cascalho, quanto no Salão de Festa atrelado à igreja e, conseqüentemente, na união do grupo.

Em relação à estruturação física do espaço Salão Paroquial Antônio Klein vale ressaltar que se trata de um amplo salão, com cobertura, piso, e que conta também com duas cozinhas bastante estruturadas. Na área pública do Salão paroquial é possível observar duas grandes figuras pintadas, onde estão retratadas paisagens de Godega de Sant'Urbano e Colle Umberto, cidades de onde veio boa parte dos italianos formadores do Núcleo Colonial de Cascalho. Conta com banheiros que foram recentemente reformados com capacidade de atender o público de forma higiênica e confortável. Nas respectivas cozinhas encontram-se pias em tamanho e padrão "industrial", ou seja, onde se serve comida a um grande número de pessoas. Dos equipamentos disponíveis, há grandes exaustores para que o cheiro e a fumaça sejam exalados para a área externa ao recinto. Fogões industriais que comportam painéis de grande porte, 30 litros em média, e fritadeiras elétricas, o que facilita assim a preparação de pratos tais como: polenta, frango, pastéis, entre outros, muito comuns nos eventos. Toda a capacidade que a igreja teve em adquirir os equipamentos necessários para a realização das festas mostra-nos que, de fato, os fiéis de modo geral são bem sucedidos economicamente. E graças ao esforço contínuo dos padres as festas nunca deixam de se realizar. Aliás, o atual padre trabalha diretamente no preparo da comida, servindo e limpando sempre que necessário.

Importante ressaltar que a presença e a participação direta do padre nas festas inibe as possíveis ausências por parte dos fiéis, de modo que se observam comentários tais como: "Isso é importante [participar da organização das festas] por que se o padre tá junto, eu não vou? Vai cedinho" (M., informação verbal, 2011). Isto demonstra que os fiéis estão sempre atrelados à Igreja de alguma forma, de modo que a presença do padre incentiva a todos a participar. Mas, acima de tudo, se trata de uma motivação, assim não há os que se acham menos habilitados ou incapazes, pois toda ajuda é bem vinda e isto fica bastante evidente quando se observa o tratamento que o padre ministra, no preparo e no momento da festa. Toda ajuda é bem vinda à organização e preparo da festa, tanto dos mais idosos que se dedicam a fazer algo que será servido na festa, ou no caso das crianças que aparecem limpando o ambiente.

Como são várias as festas organizadas ao longo do ano, o padre costuma convocar os fiéis de forma rotativa. Isto facilita inclusive sob o aspecto de que alguns dominam a produção de tal alimento e outros não. Assim, de modo geral, os que trabalham na Festa do Milho, por exemplo, provavelmente não irão trabalhar na Festa Italiana e vice-versa. Por

exemplo, os que têm habilidade na produção da polenta ou do curau, não necessariamente cozinham bem massas ou temperem bem o frango servido. Esta estratégia é muito importante sob dois aspectos: primeiro, não sobrecarrega os fiéis, pois se deve lembrar que muitas vezes são dias de trabalho que foram dedicados à Igreja e não haverá o retorno financeiro para a família; o segundo aspecto, é que todos participam de forma rotativa, e isso faz com que muitos e não apenas um número limitado desenvolvam atividades junto à Igreja. Desta forma, a vivência na organização das festas não prejudica ou promove um grupo em detrimento dos demais.

Um fator bastante importante é que o padre se torna um fiel igual aos demais no sentido de que participa de toda e qualquer atividade. Deste modo, não rejeita uma ou outra atividade, no receio de minimizá-lo, antes, se comporta como igual no sentido de que não está nem acima nem abaixo hierarquicamente. É comum durante a festa ver o padre administrando, bem como limpando chão ou mesas. Vale lembrar que o atual padre é nascido e foi criado em Cascalho, o que obviamente facilita as relações entre os indivíduos. Principalmente os mais velhos o veem como um membro igual aos demais, do Bairro, com a diferença que se trata de um padre. Este é um fator muito importante sob a ótica social no sentido de facilitar e promover as relações. Pois, para os mais velhos que o conheceram desde menino, a relação extrapola o perfil fiel/padre, sobretudo há um profundo respeito entre ambos. Para os mais jovens, há o respeito pelo padre, mas também há uma relação mais íntima no sentido de que existe uma relação de parentesco com alguns. E com os que não têm esta relação, ainda há o perfil do padre moderno que organiza festas para que os jovens participem prestigiando música, comida e a reunião de outros jovens. Outro destaque é que além de se comportar como um fiel igual aos demais, ele próprio como sendo de Cascalho trata a todos com um nível de intimidade e simplicidade que qualquer morador que nasceu e se criou em Cascalho pode fazê-lo. Assim, podemos concluir que ele tem de fato um senso de liderança por motivar os fiéis a participar das atividades. Porém, isto não se dá de forma hierarquicamente rígida no sentido de que ele, como padre, não pode fazer trabalhos considerados menores.

4.3.1. Befana

A festividade, muito comum na vida do camponês se apresenta de várias formas, e em sua grande maioria está ligada à colheita, e de modo geral atrelada a algum fator religioso, em geral dias santo. Em Cascalho são várias as festividades: Natal, Festa do Milho, Befana, entre outras.



Fig. 16: Encenação da festa da Befana no salão paroquial (Fonte: OLIVEIRA, 01/2011).

A Befana, Epifania, significa manifestação de Jesus a todas as raças, e tem origem na tradição do dia da festa de reis, e é a última comemoração que faz parte do Natal. A tradição narra que quando os reis magos foram ao encontro de Jesus, convidaram no meio do caminho uma senhora que se recusou a ir junto, porém mais tarde, arrependida por não levar o presente a Jesus, sai a vagar em busca dele. Assim, sai pelo mundo distribuindo presentes às crianças na tentativa de chegar a Jesus. As crianças boas são presenteadas com doces, e as crianças ruins com carvão em vez de doce. A Befana ainda é comemorada na Itália nos dias de hoje, bem como fazia parte dos costumes dos antigos no Bairro. Em Cascalho a Befana é comemorada com encenações desde 2007, presenteando ou punindo as crianças de forma cênica (figura 16). Sempre é ensaiada em forma de teatro pelo grupo teatral do lugar. Durante a apresentação, que tem o intuito de entreter e alegrar a plateia, tem como objetivo maior ensinar a tradição aos pequenos, além de ensinar bons hábitos às crianças. Os atores envolvidos na peça explicam de onde vem à origem da Festa da Befana, e o que significa.

Durante a encenação as crianças também participam por levar meias onde serão entregues os docinhos que tanto almejam, bem como recebem carvão as crianças punidas por mau comportamento. Todas, obviamente, fazem parte da encenação. Ao final das apresentações, todos são convidados a partilhar da comida e bebida que cada participante trouxe ao salão paroquial, numa confraternização da comunidade.

4.3.2. Folia de Reis

A Folia de Reis também é comemorada no dia 6 de janeiro, mesmo dia da Befana. Esta comemoração, “[...] ‘Folia de Reis’ apresenta um caráter profano-religioso e faz parte do ciclo natalino [...]” (PERGO, 2011, p.1). Faz parte da última comemoração cristã que diz respeito ao nascimento de Cristo (figura 17). Aqui vale lembrar que esta comemoração tem caráter profano e religioso ao mesmo tempo, visto que profano diz respeito aos motivos seculares, em oposição ao não sagrado; e o sagrado é o conjunto de práticas e comportamentos da relação entre o homem e o divino. Nesse contexto é uma comemoração religiosa e cristã por ser católica e visar à comemoração do nascimento de Cristo e, por outro lado, é profana por se tratar de uma festa secular.

O sagrado se apresenta absolutamente diferente do profano, isto é, o primeiro relaciona-se a uma divindade e o segundo, não. A palavra sagrado tem o sentido de separação e definição, em manter separadas as experiências envolvendo uma divindade, de outras experiências que não envolvem, consideradas profanas. A experiência do sagrado remonta a comportamentos individuais e coletivos bastante remotos na história da humanidade. (ROSENDAHL, 1999, p. 231)

Os “reis” da Folia de Reis se referem aos três reis magos, Melchior, Baltazar e Gaspar, que visitaram Jesus em seu nascimento. É uma comemoração de origem portuguesa que chegou ao Brasil em 1535 com os jesuítas a fim de catequisar os índios. Tornou-se uma tradição desde então, embora apresente algumas pequenas variações (PERGO, 2011, p.1).

Durante o período de comemorações, a Folia costuma visitar as casas, composta pelo grupo completo, conforme variações locais, onde cantam, dançam e rezam. É um momento de grande alegria, pois, “A folia – um sinal de júbilo pelo nascimento de Cristo – organiza-se, em geral, em consequência da promessa, isto é, um compromisso livremente assumido, que obriga a folia a sair um mínimo de sete anos a fim de se conseguir a desejada graça”

(CASTRO; COUTO, 1961, p. 17). Sob esta ótica, a folia passa a ter um caráter sagrado para aqueles que a executam, apresentando assim um caráter duplo; profano sob a ética religiosa, mas também apresenta um caráter sagrado para os que participam desta.



Fig. 17: Apresentação da Folia de Reis no salão paroquial (Fonte: OLIVEIRA, 01/2011).

Tal compromisso assumido deve durar sete anos, e durante esse período todos os componentes da folia deverão participar das comemorações, pois, caso algum membro da folia abandone-a, corre-se o risco de que a graça não seja alcançada. As folias são compostas muitas vezes por membros diretos da família do mestre, e este escolhe quem deverá ser os membros da folia, que num geral são parentes, amigos, e compadres. Pessoas estas de confiança do mestre, no sentido de que não abandonarão o compromisso nem causarão problemas de qualquer ordem, visto que o mestre é respeitado pelos escolhidos (CASTRO; COUTO, 1961, p. 18).

Ressalta-se que as próprias estruturas das folias não são idênticas, mas sujeitas a variações locais. Pode variar na quantidade de membros que a compõe, na presença ou ausência de alguns personagens, e até mesmo na proibição, em alguns casos, da figura feminina, além da permissão de crianças.

Num geral são cantadas músicas populares e as de tom religioso, além do fato de que há o momento da reza da qual jamais se recusam executar. O grupo, de modo geral, respeitando suas individualidades regionais, é formado por um Mestre, Contra-mestre,

Ajudante, Contrato¹⁰, Tipe, Retipe, Contratipe, Tala, ou Finório, Bastião, Palhaço e Capitão. Mais comumente o Mestre, tem a função de iniciar o canto, que se apresenta em versos ou mesmo de improviso. No caso do Bastião, seu personagem se veste como mascarado e porta uma espada, tem a função de alegrar a folia, mas, principalmente tem função de abrir passagem para que a Folia possa passar.

Um momento muito especial no contexto de Cascalho é a presença da folia dentro da igreja. Em especial, no ano de 2011 chovia muito, e o padre atual gentilmente os convidou para que executassem cantorias no altar da igreja e os foliões respeitosamente tiraram suas mascaras e se dedicaram a cantar músicas de tom religioso. Esse sincretismo é bastante interessante, afinal, como já foi dito, se trata de uma comemoração profana, mas com o consentimento do padre, esta é permitida dentro do espaço sagrado da igreja.

4.3.3. Semana Italiana

A Semana Italiana é uma festividade que, como o próprio nome sugere, dura toda uma semana, logo após a Páscoa. Neste período são realizadas missas no idioma italiano, onde o padre reza em italiano e os fiéis respondem no mesmo idioma. O contexto religioso nunca é esquecido e, atrelado a este, estão às festividades. Neste caso há a missa italiana comemorativa e o Jantar Italiano que é realizado logo em seguida (figura 18).

Deste modo, aos sábados logo após a missa rezada em italiano, todos se dirigem ao Salão Paroquial onde a festa propriamente dita ocorre. Previamente se compra uma adesão para participar do jantar, e come-se à vontade, ao som de muita música italiana. É curioso ver todas as gerações juntas comendo, bebendo e cantando músicas italianas. Na ocasião o Salão Paroquial é todo ornamentado com as cores da bandeira italiana, além de bastidores pendurados na parede onde se encontra o sobrenome de todas as famílias que formaram o Núcleo Colonial de Cascalho (Figura 19).

¹⁰ As palavras tiple, tipe, contrato e contralto apresentam pequenas variações de significados, segundo dicionário Houaiss, “Tiple: a voz mais aguda das vozes humanas”. “Tipe: no canto da dança-de-são-Gonçalo, a segunda voz” (2001, p. 2721). “Contrato: na Folia de Reis, o figurante que canta a voz mais grave” (2001, p. 824) e, “Contralto: no canto, a voz feminina mais grave, que tem o registro entre o do tenor e o do meio soprano” (2001, p.821).



Fig. 18: Jantar Italiano (Fonte: OLIVEIRA, 04/2011).



Fig. 19: Jantar Italiano com destaque para os bastidores com o nome das famílias formadoras do Núcleo. (Fonte: OLIVEIRA, 04/2011).

Boa parte do público pertence à população de Cascalho. Muitos outros vêm de municípios da região, especialmente descendentes dos formadores do Núcleo que nunca moraram em Cascalho. O evento é organizado por um “coordenador” que se trata do atual padre de Cascalho, e por membros fiéis da Igreja. Sempre há um cuidado muito minucioso por todos que preparam o jantar propriamente dito, assim como toda a festa em si.

Obviamente, com a festividade o padre se encontra atarefado com a preparação do jantar, de modo que outro padre fica responsável por rezar a missa. Habitualmente, quem fica responsável pela missa em italiano é um padre, também de Cascalho, Márcio Fernandes,

doutor pela USP de Ribeirão Preto, que desenvolveu tanto sua dissertação como sua tese em pesquisas sobre Cascalho. Em sua dissertação “As bênçãos e a prática de exorcismos na primeira metade do século XX, na paróquia de Cascalho” de 2001, fala sobre a influência do Padre Stefanello sobre a comunidade, uma dissertação rica em detalhes e com depoimentos extremamente esclarecedores. Já em sua tese de doutorado intitulada “As vivências de imigrantes e de seus descendentes: análise fenomenológica das cartas” de 2007, se volta mais para a análise das cartas trocadas entre a comunidade de Cascalho e seus parentes que ficaram na Itália. Este doutorado foi executado parte no Brasil, parte na Itália, onde ele fez uma análise *in loco* sobre como e quais aspectos influenciaram na formação de seus usos e costumes aqui no Brasil; o que havia por traz das cartas, e principalmente como a assimilação dos aspectos culturais influenciou no caráter identitário da população do lugar. Normalmente, as burocracias universitárias exigem que o pesquisador domine o idioma do país ao qual está se mudando para que a pesquisa se desenvolva de forma satisfatória, e não se torne um contratempo. Essa experiência de estudos na Itália contribuiu para que este padre aprimorasse ainda mais a fluência no idioma italiano. Assim, se tornou informalmente o responsável pela missa rezada em italiano nesta semana de comemoração. Obviamente não só a responsabilidade de rezar a missa em italiano o faz voltar todo ano a Cascalho, pois também existe o elemento afetivo. Ele aproveita para rever parentes e amigos que conviveram com ele.

Assim, o momento da festa italiana é como se pudessem naquele momento reviver um tempo já passado, o tempo daqueles italianos que aqui no Brasil formaram seu lar. É o resgate da memória daqueles italianos que se viram obrigados a deixar seu país, mas trouxeram consigo toda a esperança e expectativa de viver aqui no Brasil uma vida melhor, uma vida mais justa. Assim, seus descendentes hoje revivem este momento por meio da festa, porém, valorizando tudo o que aqueles italianos conquistaram aqui no Brasil, afinal, aqui é seu lar, onde desenvolveram laços de territorialidade. Desse modo, querem valorar sua ascendência dando maior evidência aos descendentes que hoje seguem a tradição do plantio, do sítio, dos costumes, da religiosidade, e das festividades.

4.3.4. Festa do Milho

A Festa do Milho, como as demais, conta com a participação dos fiéis na sua organização, sempre com a figura do padre na liderança (figuras 20 e 21). O milho tem um significado especial para a cultura caipira em geral, faz parte dos alimentos ditos básicos. Antônio Cândido em seu livro “Parceiros do Rio Bonito” de 1964, sua primeira edição, cita a influência do milho na comunidade caipira, e faz assim uma relação básica entre outros alimentos típicos da culinária brasileira para mostrar sua importância dizendo que (CÂNDIDO, 2001 p. 65) “[...] feijão e milho como pratos de todo o dia [...]”. E diz como é a forma preferida do consumo do milho que (CÂNDIDO, 2001 p. 69) “Verde, come-se na espiga, assado ou cozido; em pamonhas; em mingaus; em bolos, puros (curau) ou confeccionados com outros ingredientes”. Cascalho como produtor de alimento, conta desde sua formação como Núcleo até os dias de hoje como Bairro com a produção de milho.



Fig. 20: Faixa que recepciona os participantes da festa do milho de Cascalho (Fonte: OLIVEIRA, 02/2011).



Fig. 21: Contraste entre a modernidade dos carros e a tradição das montarias durante a Festa do Milho de Cascalho (Fonte: OLIVEIRA, 02/2011).

De modo geral todos os alimentos a base de milho servidos na Festa são produzidos pelos fiéis. Existem os fiéis que doam o milho, para a polenta ou para o milho verde que é servido em espiga. Habitualmente são sempre dois os fornecedores. Visto que, nem sempre o que planta milho para o milho verde, também plantou milho para a polenta. Outro fator bastante interessante de notar é que deste modo não sobrecarrega um fiel na doação, e faz com que um maior número de fiéis participem ativamente das festas. E o milho que é doado para a polenta, normalmente é moído por outro fiel que possui o moedor que de forma também voluntária se dispõe a moê-lo e entregá-lo no Salão Paroquial. Salvo algumas exceções em que, por questões práticas, não são produzidas pelos fiéis no momento da Festa. Dentre eles, a pamonha, pois esta demanda um trabalho muito extenso em sua preparação não podendo ser preparada ali no momento do consumo.

4.3.5. Festa de Nossa Senhora da Assunção

O Núcleo Colonial de Cascalho contou com o auxílio do padre Luiz Stefanello, para a escolha da padroeira de Cascalho, em 1914. Os italianos de Cascalho chegaram em 1893, mas a escolha da padroeira aconteceu anos mais tarde, somente em 1914. Esta é a Padroeira Nossa Senhora de Assunção.

Assim a figura da Padroeira é um marco no sentido de referência para a comunidade deste território, pois ela é tida como um patrimônio que foi passado a todos os moradores de geração em geração, como símbolo da comunidade. Vale ressaltar que a Santa usa grandes brincos doados por uma fiel (figura 22). Esta fiel havia prometido que se alcançasse uma graça doaria os brincos de ouro à Santa. Estes foram doados pela “Sra. Mariana Mercuri, devido a uma graça alcançada. Foram colocadas na imagem, para lembrar as moças da paróquia de que deviam seguir o costume do Vêneto, na Itália, onde todas as moças de família usavam brincos” (BOTTEON, 2005, p. 47). Esse depoimento é importante no sentido de que os brincos indicariam a comunidade que deveriam seguir um costume que veio da Itália, mais especificamente do Vêneto. Muito embora as moças de Cascalho não usem esse tipo de brinco por questões muito lógicas, tanto pelo custo, visto ser de ouro, quanto pelo perigo de usar um brinco desses ao se deslocar, o que deve ser levado em consideração é o seu símbolo. Pois, o brinco seria um indicativo de que todos os que olhassem para a santa veriam os brincos e automaticamente se lembrariam de que era um costume do lugar de origem dos seus ascendentes, ou seja, daquele grupo de imigrantes do Vêneto.

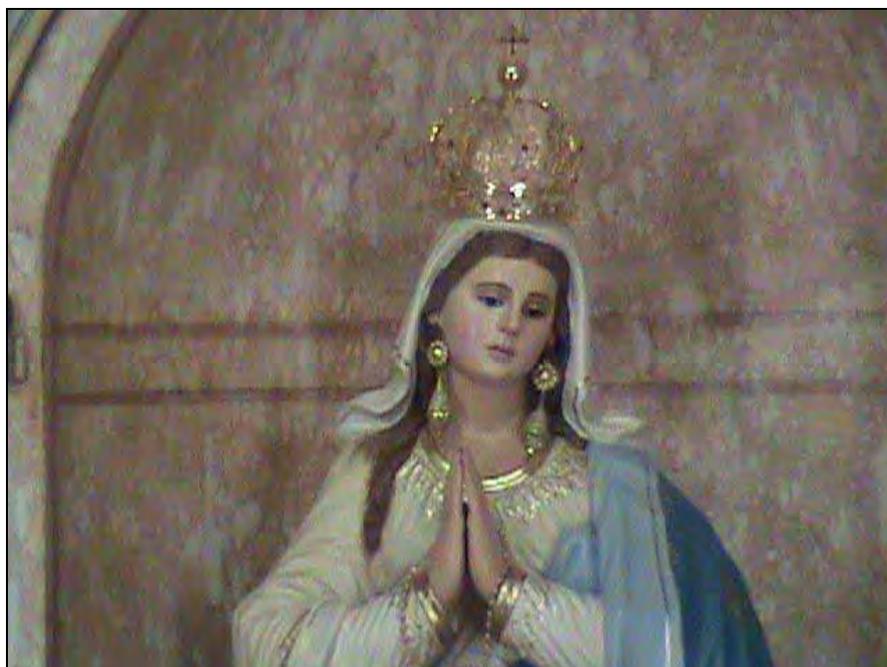


Fig. 22: Detalhes da imagem de Nossa Senhora da Assunção na paróquia de Cascalho (Fonte: OLIVEIRA, 04/2011).

CONCLUSÃO

Cascalho apresenta características específicas à sua identidade territorial baseada nos elementos materiais e imateriais, que formam seu patrimônio cultural. A construção de espaços significativos da vida coletiva expressos no Bairro como na igreja, no cemitério e na associação *Trevisani nel Mondo*, é mais do que tornar o espaço funcional, mas registrar a memória de sua formação territorial. O tempo daqueles italianos que formaram o Núcleo de Cascalho, e daqueles que puderam conviver com o padre Luiz Stefanello, é reavivado pelas festas e relações familiares que perduram entre os mais jovens e os antigos moradores. O passado apresenta-se nas conversas na mesa da cozinha, nos rosários em memória ao padre Stefanello, nas fotos de família e nos poucos fragmentos do dialeto vênето que ainda sobrevivem. A consanguinidade e os laços de territorialidade aproxima Cascalho da definição de bairro rural como descreve Cândido (2001) em “Parceiros do Rio Bonito”. Identificar-se não só com os espaços, mas, sobretudo com seus significados, nos mostra a grande afetividade com o lugar.

A preservação da identidade grupal aparece reforçada pelos eventos realizados durante o ano todo, registrados no calendário das festas, com forte vínculo religioso. A Festa da Befana é um rito resgatado da memória da comunidade na tentativa de passar ensinamentos dos mais velhos às crianças como forma de orientar a conduta. Tudo isso denota que a princípio o que os unia à Itália como laços de família, onde tinham seus pais, irmãos, primos e outros, foram recriados sob a forma de laços de territorialidade. Aqui no Brasil, embora não tivessem grandes núcleos familiares (consanguíneos) que tinham nas áreas de origem, os casamentos e as novas famílias se firmaram também pelos laços de territorialidade, ou seja, passaram a ser identificados como moradores do bairro de Cascalho. Assim, passam a pertencer a um determinado território onde desenvolveram novos laços de pertencimento, novas relações sociais e parentais, uma nova territorialidade.

A maioria das famílias demonstra considerado sucesso econômico, preservando suas terras e garantindo a reprodução do grupo no que se refere ao acesso a bens e serviços pelos mais jovens, dentro e fora do bairro. Para os que não têm terra, vale lembrar que o sitiante apresenta uma profunda preocupação em gerar emprego e renda a essas pessoas, afinal “por que senão como é que faz” (G. informação verbal, 2011). Demonstram preocupação em dar condições aos que não tem terra em se manter economicamente, dando assim dignidade aos que de alguma forma trabalham na terra, mas não a possuem.

Voltar à Itália era algo distante, tanto da realidade do camponês quando de suas expectativas. Afinal não tinham para onde voltar, lembrando que saíram da Itália justamente por que perderam suas terras ou fugindo da miséria e, não conseguiram aqui no Brasil juntar uma reserva financeira a ponto de pagar as despesas da volta e comprar novas terras, de modo que tal possibilidade foi descartada para a grande maioria desses imigrantes. “A primeira geração que veio da Itália, essa tinha vontade de esquecer a Itália por que ela representava o que? A fome, a miséria, sofrimento e morte” (L., informação verbal, 2008); essa é uma citação que demonstra que não tinham nem muitos motivos nem condições de voltar à Itália, de modo que ficar não era uma oportunidade, era a única opção. Esta opção pode oferecer a este camponês a chance de permanecer no Brasil e formar uma nova territorialidade e, embora não se esquecessem de sua origem italiana, mantiveram os costumes, a religiosidade, a culinária, entre outros. Jamais esqueceram suas origens e tudo o que pudesse significar essas origens. Unidos a esses novos laços criados e sedimentados aqui, criaram assim um novo território. Apresentam sua própria cultura, que nada mais é do que a cultura trazida por eles unida com a cultura aqui encontrada e refeita por estes que não puderam voltar à sua terra natal e aqui permaneceram.

Desta forma, o modo de vida em Cascalho é reflexo da posse e manutenção das áreas de cultivo dos sítios, fruto de assentamento rural em pequenas propriedades.

A manutenção da arquitetura da igreja, da escola do bairro, do cemitério, etc., promove a preservação da identidade territorial, que também é reforçada pelos eventos realizados durante o ano todo, registrados no calendário das festas, com forte vínculo religioso.

Todos esses elementos já citados foram criados e adotados pelos imigrantes italianos de modo a refletir a nova territorialidade construída no Brasil. Cascalho é fruto de uma identidade territorial que se iniciou com os imigrantes italianos e é perpetuada hoje pelos seus descendentes.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, M. W. B. Redescobrimo a família rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v.1, n1, p.66-83, 1986. Disponível em <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_01/rbcs01_06.htm> Acesso em: 10 fev. 2008.

ALVES, M. A. A "conquista da terra": (re)produção social e (re)construção histórica entre agricultores familiares do município de Araponga - MG. **Mana**, Out 2006, vol.12, nº 2, p.269-283. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v12n2/a01v12n2.pdf>> Acesso em: 10 fev. 2008.

ASSOCIAZIONE TREVISANI NEL MONDO. Disponível em: <<http://www.trevisaninelmondo.it/LAssociazione/StoriadellATM/CostituzionedellaTrevisani/tabid/446/Default.aspx>>. Acesso em: 30 nov. 2010.

BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. Segunda Edição. São Paulo: Hucitec, 1994.

BLOEMER, N. M. S. **Descendentes italianos e caboclos: espaços compartilhados, identidades marcadas**. Disponível em: <<http://www.rizoma.ufsc.br/pdfs/207-of6-st1.pdf>> Acesso em: 10 fev. 2008.

BLOEMER, N. M. S. “Colonos Italianos” e “Caboclos” no Planalto Catarinense. In: GODOI, E. P. et al (Org.) **Diversidade do Campesinato: construções identitárias e sociabilidades**. São Paulo: UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. 2009. v.1, p.311-333.

BOMBARDI, L. M. O papel da geografia agrária no debate teórico sobre os conceitos de campesinato e agricultura familiar. **Geosp – Espaço e Tempo**, São Paulo, nº 14, p. 107-117, 2003. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geosp/Geosp14/Geosp_14_Bombardi.htm> Acesso em: 10 fev. 2008.

BOSI, A. **Dialética da Colonização**. São Paulo. Companhia das Letras, 1992.

BOSI, E. **Memória e Sociedade: Lembranças de velhos**. 14ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BOTTEON, L. C. (Coord.). **Cascalho Imigrantes de ontem, Brasileiros de Hoje: Álbum Histórico dos 110 anos de Imigração das Famílias de Cascalho**. São Paulo: Ave-Maria, 2005.

CÂNDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**. 9ª edição. São Paulo: Duas Cidades, 2001.

CARNEIRO, J. F. D. **Imigração e Colonização no Brasil**. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil. Faculdade Nacional de Filosofia. [1950?].

CARNEIRO, M. J. ; MALUF, R.S. **Para Além da Produção: Multifuncionalidade e Agricultura Familiar**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

CARNEIRO, M.J. Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: uma abordagem comparativa. In: MOREIRA, R.J.; COSTA, L.F.C. (Org.) **Mundo rural e cultura**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002. p. 223-240.

CASTRO, Z. M.; COUTO, A.P. **Folias de Reis**. Rio de Janeiro: Itambé, 1961.

CASTRO, I. E. [et. Al.] **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

CENNI, F. **Italianos no Brasil**. São Paulo: Livraria Martins [1975?].

COELHO, M. **Bairro dos Machados: Entre o Sonho e a Realidade**. 239 folhas. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Ciências e letras de Araraquara. UNESP - Araraquara, 1991.

COSGROVE, D. Geografia Cultural do Milênio. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.) **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: EdEURJ. 1999, p. 17-46.

COSGROVE, D. A Geografia esta em toda parte: Cultura e Simbolismos nas Paisagens Humanas. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.) **Paisagem, tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdEURJ. 2004, p. 92-122.

COMUNE Colle Umberto. Disponível em: <<http://www.comune.colle-umberto.tv.it/>>. Acesso em 10 fev. 2010.

DADOS Geográficos. **Prefeitura Municipal de Cordeirópolis**. Disponível em: <<http://www.cordeirópolis.sp.gov.br/link.php?id=3>>. Acesso em: 21/07/2011

DAVATZ, T. **Memórias de um Colono no Brasil**. 1850. Tradução, prefácio, notas: Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1980.

DEAN, W. **Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura 1820-1920**. Tradução Waldívia Marchiori Portinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FERLINI, V. L. A. Folgedos, Feiras e Feriados: Aspectos Socioeconômicos das Festas no Mundo dos Engenhos. In: JANCSÓ, I.; KANTOR, I. (Org.). **Festa: Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa**. Volume II. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 449-462.

FERNANDES, M. L. **As bênçãos e a prática de exorcismos na primeira metade do século XX, na paróquia de Cascalho**. 211 folhas. Dissertação apresentada à faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/USP – Dep. de Psicologia e Educação. Ribeirão Preto, 2001.

FERNANDES, M. L. **As vivências de imigrantes e de seus descendentes: análise fenomenológica das cartas**. 200 folhas. Tese apresentada à faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/USP – Dep. de Psicologia e Educação. Ribeirão Preto, 2007.

FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara.1989.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. Rio de Janeiro: Record, 1998.

GOMES, P.C.C. Cultura ou Civilização: a renovação de um importante debate. In: Zeny Rosendahl; Roberto Lobato Corrêa. (Org.) **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999, p. 99-122.

GONÇALVES, J.R.S. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônio. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, n. 23, vol. 11, jan/jun, 2005. <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832005000100002> > Acesso em: 29 nov 2011.

GRAMSCI, A. **A Questão Meridional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

GROSSI, V. **Storia dela colonizzazioni europea all Brasile e della emigrazioni italiana nello stato de S Paulo**. Milano, Roma, Mapoli,: Società Editrice Dante Alighiere, 1914.

GUIMARÃES, S. T. L. **Paisagens**: aprendizados mediante as experiências. Um ensaio sobre interpretação e valoração da paisagem. 167 f. Tese (livre docência) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Rio Claro - SP. 2007.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002.

HAESBAERT, R. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, M. A; SPOSITO, E. S. (org.) **Territórios e Territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 95-120.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais. In: **Manifestações da Cultura no Espaço**. (org.) Zeny Rosendahl; Roberto Lobato Corrêa. Rio de Janeiro:EdUERJ, 1999, p. 169-190.

HARVEY, D. **A Condição Pós-Moderna**: Uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. 16ª edição. São Paulo. Loyola. 2007.

HISTÓRICO do Bairro. Apresenta informações históricas sobre o Bairro de Cascalho. Disponível em: < http://www.cascalho.net/historico_bairro.jsp> Acesso em: 10 fev. 2008.

HOBBSBAWN. E.; RANGER, T. (Org.) **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1997.

HOLZER, W. Paisagem, Imaginário, Identidade: alternativas para o estudo geográfico. In: **Manifestações da Cultura no Espaço**. (Org.) Zeny Rosendahl; Roberto Lobato Corrêa. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999, p. 149-168.

HOUAISS, A. VILLAR, M.S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HUBERMAN, L. **A História da Riqueza do Homem**. Tradução de Waltensir Dutra, 21ª edição, Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

IANNI, C. **Homens Sem Paz**: Os conflitos e os bastidores da emigração italiana. São Paulo: Civilização Brasileira SA. 1972.

IANNI, O. A Utopia Camponesa (1986). In: Clifford [et al] (Org.) **Camponeses brasileiros**: leituras e interpretações clássicas. São Paulo: UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. 2009. v.1, p.135-144.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 13 dez. 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2010. Dados solicitados e recebidos via e-mail. 25 jul. 2011.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Recomendação Paris**. Brasília, 2003. Disponível em:

<<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do;jsessionid=34DC3A9BAEDAD2C32248B73C20C3C9D4?id=271>>. Acesso em: 21 mar. 2011.

ISTAT – Istituto Nazionale di Statistica. **Rapporti di densità**. Roma, 2003. Disponível em: <<http://www.istat.it>>. Acesso em: 08 jun. 2011.

ISTAT – Istituto Nazionale di Statistica. Serie storiche. **Popolazione residente per regione e ripartizione geografica ai censimenti 1861-2001 e anno 2009** – Confini al censimento 2001. Roma, 2011. Disponível em: <[http://seriestoriche.istat.it/index.php?id=7&user_100ind_pi1\[id_pagina\]=43&cHash=18b3a7f14a520e847fc41c2bc47bddba](http://seriestoriche.istat.it/index.php?id=7&user_100ind_pi1[id_pagina]=43&cHash=18b3a7f14a520e847fc41c2bc47bddba)>. Acesso em: 06 jul. 2011.

LAMOUNIER, M. L. Entre a Escravidão e o Trabalho Livre. Escravos e Imigrantes nas Obras de Construção das Ferrovias no Brasil no Século XIX. **Economia**, Selecta, Brasília (DF), v.9, n.4, p.215–245, dez. 2008.

LEFEBVRE, H. Problemas de Sociologia Rural. In: MARTINS, J. S. (Org.). **Introdução Crítica à Sociologia Rural**. São Paulo: Hucitec, 1981.p.145-162.a.

LEFEBVRE, H. Perspectivas da Sociologia Rural. In: MARTINS, J. S. (Org.). **Introdução Crítica à Sociologia Rural**. São Paulo: Hucitec, 1981.p.163-177.b.

LOMBARDO, M. A. **Economia de Mercado e Organização do Espaço Agrário**: o exemplo de Cordeirópolis. 138 folhas. Dissertação de mestrado apresentada ao departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. USP. São Paulo, 1978.

MAIA, C. E. S. Ensaio Interpretativo da Dimensão Espacial das Festas Populares Proposições Sobre Festas Brasileiras. In: Zeny Rosendahl; Roberto Lobato Corrêa (Org.) **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999, p. 191-218.

MARTINS, J. S. **Subúrbio**. Vida Cotidiana e História no Subúrbio da Cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da Republica Velha. São Paulo: Hucitec.; São Caetano do Sul: Prefeitura de São Caetano do Sul, 1992.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. livro primeiro: o processo de produção do capital. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 1980. 2v.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro terceiro: o processo global da produção capitalista. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 1981. 3v.

MAURO, T. ; VEDOVELLI, M. **La Diffusione dell'italiano nel mondo e le vie dell'emigrazione**: retrospectiva storico-istituzionale e attualità.: Centro Studi Emigrazione. Roma, 1996.

MEDEIROS, R. M. V. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, M. A; SPOSITO, E. S. (org.) **Territórios e Territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 217-227.

MEIHY, J.C. S.B. **Manual da História Oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. Tradução: Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Hucitec; Polis, 1984.

MOURA, M. M. **Os herdeiros da terra**: parentesco e herança numa área rural. São Paulo: Hucitec, 1978.

NISBET, R. A. Conservadorismo e Sociologia. In: MARTINS, J. S. (Org.). **Introdução Crítica à Sociologia Rural**. São Paulo: Hucitec, 1981. Cap. 2, p. 62-76.

OLIVEIRA, A. G. **Um Estudo Geográfico do Núcleo Colonial de Cascelho, Município de Cordeirópolis-SP**. 2008. 42f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharelado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, Rio Claro, 2008.

OLIVEIRA, L. L. **Nós e Eles**: relações culturais entre brasileiros e imigrantes. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

PANIS, M. **Turismo, patrimônio cultural e desenvolvimento local – O distrito de Rincão da Cruz no município de Pelotas-RS**. 2009. 226 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Instituto de Geociências. Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP. Campinas-SP, 2009.

PAOLIELLO, R. M. Estratégias espaciais, reconversões identitárias e novas ruralidades em terras remanescentes de quilombos. In: **VII CONGRESSO LATINO AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL**, 7º, 2006, Quito, Equador. Disponível em:

<<http://www.rimisp.org/FCKeditor/UserFiles/File/documentos/docs/pdf/0511-006538-08gtrenatamedeirospaoliello.pdf>> Acesso em: 10 fev. 2008.

PERGO, V. L. **Os rituais na folia de reis**: uma das festas populares brasileiras. Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf/st1/Pergo,%20Vera%20Lucia.pdf>> acesso em: 13 de março de 2011.

PETRONE, M. T. S. **O imigrante e a Pequena Propriedade** (1824-1930). São Paulo: Brasiliense, 1984.

POLLICE, F. Il Ruolo dell'identità Territoriale nei Processi di Sviluppo Locale. **Bollettino della Società Geográfica Italiana**, Roma, v. X, n. 1, p. 75-92, gen-mar. 2005.

POLLICE, F. O Papel da Identidade Territorial nos Processos de Desenvolvimento Local. Tradução de Andrea Galhardi de Oliveira, Renato Crioni e Bernadete Ap. C. C. Oliveira. **Espaço e Cultura**, UERJ. Rio de Janeiro, n. 27 p. 7-23, jan/jun, 2010. Disponível em: <http://www.nepec.com.br/rev_espcul_27.htm> Acesso em: 11mar. 2011.

POSTULAÇÕES. Disponível em: <http://www.scalabrini.org/index.php?option=com_content&view=article&id=239&Itemid=68&lang=pt>=>> Acesso em: 17 nov. 2012

PRADO, C.Jr. **História Econômica do Brasil**. 4ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1956.

QUEIROZ, M. I. P. **Bairros Rurais Paulistas**: dinâmica das relações, bairro rural - cidade. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1973a.

QUEIROZ, M. I. P. **O campesinato brasileiro**: ensaios sobre a civilização e grupos rústicos no Brasil. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo; Petrópolis: Vozes, 1973b.

QUEIROZ, M. I. P. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: VON SIMSON, O.M. (Org.). **Experimentos com Histórias de Vida (Itália-Brasil)**. São Paulo: Revista dos Tribunais. 1988. Cap. 2, p. 14-43.

QUEIROZ, M. I. P. O pesquisador, o problema da pesquisa, a escolha de técnicas: algumas reflexões. In: LANG, A. B. S. G. (Org.) **Reflexões sobre a pesquisa sociológica**. São Paulo: Ceru, 1992. p. 13-29.

RICCI, M. CARVALHO, Marcus J. M. de. Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo. Recife, 1822 – 1850. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, Editora Universitária da UFPE, Recife, 1998, v. 20, nº 39, p. 291-296 . 2000

ROSENDAHL, Z. O Espaço, O Sagrado e o Profano. In: Zeny Rosendahl; Roberto Lobato Corrêa. (Org.) **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999, p. 231-247.

ROUANET, S. P. Ética e antropologia. **Estudos Avançados**. São Paulo, v.4 no.10, p. 111-150, sep./dec. 1990

SANTIN, S. Integração sócio-cultural do imigrante no Rio Grande do Sul. In: BONI, L. A. (Org). **A Presença Italiana no Brasil**. Volume III. Porto Alegre: Edições Est. Torino: Fondazione Giovanni Agnelli.1996.p. 593-610.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A; SPOSITO, E. S. (org.) **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

SILVA, J. M. P. Poder, governo e território na sociedade contemporânea. **Série Estudos e Ensaio / Ciências Sociais / FLACSO-Brasil**, Brasília, p. 215-245, jun. 2009.

SILVA Jr., G. T. **Santa Bárbara, seu monge e sua igreja**. São Paulo: Arcádia, 1998.

SILVEIRA, M. C. **Imigração Italiana em Limeira - SP: terra, política e instrução escolar (1880-1900)**. 181 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP. Campinas-SP, 2007.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações. O velho e o novo em uma discussão marxista. **Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 26, 1981. p. 42-80.

SOUZA, M. J. L. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (org.) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116.

SOUZA, M. J. L. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A; SPOSITO, E. S. (org.) **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 57-72.

TELLO, E. La formación histórica de los paisajes agrarios mediterráneos: una aproximación coevolutiva. **Historia Agraria: revista de agricultura e historia rural**. nº19, p.195-212. 1999.

TRENTO, A. **Do Outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil**. São Paulo: Nobel. 1989.

TORRINHA, F. **Dicionário Latino-Português**.: [S.L.] Edições Maranus. 1945.

TUAN, Y. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Tradução de: Livia de Oliveira. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL Difusão Editorial, 1980.

WILKINSON, J. **O Estado a Agroindústria e a Pequena Produção**. São Paulo: Editora Hucitec. Fundação Centro Estadual de Planejamento Agrícola – CEPA-BA. Salvador. 1986.

WOORTMANN, E. F. **Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste**. São Paulo: Hucitec; Brasília: EDUNB, 1995.

WOORTMANN, E. F.; WOORTMANN, K. **O Trabalho da Terra**: A lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Universidade de Brasília, 1997.

WOORTMANN, K. Migração, Família e Camponato (1990). In: Clifford [et al] (Org.) **Camponeses brasileiros**: leituras e interpretações clássicas. São Paulo: UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. 2009. v.1, p.217- p.238.

WOORTMANN, K. Com parente não se negueia - o camponato como ordem moral. **Anuário Antropológico 87**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990. p. 11-73.

Apêndice 1: entrevistas

As entrevistas aqui citadas não foram realizadas somente no período de desenvolvimento desta presente dissertação. Algumas entrevistas de fundamental relevância realizadas no período de desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), da presente pesquisadora, também foram utilizadas. Todos os entrevistados são moradores de Cascalho ou tem parentesco com moradores de Cascalho por serem descendentes dos formadores do Núcleo, acreditamos ser de bom tom não identifica-los por nome. De modo que se seguem as descrições dos entrevistados, facilitando assim a interpretação de suas argumentações.

20/09/2008, entrevistado L., residente em Cordeirópolis, apresenta por volta de 50 anos, é o atual padre em Cascalho. Descendente dos formadores do Núcleo.

04/10/08, entrevistado P., residente em Cordeirópolis, apresenta por volta de 45 anos, atual Presidente da Associação “*Trevisani nel Mondo*” em Cordeirópolis. Descendente dos formadores do Núcleo.

13/02/2011, entrevistado D., sitiante, residente em Cascalho, ex-vereador, apresenta por volta de 50 anos. Descendente dos formadores do Núcleo.

17/02/2011, entrevistada M., residente em Cascalho, apresenta por volta de 30 anos, sitiante, Engenheira Agrônoma, formada pela Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiróz da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP). Descendente dos formadores do Núcleo.

17/02/2011, entrevistado G., sitiante, residente em Cascalho, possui 82 anos. Descendente dos formadores do Núcleo.

17/02/2011, entrevistada M., sitiante, residente em Cascalho, apresenta por volta de 82 anos. Descendente dos formadores do Núcleo.

Em relação aos depoimentos estes foram colhidos ao longo da dissertação, porém de forma informal, na maior parte das vezes sem a intenção de instigar no depoente que ele se pronunciasse sobre o tema.

R., mulher de aproximadamente 35 anos, moradora de Cordeirópolis, secretária, trabalha em Cascalho.

R., mulher de aproximadamente 45 anos, moradora de Cordeirópolis, secretária trabalha em Cascalho. Descendente dos formadores do Núcleo.

D., mulher de aproximadamente 35 anos, moradora de Cordeirópolis, professora e trabalha em Cascalho.

J, jovem do sexo masculino, aproximadamente 17 anos, morador de Rio Claro, tem parentes em Cascalho.

B, mulher de aproximadamente 70 anos, sitiante, moradora de Cascalho. Descendente dos formadores do Núcleo.

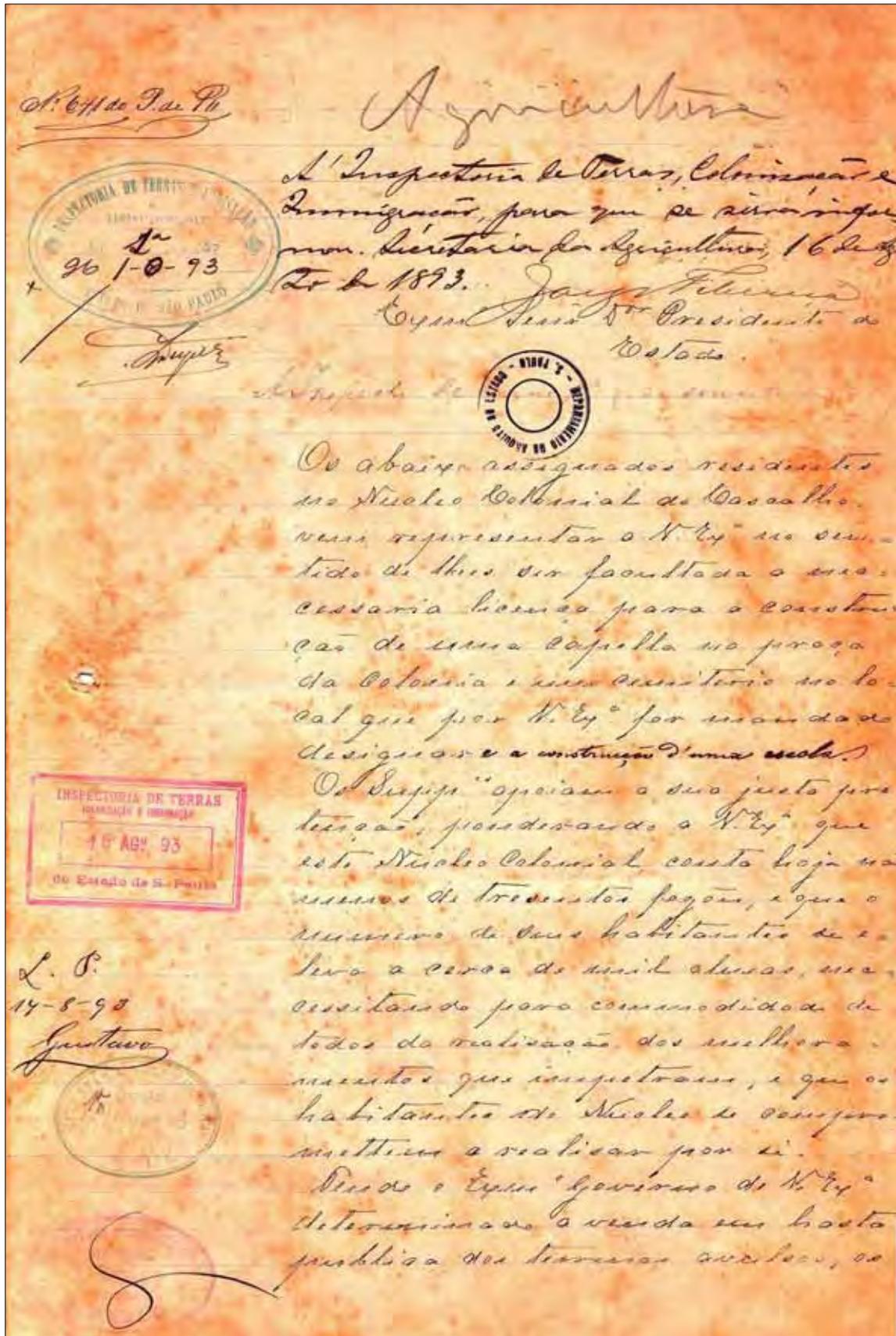


Fig. 23: Pedido de lotes para construção de igreja, escola e cemitério.

n.º 495 do Paul

Kuchlo Colonial de Casullo 30 de Outubro de 1893

1.ª Secção Illustra Cidadao

31-10-93

J. Lopes

Devido empenhamento no que ordenou-me o Sr. Dr.º Chefe da 1.ª Secção em seu objectivo de serviço n.º 90 informo: O terreno denominado Jardim Publico ou viveiro de plantas pertence a mais de 3 annos a Antonio Quinteiro. O lugar que tem servido de cemiterio e o lote suburbano n.º 58; me parecendo que a metade deste lote e mais que sufficiente para satisfazer o pedido por cemiterio. Para a capella, ja ficou demarcado o terreno na praça deste Kuchlo quando aqui estava o Sr. Domingos Lopes. Para a escola, parece-me ser o terreno denominado "Abrecaedo", que se acha vago por haver recuado o colono que o requereu.

O lote suburbano n.º 58 está requerido, porém não pago, podendo-se passar a terra só da metade no caso seja a mesma assignada para o cemiterio.

Saudes e fraternidade

Illustra Cidadao Sr. Inspector de Terras, Coloniação e Imigração do Estado de São Paulo

O Emarechado
J. Lopes

INSPECTORIA DA TERRA
 TERRAS E IMIGRAÇÃO
 31 OUT 93

Fig. 24: Concessão dos terrenos para construção da igreja, escola e cemitério.

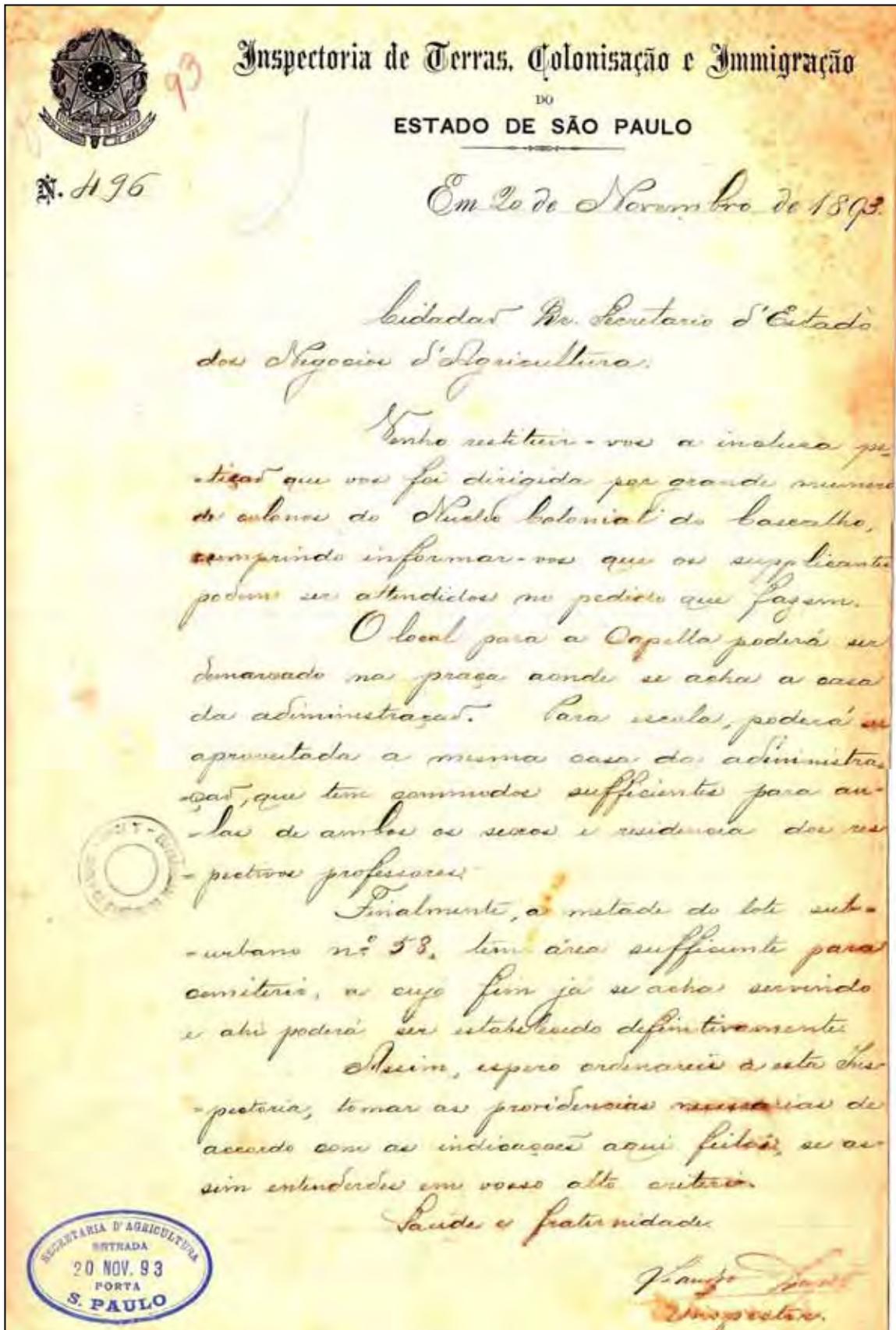


Fig. 25: Concessão dos terrenos para construção da igreja, escola e cemitério.



Figura 26: Foto de satélite com destaque para os sítios e a policultura.

Paróquia Nossa Senhora da Assunção
Bairro do Cascalho
Cordeirópolis – SP

Chegada da reliquia do Pe. Luiz Stefanello

Cascalho,
16 de setembro de
2001

PARA PEDIR A BÊNÇÃO DA SAÚDE

Ó Deus Pai! Olhai para mim, vosso servo(a), sujeito a enfermidades e oprimido por muitos outros problemas e dificuldades, reconfortai meu corpo e minha alma afim de que purificado pelo sofrimento, me sinta fortalecido e encorajado por vossa bondade.

Ó Deus Filho! Fazei entrar em minha alma a vossa paz e a vossa misericórdia. Afastai de mim toda a malidade dos demônios, e venham proteger-me, os anjos, portadores da paz.

Desapareça de minha alma todo o rancor e a maligna discórdia.

Manifestai em mim, Senhor Jesus, o poder do vosso santo nome e abençoai-me, vós que sois santo, bom e compassivo.

Ó Deus Espírito Santo! Sede-me propício e conservai-vos a meu lado, par que, recobrando a saúde do corpo e da alma possa render-vos graças com a alma transbordante de paz e alegria.

Pelo sinal da Santa Cruz, pela intercessão da Virgem Maria, o Senhor me abençoe e proteja, olhe para meu sofrimento e tenha pena de mim.

Pelo sinal da Santa Cruz, Jesus, que aliviou os sofrimentos, curou as doenças, libertou os possesos do demônio, afaste de mim todos os males e enfermidades.

Pelo Sinal da Santa Cruz, abençoai-me Jesus Cristo com a Virgem Maria. Amém.

O Senhor Jesus Cristo esteja a meu lado para me sustentar,

dentro de mim para me encorajar,

diante de mim para me orientar,

atrás de mim para me proteger,

acima de mim para me abençoar. Ele que vive e reina pelos séculos dos séculos. Amém

Paróquia Nossa Senhora da Assunção
Praça Pe. Luiz Stefanello, s/nº
Bairro do Cascalho
13.490.000 – Cordeirópolis – SP
fone (19) 3546-2440
www.cascalho.net

Pe. Luiz Stefanello

+Pianca di Vigonza (Italia) 06/10/1878
+Aguas de Santa Bárbara 15/06/1964

Aquele que deu a sua vida para formar um povo e uma família para todos os tempos, com a sua vocação, seu amor, sua caridade, sua doçura e sua fidelidade, eis que hoje no céu a bem-aventurança eterna ao lado da Senhora da Assunção.

A quem nos ensinou a amar.

E agora que repousa na igreja que construiu, evangelizou e celebrou Jesus Cristo.

Cópia para de ter a sua bênção.

Fig. 27: Folder com a história do Pe. Luiz Stefanello.

HISTÓRICO DA PARÓQUIA

A Paróquia de Nossa Senhora da Assunção do Bairro de Cascalho, foi criada em 12 de agosto de 1914. Ela surgiu a partir do Núcleo Colonial de Cascalho, criado em 1865 pela Província de São Paulo, quando adquiriu a Fazenda do Barão do Cascalho e a dividiu em pequenas propriedades agrícolas para os imigrantes europeus. Das primeiras experiências de reforma agrária do país, que deu certo. Grande parte das famílias Italianas que chegaram em 1893, permaneceram no bairro até hoje.

A capela da Casa do Barão, foi a primeira do bairro. Em 1893, a população conseguiu a autorização do Governo do Estado para a construção da igreja, inaugurada em 1898. Em 1916, com o aumento da população, o Pe. Luiz Stefanello iniciou a construção da atual Igreja, inaugurada em 1936.

A igreja é uma cópia da Igreja de S. Tomé de Colle Humberto na Itália, de onde veio o pedreiro responsável, Antonio de Nadal. É constituída por três naves. No presbitério temos um painel com a pintura da coroação de Nossa Senhora, realizada pelos Irmãos Baastiglia em 1968, sob a direção do Pe. Antonio Klein, SVD.

No coro encontra-se o órgão de tubos que funciona até hoje. Na torre encontra-se o carrilhão de 3 sinos. E um relógio para marcar as horas e anunciar-las ao povo.

A imagem da padroeira foi trazida da Itália pelo Pe. Luiz Stefanello em 10 de agosto de 1914. É uma imagem de 1,20m de altura, esculpida em madeira e com pintura policromada. Nos pés ela tem 4 anjos, nas atas de dois, as cores da bandeira da Itália e nas asas dos outros dois as cores da bandeira do Brasil, lembrando a integração dos dois povos.

A Paróquia de Cascalho foi administrada: de 1893 a 1953, pelos Missionários de São Carlos(Scalabrinianos), Congregação religiosa fundada na Itália para trabalhar com os imigrantes e migrantes, da qual pertenciu o Pe. Luiz Stefanello que permaneceu na paróquia de 1911 a 1953. De 1953 a 1965, pelos Missionários Claretianos de Rio Claro. De 1965 a 1977 pelos Missionários do Verbo Divino, sendo Vigário Paroquial o Pe. Antonio Klein. De 1977 até hoje, pelos Missionários Claretianos, sendo Vigário Paroquial, o Pe. Luiz Claudemir Botteon.

PRECE DA CURA E PROTEÇÃO

Deus Pai todo poderoso, criador do céu e da terra, que deu a seu Filho, Jesus Cristo, um poder infinito sobre todas as forças que existem na terra, no espaço e no inferno, perdoe todos os nossos erros e pecados, livre-nos de nossos sofrimentos e tentações, angústias, desânimos e desesperos e tire a confusão de nossa cabeça.

Pedimos também, para afastar da nossa casa e da de nossos vizinhos e parentes, toda a inveja e falsidade e preservá-las de incêndios, arrombamentos e roubos.

Que Deus impeça toda a ação diabólica do mau espírito, contra as nossas famílias.

Que o nosso anjo da guarda vigie durante a noite para que tenhamos um sono tranquilo e reparador.

(Pai-Nosso, Ave-Maria, Glória ao Pai)
Deus de infinita bondade e misericórdia, que pela vossa palavra podeis curar doenças e enfermidades, pelo vosso poder, dai saúde às pessoas que vos recomendamos(dizer o nome das pessoas ou famílias). Tende compaixão delas, restituí-lhes a saúde, a coragem, a tranquilidade e gosto de viver, para que possam dar-vos graças com a alma transbordante de paz e alegria.

Por Jesus Cristo, Nosso Senhor. Amém.

BIOGRAFIA DO PE. LUIZ STEFANELLO

O Pe. Luiz Stefanello, nasceu no dia 06 de outubro de 1878, na cidade de Pionca di Vigonza(Pádua) – Itália, filho de Jerônimo Stefanello e Bellina Bonetolo Stefanello. Ordenou-se sacerdote em 28 de julho de 1907 pela Congregação dos Missionários de São Carlos(Scalabrinianos). No dia 02 de novembro do mesmo ano veio para o Brasil, onde trabalhou primeiro em São Paulo e depois em Ribeirão Preto.

No dia 01 de outubro de 1911, assumiu a capela de Nossa Senhora da Assunção no Bairro de Cascalho. Com seu trabalho pastoral conseguiu em 10 de agosto de 1914 a elevação da Paróquia. Em Cascalho ele fez sua vida, construindo a Igreja-Comunidade e a Igreja-Casa. Permaneceu em Cascalho até 1953, quando por problemas de saúde, transferiu-se para a cidade de Aguas de Santa Bárbara-SP, onde veio a falecer no dia 15 de junho de 1964.

Transcrevemos um texto escrito em 1936, na celebração de 25 anos de sua presença em Cascalho: "Conseguiu ele, nesse tempo, restaurar as antigas associações religiosas que se achavam quase inativas, fundou o Apostolado da Oração, intensificou a frequência aos atos do culto católico, aumentou as virtudes cristãs dos seus parquianos. Desenvolveu o ensino religioso, conseguindo regularizar as aulas de catecismo. Tem ainda promovido várias missões cujos resultados vêm sendo dos mais satisfatórios. Além disso reorganizou a Banda Católica e o grupo de artes teatrais. Das obras materiais ressaltam as construções da nova Igreja e da Casa Paroquial. Ambas nasceram de um milagre de fé. São obras notáveis, muito acima das possibilidades econômicas dos fiéis deste bairro, apesar de terem eles a bolsa, sempre aberta, para contribuir para a grandeza do lugar. A operosidade do Pe. Stefanello e a boa vontade dos cascalhenses conseguiram essas maravilhosas realizações". O Pe. Luiz tornou-se conhecido pelo seu testemunho de oração e desprendimento das coisas, atraindo inúmeras pessoas, que pediam o alívio de seus tormentos e uma palavra de conforto.

Em carta dirigida ao Povo de Cascalho em 1956, pediu para voltar e terminar seus dias na terra que ele tanto amou e trabalhou. Infelizmente isto não foi possível naquele tempo por vários fatores. Mas seu testemunho de vida e sua evangelização, ainda se fazem presentes na formação das gerações.

Hoje, se realiza o pedido do Pe. Luiz Stefanello e a vontade do povo de Cascalho, uma parte de seus restos mortais repousarão na Igreja que ele construiu com tanta determinação. Mas acima disso, que sua memória esteja viva em cada Filho e em cada Filha de Cascalho.

Fig. 28: Folder com a história do Pe. Luiz Stefanello.

4ª SEMANA ITALIANA

DE CASCALHO - 2010

16 A 25 DE ABRIL

Paróquia Nossa Senhora da Assunção
Associação Trevisani Nel Mondo - Seção Cascalho
(19) 3546-2440 - Cordeirópolis - SP

16 de abril – 6ª. Feira
19:30 h. Torneio de Tênis de Mesa
(INSCRIÇÕES NO CLUBE DE ESPORTES ATÉ O DIA DO TORNEIO)
Local: Clube de Esportes da Paróquia de Cascalho

17 de abril – Sábado
19 h. Missa na Igreja de Cascalho com músicas italianas
20 h. FESTA DA POLENTA
Local: Salão Paroquial (entrada gratuita)
Serão servidos vários tipos e sabores de polenta (em porções), salgados e bebidas.
Presença do Grupo de Dança Tirolesa de Piracicaba e Música ao Vivo

18 de abril – Domingo
9 h. Torneio de Truco
(INSCRIÇÕES NO CLUBE DE ESPORTES ATÉ O DIA DO TORNEIO)
Torneio de Bochas
(INSCRIÇÕES NO CLUBE DE ESPORTES ATÉ O DIA DO TORNEIO)
Local: Clube de Esportes da Paróquia de Cascalho

DURANTE A SEMANA PROGRAMAÇÃO ITALIANA NA RADIO VERA CRUZ COM CURIOSIDADES DA ITÁLIA E MÚSICA ITALIANA.

24 de abril – Sábado
8 h. Campeonato de Futebol Categoria Infantil
(Equipes convidadas)
19 h. Missa em italiano na Igreja de Cascalho
20 h. 18ª. NOITE ITALIANA DE CASCALHO
Local: Salão Paroquial de Cascalho
Ingressos pelo telefone (19) 3546-2440 até o dia 22 de abril

Cardápio: Antepasto de Beringela, Patês, Saladas, Risoto com Palmito, Conchiglione (massa em forma de concha), Costela Suína Assada, Frango ao Molho, Arroz Branco, Doces e Bebidas a parte.
Valor por pessoa: R\$ 29,00
Criança 6-11 anos: R\$ 14,00
GRUPO MUSICAL: Banda Opera Luz e os Tenores: SAULO E GIOVANA

25 de abril – Domingo
8 às 17 h. 50º. TORNEIO DO TRABALHADOR DE CORDEIRÓPOLIS
(Jogos no campo de futebol de Cascalho)




Fig. 29: Cartaz de divulgação da semana italiana em Cascalho.



PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO
ASSOCIAÇÃO TREVISANI NEL MONDO – SESSÃO CASCALHO
3ª. SEMANA ITALIANA DE CASCALHO – 2009
CASCALHO, 25 de abril de 2009

MISSA EM ITALIANO

III DOMENICA PASQUA

INTRODUZIONE

A Comunidade Paroquial reúne-se nesta noite de sábado para a celebração da eucaristia. Temos vários motivos para este encontro: a 3ª. Semana Italiana de Cascalho, promovida pela Associação Trevisani Nel Mondo, a missa dos casais aniversariantes do mês e dos aniversariantes do mês, lembrando que este ano, na preparação para o centenário da paróquia, lembramos todo último sábado a vida de todos os paroquianos que nasceram em de abril.

A Liturgia será celebrada em italiano, lembrando os antepassados que deixaram um dia sua terra natal, a Itália e vieram para o Brasil, especificamente para Cascalho e aqui construíram sua história. Somos fruto desta gente destemida que construiu uma família e uma comunidade que somos parte hoje.

No Evangelho nós encontramos uma vez mais com a cena pós-pascal que nos é comum: os apóstolos reunidos comentando os acontecimentos dos últimos dias. Recordemos que nesta reunião mencionada por São Lucas, estão também presentes os discípulos de Emaús que haviam regressado a Jerusalém logo que reconheceram a Jesus na pessoa do caminhante. E que compartilhou com eles o pão.

Com alegria iniciemos a celebração com o canto inicial.

CANTO INICIALE

1. Dalla Italia noi siamo partiti.
Siamo partiti col nostro onore
Trentasei giorni di macchina e vapore,
e nella Merica noi siamo arriva'.

**Merica, Merica, Merica,
cossa saràlo 'sta Merica?
Merica, Merica, Merica
un bel mazzolino di fior.**

2. E alla Merica noi siamo arrivati
no' abbiám trovato nè paglia e nè fieno
Abbiám dormito sul nudo terreno
come le bestie andiam riposar.
3. E la Merica l'è lunga e l'è larga,
l'è circondata dai monti e dai piani,
e con la industria dei nostri italiani
abbiám formato paesi e città.
4. Merica, Merica, Merica,
cossa saràlo 'sta Merica?
Merica, Merica, Merica,
un bel mazzolino di fior.

Tutti: Signore, pietà.
Cel. Cristo, Figlio dell'uomo, che conosci e comprendi la nostra debolezza, abbi pietà di noi.
Tutti: Cristo, pietà.
Cel. Signore, Figlio primogenito del Padre, che fai di noi una sola famiglia, abbi pietà di noi.
Tutti: Signore, pietà.
Cel. Dio onnipotente abbia misericordia di noi, perdoni i nostri peccati e ci conduca alla vita eterna.
Tutti. Amen.

CANTO

Kýrie, Kýrie Eléison!
Christe, Christe Eléison!
Kýrie, Kýrie Eléison!

3. GLORIA

Gloria a Dio nell'alto dei cieli e pace in terra agli uomini di buona volontà. Noi ti lodiamo, ti benediciamo, ti adoriamo, ti glorifichiamo, ti rendiamo grazie per la tua gloria immensa, Signore Dio, Re del cielo, Dio Padre onnipotente. Signore, Figlio unigenito, Gesù Cristo, Signore Dio, Agnello di Dio, Figlio del Padre, tu che togli i peccati del mondo, abbi pietà di noi, tu che togli i peccati del mondo, accogli la nostra supplica, tu che siedi alla destra del Padre, abbi pietà di noi. Perchè tu solo i Santo, tu solo il Signore, tu solo l'Altissimo, Gesù Cristo, con lo Spirito Santo nella gloria di Dio Padre. Amen.

CANTO

Gloria a Dio Nei cieli! Pace su tutta la terra! (2x)

1. Noi ti lodiamo, ti benediciamo, ti adoriamo, ti glorifichiamo, ti rendiamo grazie per la tua gloria immensa.
2. Signore Dio, Re del cielo, Dio Padre onnipotente. Signore Dio, Agnello di Dio, Figlio del Padre.

1. RITI DI INTRODUZIONE

Cel. Nel nome del Padre e del Figlio e dello Spirito Santo.
Tutti: Amen

Cel. La grazia del Signore Nostro Gesù Cristo, l'amore di Dio Padre e la comunione dello Spirito Santo sai con tutti voi.
Tutti: E con il tuo spirito

2. ATTO PENITENZIALE

Cel. Il Signore Gesù, che ci invita alla mensa della Parola e dell'Eucaristia, ci chiama alla conversione. Riconosciamo di essere peccatori e incochiamo con fiducia la misericordia di Dio.

Cel. Signore, Figlio di Dio, che nascendo da Maria Vergine ti sei fatto nostro fratello, abbi pietà di noi.

Fig. 30: Folheto litúrgico da missa em italiano do ano de 2009.

 MESSA FESTIVA AI TREVISANI NEL MONDO IV DOMENICA DI PASQUA CASCALHO – 24/04/10	
COMMENTO	
<p>ADella bontà del Signore è piena la terra; la sua parola ha creato i cieli. Alleluia.</p>	<p>Cel: Dio onnipotente abbia misericordia di noi, perdoni i nostri peccati e ci conduca alla vita eterna.</p> <p>Tutti: Amen.</p>
CANTO D'INGRESSO	CANTO
<p>Lui che qui arrivò che ritornerà E porterà un sogno porterà realtà Cuore di un'oumo immenso Che non sa se troverà Quel coraggio quell'avventura Lui che qui arrivò e che resterà Lui lungo il cammino forse incontrerà Occhi che come i suoi Chiedono di felicità Ricercao la vita Vita, vite e speranza E sogno, sogno, sogni e speranza Pace, pace, pace e speranza Occhi che come i suoi Chiedono di felicità Ricercao la vita Vita, vite e speranza E sogno, sogno, sogni e speranza Pace, pace, pace e speranza Oh... pace Vita, sogni e speranza Pace, pace Lui che qui arrivò che tornerà...</p>	<p>Kýrie, Kýrie Eléison! Christe, Christe Eléison! Kýrie, Kýrie Eléison!</p>
	GLORIA
	<p>Gloria a Dio Nei cieli! Pace su tutta la terra! (2x)</p> <ol style="list-style-type: none"> Noi ti lodiamo, ti benediciamo, ti adoriamo, ti glorifichiamo, ti rendiamo grazie per la tua gloria immensa. Signore Dio, Re del cielo, Dio Padre onnipotente, Signore Dio, Agnelo di Dio, Figlio del Padre. Recitato: S. Tu, che togli peccati del mondo, T. Abbi pietà di noi. S. Tu, che togli i peccati del mondo, T. Accogli la nostra supplica. S. Tu, che siedi alla destra del Padre, T. Abbi pietà di noi. Tu solo il Santo, tu solo il Signore, tu solo l' Altissimo, Gesù Cristo, con lo Spirito Santo nella gloria del Padre.
RITI D'INTRODUZIONE	COLLETTA
<p>Cel: Nel nome del Padre, nel nome del Figlio, nel nome dello Spirito Santo, siamo qui!</p> <p>Cel: La grazia del Signore nostro Gesù Cristo, l'amore di Dio Padre e la comunione dello Spirito Santo sia con tutti voi.</p> <p>Tutti: E con il tuo Spirito</p>	<p>Cel: Dio onnipotente e misericordioso, guidaci al possesso della gioia eterna, perché l'umile gregge dei tuoi fedeli giunga con sicurezza accanto a te, dove lo ha preceduto Cristo, suo pastore.</p> <p>Egli è Dio e vive e regna con te, nell'unità dello Spirito Santo per tutti i secoli dei secoli.</p> <p>Tutti: Amen</p>
ATTO PENITENZIALE	LITURGIA DELLA PAROLA
<p>Cel: Il Signore Gesù, che ci invita alla mensa della Parola e dell'Eucaristia, ci chiama alla conversione. Riconosciamo di essere peccatori e invociamo con fiducia la misericordia di Dio.</p> <p>Cel: Signore, Figlio di Dio, che nascendo da Maria Vergine ti sei fatto nostro fratello, abbi pietà di noi.</p> <p>Tutti: Signore, pietà.</p> <p>Cel: Cristo, Figlio dell'uomo, che conosci e comprendi la nostra debolezza, abbi pietà di noi.</p> <p>Tutti: Cristo, pietà.</p> <p>Cel: Signore, Figlio primogenito del Padre, che fai di noi una sola famiglia, abbi pietà di noi.</p> <p>Tutti: Signore, pietà.</p>	<p style="text-align: center;">PRIMA LETTURA <i>At 13, 14, 43-52</i></p> <p>Ecco, noi ci rivolgiamo ai pagani</p> <p><i>Dagli Atti degli Apostoli</i></p> <p>In quei giorni, Paolo e Barnaba, attraversando Perge, arrivarono ad Antiochia di Pisidia ed entrarono nella sinagoga nel giorno di sabato, si sedettero.</p>

Fig. 31: Folheto litúrgico da missa em italiano do ano de 2010.

XI FESTA DO MILHO VERDE

Paróquia Nossa Senhora da Assunção
CASCALHO - CORDEIRÓPOLIS-SP

CASCALHO-2011

12 e 13 de Fevereiro

Traga sua família para a melhor festa do milho verde da região

ENTRADA GRATUITA

12 sábado

20 horas - Salão Paroquial
Noite de Quermesse e Música ao Vivo
(salgados, lanches, doces, bebidas e todos os pratos derivados do milho verde)

13 domingo

10 horas - Salão Paroquial e na Praça
A festa continua durante o dia todo com almoço no salão paroquial e porções de assados, churrasco, cuscuz, salgados, doces, bebidas e todos os produtos do milho verde.

*Música ao vivo durante o dia todo no salão paroquial e na praça com conjuntos musicais, atividades para as crianças com rua de lazer.
Com a tradição culinária do bairro do Cascalho*

Informações: Fone: (19) 3546-2440 www.cascalho.net

Fig. 32: Cartaz de divulgação da festa do milho em Cascalho.

PROGRAMAÇÃO ZOLT

100 Paróquia de Cascalho

1914 - 2014 - 100 Anos de Fundação

1914 - 2014
Constituição da Paróquia de Cascalho

Paróquia Nossa Senhora da Assunção - Diocese de Limeira
 Próprio Pá. Luiz Stefanello, M^{re} - Bairro do Cascalho
 Caixa Postal 73 - CEP 13.490.000 - Cordeirópolis - SP
 Fone/fax (19) 3540-2440 - www.cascalho.net

Historia da Paróquia
Nossa Senhora da Assunção de Cascalho

Serviços da Paróquia

PRECE DA CURA E PROTEÇÃO

PE. LUIZ STEFANELLO

Fig. 33: Folder comemorativo dos 100 anos da paróquia de Cascalho.

Tabela A: Popolazione assoluta per regione da Italia entre o período de 1861 e 2001, destaque para região do Vêneto (ISTAT, 2011).

  											
Tavola 2.1.1- Popolazione residente per regione e ripartizione geografica ai censimenti 1861-2001 e anno 2009 – Confini al censimento 2001 (valori assoluti in migliaia e indicatori)											
ANNI	Piemonte	Valle d'Aosta-Vallée d'Aoste	Lombardia	Liguria	Trentino-Alto Adige/Südtirol	Bolzano-Bozen	Trento	Veneto	Friuli-Venezia Giulia	Emilia-Romagna	Toscana
VALORI ASSOLUTI											
1861	2.759	86	3.160	829	2.083	1.920
1871	2.928	84	3.529	884	2.196	508	2.228	2.124
1881	3.090	86	3.730	936	2.346	530	2.289	2.187
[...](c)	[...]	[...]	[...]	[...]	[...]	[...]	[...]	[...]	[...]	[...]	[...]
1901	3.319	84	4.314	1.086	2.580	615	2.547	2.503
1911	3.414	81	4.889	1.207	3.009	728	2.813	2.670
1921	3.439	83	5.186	1.338	661	257	404	3.319	1.178	3.077	2.810
1931	3.458	83	5.596	1.423	666	282	384	3.487	1.176	3.267	2.914
1936	3.418	83	5.836	1.467	669	298	371	3.566	1.108	3.339	2.978
[...](c)	[...]	[...]	[...]	[...]	[...]	[...]	[...]	[...]	[...]	[...]	[...]
1951	3.518	94	6.566	1.567	729	334	395	3.918	1.226	3.544	3.159
1961	3.914	101	7.406	1.735	786	374	412	3.847	1.204	3.667	3.286
1971	4.432	109	8.543	1.854	842	414	428	4.123	1.214	3.847	3.473
1981	4.479	112	8.892	1.808	873	431	443	4.345	1.234	3.958	3.581
1991	4.303	116	8.856	1.676	890	441	450	4.381	1.198	3.910	3.530
2001	4.215	120	9.033	1.572	940	463	477	4.528	1.184	3.983	3.498
2009 (d)	4.446	128	9.826	1.616	1.028	503	525	4.912	1.234	4.377	3.730
COMPOSIZIONI PERCENTUALI											
1861	12,4	0,4	14,2	3,7	9,4	8,7
1871	10,7	0,3	12,9	3,2	8,0	1,9	8,2	7,8
1881	10,7	0,3	12,9	3,2	8,1	1,8	7,9	7,6
[...](c)	[...]	[...]	[...]	[...]	[...]	[...]	[...]	[...]	[...]	[...]	[...]
1901	10,1	0,3	13,1	3,3	7,8	1,9	7,7	7,6
1911	9,5	0,2	13,6	3,4	8,4	2,0	7,8	7,4
1921	8,7	0,2	13,2	3,4	1,7	0,7	1,0	8,4	3,0	7,8	7,1
1931	8,4	0,2	13,6	3,5	1,6	0,7	0,9	8,5	2,9	8,0	7,1
1936	8,1	0,2	13,8	3,5	1,6	0,7	0,9	8,4	2,6	7,9	7,0
[...](c)	[...]	[...]	[...]	[...]	[...]	[...]	[...]	[...]	[...]	[...]	[...]
1951	7,4	0,2	13,8	3,3	1,5	0,7	0,8	8,2	2,6	7,5	6,6
1961	7,7	0,2	14,6	3,4	1,6	0,7	0,8	7,6	2,4	7,2	6,5
1971	8,2	0,2	15,8	3,4	1,6	0,8	0,8	7,6	2,2	7,1	6,4
1981	7,9	0,2	15,7	3,2	1,5	0,8	0,8	7,7	2,2	7,0	6,3
1991	7,6	0,2	15,6	3,0	1,6	0,8	0,8	7,7	2,1	6,9	6,2
2001	7,4	0,2	15,8	2,8	1,6	0,8	0,8	7,9	2,1	7,0	6,1
2009 (d)	7,4	0,2	16,3	2,7	1,7	0,8	0,9	8,1	2,0	7,3	6,2
VARIAZIONE MEDIA											
1861	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1871	0,60	-0,24	1,11	0,64	0,68	1,01
1881	0,54	0,24	0,56	0,57	0,66	0,42	0,27	0,29
[...](c)	[...]	[...]	[...]	[...]	[...]	[...]	[...]	[...]	[...]	[...]	[...]
1901	0,36	-0,12	0,73	0,75	0,48	0,75	0,54	0,68
1911	0,28	-0,36	1,26	1,06	1,55	1,70	1,00	0,65
1921	0,07	0,24	0,59	1,04	0,99	4,93	0,90	0,51
1931	0,06	0,00	0,76	0,62	0,08	0,93	-0,51	0,50	-0,02	0,60	0,36
1936	-0,23	0,00	0,84	0,61	0,09	1,11	-0,69	0,45	-1,18	0,44	0,44
[...](c)	[...]	[...]	[...]	[...]	[...]	[...]	[...]	[...]	[...]	[...]	[...]
1951	0,19	0,83	0,79	0,44	0,57	0,76	0,42	0,63	0,68	0,40	0,39
1961	1,07	0,72	1,21	1,03	0,76	1,13	0,42	-0,18	-0,18	0,34	0,40
1971	1,25	0,77	1,44	0,66	0,69	1,02	0,38	0,70	0,08	0,48	0,55
1981	0,11	0,27	0,40	-0,25	0,36	0,40	0,35	0,53	0,16	0,28	0,31
1991	-0,40	0,35	-0,04	-0,76	0,19	0,23	0,16	0,08	-0,30	-0,12	-0,14
2001	-0,21	0,30	0,20	-0,64	0,55	0,49	0,58	0,33	-0,12	0,19	-0,09
2009 (d)	0,67	0,84	1,06	0,35	1,13	1,05	1,20	1,02	0,52	1,19	0,81

Fonte: Ministero di agricoltura, industria e commercio (1861-1921); Istat, Censimento generale della popolazione (1931-2001), Rilevazione del movimento e calcolo della popolazione residente (2009)

(c) I censimenti del 1891 e del 1941 non sono stati effettuati per motivi di ordine organizzativo-finanziario il primo, per motivi bellici il secondo.

(d) Dati di fonte anagrafica al 31 dicembre 2009